



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL
TESE DE DOUTORADO

**A ideologia do desenvolvimento
e a controvérsia da dependência
no Brasil contemporâneo**

Fernando Correa Prado

Orientador:

Prof. Dr. José Luís da Costa Fiori

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

P896 Prado, Fernando Correa.
A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo / Fernando Correa Prado. -- 2015.
167 f. ; 31 cm.

Orientador: José Luis da Costa Fiori.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.
Referências: f. 149-167.

1. Ideologia do desenvolvimento. 2. Controvérsia da dependência. 3. Marxismo. 4. Brasil contemporâneo. I. Fiori, José Luis da Costa, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 320.981

Fernando Correa Prado

A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E A CONTROVÉRSIA DA DEPENDÊNCIA NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO

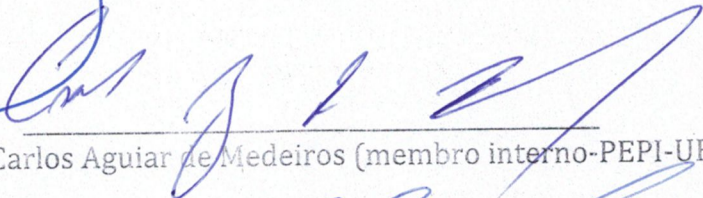
Tese de Doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Economia Política
Internacional (PEPI), Instituto de Economia,
Universidade Federal do Rio de Janeiro, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Doutor em Economia Política Internacional.

Aprovada em 08 de maio de 2015.

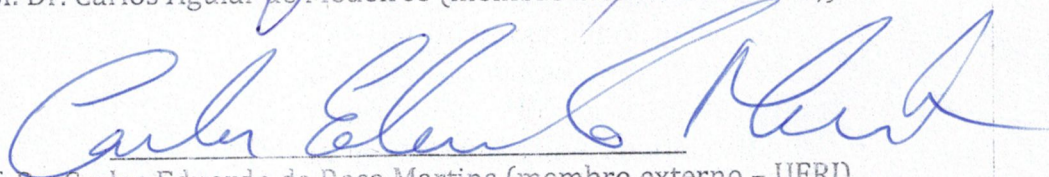
BANCA EXAMINADORA



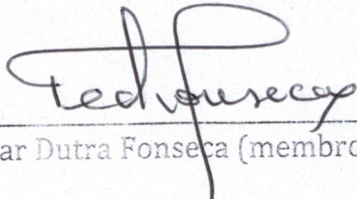
Prof. Dr. José Luis da Costa Fiori (orientador-PEPI-UFRJ)



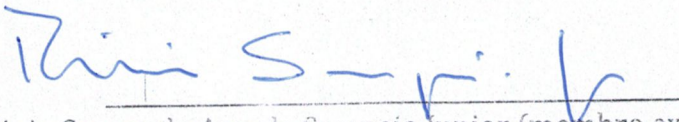
Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros (membro interno-PEPI-UFRJ)



Prof. Dr. Carlos Eduardo da Rosa Martins (membro externo - UFRJ)



Prof. Dr. Pedro Cezar Dutra Fonseca (membro externo - UFRGS)



Prof. Dr. Plinio Soares de Arruda Sampaio Junior (membro externo - UNICAMP)

Rio de Janeiro
Maio de 2015

Agradecimentos são sempre estranhos, necessários e insuficientes.

Isto posto, agradeço aos encrencas, pelo carinhoso apoio, sempre.

Agradeço a todos do PEPI, em suas várias gerações. Cada um de nós sabe que este programa conseguiu grupalizar seus estudantes, não apenas nos momentos de falta de bolsa, mas também ao trazer *novedosas* inquietações intelectuais, para além das variadas linhas teóricas e políticas. Fica aqui um agradecimento ao Luciano Wexell Severo, desde Santos a Foz do Iguaçu.

Agradeço de forma sentida e sincera ao José Luis Fiori, orientador que orienta, responsável por muitas daquelas inquietações. E também à banca – Plínio de Arruda Sampaio Jr., Pedro Cezar Dutra Fonseca, Carlos Eduardo Martins e Carlos Aguiar de Medeiros –, pela leitura atenta e pelas críticas sem piedade. Agradeço igualmente à Virgínia Fontes, que participou da qualificação e foi essencial no projeto e processo da tese.

Agradeço tremendamente ao Laboratório de Estudos Marxistas (LEMA-UFRJ), espaço de criação teórica, discussão intelectual, disputa universitária e movimentação política, nos bons caminhos do adjetivo que lhe dá nome.

Agradeço demais aos camaradas do Núcleo de Educação Popular 13 de maio, espaço de formação de nossa classe trabalhadora, de crítica às ideologias burguesas e de camaradagem.

Agradeço muito a todos do Instituto de Estudos Latino-americanos (IELA-UFSC), onde o pensamento crítico latino-americano é cultivado no melhor sentido, pela superação da ordem burguesa desde a América Latina. No IELA, deixo um forte agradecimento ao Nildo Ouriques, que, de uma forma ou de outra, inculca curiosidade intelectual e rebeldia política em várias gerações de estudantes e militantes. Outro agradecimento à Elaine Tavares, pela agudeza de seu olhar.

Agradeço aos compas do Grupo de Trabalho sobre Teoria Marxista da Dependência (GT-TMD/SEP), que coletivamente toma a difícil tarefa de atualizar as respostas às questões motoras por trás desta teoria. Entre tanta gente incrível, agradeço especialmente à Roberta Traspadini, compa que sempre ensina, e a todos da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Agradeço também ao Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana (HEDLA-UFRGS), mais um bastião dessa atualização. Em especial à Carla Ferreira e ao Mathias Seibel Luce, grande camarada, nos dois sentidos.

Agradeço ao Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP Marx-UFF), lugar fundamental de resistência e criação intelectual e não meramente acadêmica, impulsionado, entre outras pessoas, por Marcelo Carcanholo, João Leonardo Medeiros, Hugo Correa e Bianca Bonente.

E também agradeço ao Grupo de Estudos do Capitalismo Dependente da UFU, nas figuras fantásticas do Niemeyer Almeida Filho e da Marisa Amaral.

Agradeço aos Unilixs: profes, tae's e *estudiantes* da UNILA. *No es fácil...* Entre eles, especial agradecimento ao Grupo de Estudos de Teoria da Dependência (GETD), promovido inicialmente pela Luisa Moura. E, especialíssimo, ao Nilson Araújo de Souza.

Agradeço ao Bruno Borja e ao Rodrigo Castelo, por muita coisa, muita mesmo.

Falta gente. Sempre falta. Mas estão presentes.

Não agradeço à Marina. Sem ela esta tese não existiria. A ela lhe dedico esta tese.

Resumo

O ponto de partida desta tese é que as possíveis e variadas análises orientadas pelo horizonte utópico do desenvolvimento e pautadas pela questão motora sobre “como se desenvolver” informam a ideologia do desenvolvimento, na medida em que tendem a desistoricizar o “desenvolvimento” e, desta forma, naturalizam as relações de dominação e exploração vigentes através de um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Mediante uma leitura própria sobre a controvérsia da dependência no Brasil e com o objetivo de suscitar críticas ao modo dominante de questionar o presente para compreendê-lo e transformá-lo, são apresentadas sete hipóteses sobre a ideologia do desenvolvimento: tratam de sua presença atual, origem, enraizamento, desdobramentos, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de sua superação. A tese básica, sugerida nas considerações finais, defende que apenas a crítica marxista é capaz de compreender e superar a ideologia do desenvolvimento.

Palavras-chave: ideologia do desenvolvimento; controvérsia da dependência; marxismo; Brasil contemporâneo.

Resumen

El punto de partida de esta tesis es que los posibles y variados análisis orientados por el horizonte utópico del desarrollo y pautados por la cuestión motora sobre “cómo desarrollarse” informa la ideología del desarrollo, en la medida en que tienden a deshistoricizar el “desarrollo” y, así, naturalizan las relaciones de dominación y explotación vigentes a través de un sistema de ideas que presenta determinados procesos históricos particulares como pasibles de universalización y determinados proyectos políticos particulares como si fueran universales. Mediante una lectura particular acerca de la controversia de la dependencia en el Brasil y con el objetivo de suscitar críticas al modo dominante de cuestionar el presente para comprenderlo y transformarlo, son presentadas siete hipótesis sobre la ideología del desarrollo, las cuales tratan de su presencia actual, origen, enraizamiento, desdoblamiento, hegemonía, tendencia al economicismo y, finalmente, posibles formas para su superación. La tesis básica, sugerida en las consideraciones finales, defiende que solamente la crítica marxista es capaz de comprender y superar la ideología del desarrollo.

Palabras-clave: ideología del desarrollo; controversia de la dependencia; marxismo; Brasil contemporáneo.

Abstract

This thesis states that various analyzes, guided by the concept of development as an utopian horizon and having "how to develop or reach development" as the central question that conducts the action and investigation, do inform an Ideology of Development -as they tend to dehistoricize "development" and naturalize relations of domination and exploitation through a system of ideas that presents certain particular historical processes as if they could be universalized and certain particular political project as if they were universal. Hence, laying out a particular reading on the dependence's controversy in Brazil and in order to raise critics on the dominant mode of questioning the present time (aiming to understand it and transform it), seven hypotheses are posed concerning the Ideology of Development in Brazil: they relate to its contemporary presence, its origins, its rooting, its unfolding, its hegemony, its tendency to economicism and, finally, to the possible ways of overcoming that ideology. The basic assumption, suggested in the conclusion, argues that only Marxist critique is able to understand and overcome the Ideology of Development.

Keywords: Ideology of Development; Dependence's controversy; Marxism; contemporary Brazil.

SUMÁRIO

Introdução	10
Capítulo 1. O desenvolvimento como horizonte utópico e como ideologia	14
1.1. A presença e a disputa do desenvolvimento como horizonte utópico no Brasil contemporâneo	14
1.2. Projetos, processos, ideologia e ideologia do desenvolvimento	27
1.3. Desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento no Brasil	37
Capítulo 2. A origem da ideologia do desenvolvimento e seu enraizamento no Brasil	44
2.1. A origem da ideologia do desenvolvimento e a “economia do desenvolvimento”	44
2.2. A ideologia do desenvolvimento na América Latina e seu enraizamento no Brasil	56
Capítulo 3. A controvérsia da dependência e os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento no Brasil	76
3.1. A origem da controvérsia da dependência	76
3.2. A controvérsia da dependência no Brasil	84
3.3. Os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento no Brasil	93
Capítulo 4. Hegemonia e crítica da ideologia do desenvolvimento	108
4.1. Aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento na história brasileira e na história do pensamento econômico brasileiro	108
4.2. Marxismo(s) e a tendência à separação entre economia e política	126
4.3. A tradição marxista para além da ideologia do desenvolvimento	136
Considerações finais: outras questões para analisar a conjuntura do Brasil contemporâneo	146
Referências bibliográficas	149

*Sin saber que representaban la triste primicia de un mundo en transformación,
se imponían como modelo un pasado del que ellos ya eran la negación.
Experimentando los primeros síntomas
de la oscura irrealidad general que se avecinaba,
buscaban empecinados una respuesta, sin comprender que, insospechada,
la respuesta estaba en la necesidad que habían tenido de formularse la pregunta.*

Juan José Saer, *El río sin orillas*, 1991.

Introdução

Quais são os obstáculos que o Brasil deve superar para se desenvolver? Quais são os desafios que o século XXI apresenta para que o Brasil finalmente se torne um país desenvolvido? Qual estratégia de desenvolvimento o Brasil deve seguir? Qual modelo de desenvolvimento é mais adequado tendo em vista o contexto internacional atual? Qual política externa o Brasil deve adotar para avançar rumo ao desenvolvimento? O que o Brasil poderia aprender de outras experiências comparadas para seu próprio desenvolvimento? E por aí vai...

Esta tese não tenta responder nenhuma dessas perguntas, tão comuns no cenário político e intelectual brasileiro. Pelo contrário, trata de estabelecer uma crítica à formulação de tais questões. Uma crítica que analisa a origem e a permanência desses tipos específicos de perguntas, apontando como foram sendo legitimadas pela história hegemônica do pensamento brasileiro (sobretudo no que se pode considerar como pensamento “econômico”) e como são intrinsecamente limitadas para a análise da conjuntura do Brasil contemporâneo.

A ideia central é que as possíveis e variadas respostas àquelas perguntas, embora possam trazer – nos casos mais logrados – elementos importantes de descrição ou de “aparência objetiva” da realidade brasileira enquanto parte do sistema interestatal capitalista, são intrinsecamente limitadas como explicação desta mesma realidade e acabam cumprindo uma função de *ideologia*, na medida em tendem a *desistoricizar* o “desenvolvimento” – por mais “histórico-estruturais” que sejam muitas análises – e, com isso, *naturalizam* as relações de dominação e exploração vigentes mediante um sistema de ideias que apresenta determinados processos históricos particulares como passíveis de universalização e determinados projetos políticos particulares como sendo universais. Aqueles tipos de questões informam, pois, a *ideologia do desenvolvimento*, cujos traços específicos fundamentais são: i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como desenvolver o país?”.

Sete hipóteses conformam essa ideia central, todas girando em torno da ideologia do desenvolvimento. Tratam de sua *presença atual, origem,*

enraizamento, desdobramento, hegemonia, tendência ao economicismo e, finalmente, possíveis formas de superação.

A primeira hipótese poderia ser quase uma premissa, de tão evidente: o “desenvolvimento” tem sido usado – atualmente e há pelo menos uns 65 anos – como um *horizonte utópico*, um fim em si mesmo, um lugar a ser alcançado, embora pareça sempre fora do alcance. É uma hipótese e não uma premissa precisamente porque é preciso revelar, mesmo que de forma pontual e quase anedótica, quão naturalizada é atualmente essa busca pelo desenvolvimento “em si e para si”. Esta hipótese, apresentada logo no início do primeiro capítulo, é seguida de uma discussão teórica numa dupla direção: i) sobre a comum confusão entre processo e projeto de desenvolvimento, confusão esta normalmente vinculada ao horizonte utópico do desenvolvimento e que, no fundo, deriva da e na *questão motora* sobre “como se desenvolver”; ii) sobre as diferenças analíticas entre desenvolvimentismo enquanto período histórico, ideário desenvolvimentista enquanto projeto político e a própria ideologia do desenvolvimento. A intenção nesta parte é apresentar de forma mais detalhada o que se considera aqui como ideologia e como ideologia do desenvolvimento.

A segunda hipótese, que abre o capítulo 2, afirma que é possível identificar no tempo e no espaço a origem deste específico horizonte utópico, parte essencial da ideologia do desenvolvimento: os Estados Unidos no pós 2ª Guerra Mundial, no contexto da “Guerra Fria” com a URSS e o “espectro” real do comunismo. Vale deixar claro de antemão que identificar esta origem específica não significa que tal ideologia foi simplesmente “implantada” mundo afora, sem que houvesse germens de sua origem na situação concreta de alguns países que precisamente naquele então começariam a ser chamados de “subdesenvolvidos”. Mesmo porque em sua origem a ideologia do desenvolvimento se amalgamou no desenvolvimentismo, um ideário ou projeto vinculado à “burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada” (Marini, 1992, p. 79).

A isso remete a terceira hipótese, que parte da indagação sobre como essa ideologia foi adentrando na América Latina; sugere que, tomada em seu conjunto, como unidade diversa, a América Latina era um terreno propício para a entrada da ideologia do desenvolvimento, mas que sua entrada foi desigual na região e se enraizou fortemente no Brasil, devido precisamente à prévia existência de uma fração da classe dominante que, a um só tempo, criava, recebia e recriava a ideologia do desenvolvimento em solo nacional. Esta hipótese complementa e fecha o segundo capítulo.

A quarta hipótese, apresentada em todo o capítulo 3, versa sobre os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento, tomando como marco analítico a controvérsia da dependência na América Latina e algumas de suas particularidades no Brasil. Apresenta uma leitura própria dessa parte da história do pensamento brasileiro, segundo a qual a controvérsia da dependência, tal como se deu no Brasil, teria contribuído para os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento, inclusive, ou sobretudo, através de diversas manifestações críticas ao “modelo de desenvolvimento brasileiro”.

A quinta hipótese sugere que há uma hegemonia da ideologia do desenvolvimento no pensamento social brasileiro, em especial no que se costuma denominar de pensamento econômico, e que tal hegemonia se reflete também na própria história deste pensamento. Neste ponto são apresentados alguns aspectos dessa hegemonia no plano político-intelectual.

A sexta hipótese indica que no marco da ideologia do desenvolvimento, inclusive dentro da tradição marxista, há uma tendência a reificar a separação entre economia e política – uma separação real porém ilusória, intrínseca à modernidade capitalista –, fazendo com que muitas análises caiam no economicismo ou no politicismo, sem uma perspectiva da totalidade, o que inclusive teria contribuído historicamente para o processo de difusão e hegemonia da ideologia do desenvolvimento.

Junto com essas duas anteriores, a sétima hipótese está condensada no quarto e último capítulo e afirma que, embora dentro da tradição marxista existam de fato leituras que recaem na ideologia do desenvolvimento e inclusive a impulsionam, é dentro desta mesma tradição que se deve buscar sua superação, a

partir de outras leituras que incorporam o marxismo enquanto teoria crítica e filosofia da práxis, sendo apenas através da crítica – no sentido marxista, “impiedosa a todo o existente” – que se pode captar corretamente os traços fundamentais de nosso período histórico, passo importante para analisar a conjuntura, sempre em permanente movimento.

Tais são as linhas básicas desta tese. Para percorrê-las se deu preferência pela síntese no que diz respeito a controvérsias específicas e pelo movimento das ideias em seus traços mais gerais. Isso porque o tema da ideologia é imenso, quase inabarcável, e o mesmo ocorre com o tema do desenvolvimento, de modo que a tentativa de trabalhá-los detalhadamente seria um tanto labiríntica, dando margem para que os pontos centrais se perdessem ou se diluíssem demasiado. Isso não impediu, contudo, que alguns momentos fossem mais pausados, até mesmo intrincados. Em suma, a forma de exposição buscou se ajustar à tentativa de apresentar uma tese capaz de articular criticamente a ideologia do desenvolvimento, a controvérsia da dependência e o Brasil contemporâneo, sem perder o foco no meio do caminho. Se sua leitura suscitar críticas ao modo dominante de questionar o presente, a tese terá logrado seu objetivo.

Capítulo 1. O desenvolvimento como horizonte utópico e como ideologia

1.1. A presença e a disputa do desenvolvimento como horizonte utópico no Brasil contemporâneo

Que história estamos vivendo? Qual é o sentido dos fatos que presenciamos e nos envolvem? O momento decisivo para a construção de uma resposta a estas perguntas – ou seja, para uma análise sobre a conjuntura presente – está em escolher o conteúdo que se deve atribuir à narração da história imediatamente anterior aos tempos atuais. E não é exagero dizer que a palavra “desenvolvimento”, sobretudo em seu uso como um objetivo a ser perseguido, isto é, como um horizonte utópico, marcou e ainda marca a narração da história mundial desde o final da Segunda Guerra. Certamente isso também é verdadeiro para a história brasileira.

Na história do Brasil desde a década de 1950 até hoje é fácil identificar o uso do desenvolvimento enquanto horizonte utópico. Como a partir de meados dos anos 2000 se tornou um truísmo dizer que o desenvolvimento voltou à pauta do debate público nacional, desde então ficou ainda mais evidente tal identificação. Vale destacar alguns exemplos.

A começar por uma data muito recente: 1º de janeiro de 2015, que marca a posse de Dilma Rousseff em seu segundo mandato como Presidenta da República Federativa do Brasil.

Em seu pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional, Dilma Rousseff afirma (2015):

O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido e justo, e é este destino que estamos construindo e buscando cada vez mais, com o esforço de todos, construir.

E ao final confirma (*Idem*):

Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades.

“Construir um Brasil desenvolvido”: eis o objetivo último, frente ao qual seu coração valente dispara. Seria preciso vencer as dificuldades, superar os obstáculos, para alcançar esse horizonte.

Interessante notar que a superação dos obstáculos ao desenvolvimento também havia sido tema central do pronunciamento de posse do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, na sessão solene do Congresso Nacional. Considerando o Brasil ainda como um “país em desenvolvimento”, neste discurso em diversos momentos Lula aponta o desenvolvimento nacional como horizonte. Isso fica claro nas passagens que tratam de dois elementos que viriam a ser marcantes de seu governo: o pacto social e a política externa. Em suas palavras (2003, p. 6 e 9):

O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, a reforma tributária, a reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. Esse conjunto de reformas vai impulsionar um novo ciclo do desenvolvimento nacional.

[...]

Nossa política externa refletirá também os anseios de mudança que se expressaram nas ruas. No meu Governo, a ação diplomática do Brasil estará orientada por uma perspectiva humanista e será, antes de tudo, um instrumento do desenvolvimento nacional.

Nestas duas manifestações importantes, tanto de Dilma quanto de Lula, fica evidente a presença do desenvolvimento como horizonte utópico, um fim em si mesmo, mas também um caminho, numa ambiguidade e circularidade que, como se verá, é muito eficiente enquanto ideologia.

De volta à conjuntura mais recente, e ainda no plano de discursos de posse – nos quais geralmente se sublinha aquilo que ainda deverá ser feito, o futuro –, consta o mesmo horizonte em expressões de Nelson Barbosa ao ser nomeado como Ministro do Planejamento em 27 de novembro de 2014: “Muito obrigado, Presidenta. Esteja certa de que dedicarei toda a minha energia e esforço para honrar sua confiança e contribuir para o desenvolvimento do nosso país” (2014).

Também é possível identificar o horizonte utópico do desenvolvimento no documento *Brasil 2022*, escrito em 2009 por Samuel Pinheiro Guimarães como primeira tarefa enquanto Ministro à frente da Secretaria de Assuntos Estratégicos, onde atuou até o final de 2010. O Brasil neste caso já não é apresentado como “em desenvolvimento”, mas como “subdesenvolvido” – “pelas extremas disparidades sociais e econômicas, pela fragmentação da infraestrutura de energia, transportes e social, pela insuficiência de geração de ciência e tecnologia e pela visão de curto prazo de sua iniciativa privada” (2009, p. 6)¹. No início do documento, ao elencar cinco motivos para a necessidade de planejamento da ação do Estado, o então Ministro aponta para “a necessidade de definir metas estratégicas a serem atingidas, a exemplo dos Objetivos do Milênio², e que, ao serem definidas, permitam avaliar a trajetória do Brasil rumo ao estágio de economia desenvolvida” (*Idem*). Um objetivo reforçado ao longo do documento e apresentado novamente de forma muito direta nos parágrafos finais: “Tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida, socialmente justa e integrada, tecnologicamente dinâmica, militarmente segura, pacífica, soberana e democrática, é o desafio que nos impõe o próximo centenário” (*Ibid.*, p. 63). O primeiro desafio, que demarca todos os demais – ou seja, o horizonte utópico –, é tornar o Brasil uma sociedade desenvolvida.

O mesmo horizonte também está presente em importante documento apresentado ao público em 2008, ano da criação da já mencionada Secretaria de Assuntos Estratégicos. Trata-se da *Estratégia Nacional de Defesa*, documento elaborado pelo Ministério da Defesa e aprovado pela Presidência da República pelo Decreto nº 6.703 de 18 de dezembro de 2008. Após uma brevíssima introdução, a primeira seção se titula “Estratégia Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Desenvolvimento”. E o primeiro ponto dessa seção diz o seguinte (Ministério da Defesa, 2008, p. 8):

¹ Este traço é importante, pois, como se verá no capítulo seguinte, a noção de “país subdesenvolvido” foi originada no bojo da própria ideologia do desenvolvimento, embora tenha sido paulatinamente deixada de lado pelo pensamento dominante.

² De passagem, vale lembrar que os “Objetivos do Milênio” da Organização das Nações Unidas, dentre seus oito pontos, têm como uma de suas metas “Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento” (ONU, 2000).

1. Estratégia nacional de defesa é inseparável de estratégia nacional de desenvolvimento. Esta motiva aquela. Aquela fornece escudo para esta. Cada uma reforça as razões da outra. Em ambas, se desperta para a nacionalidade e constrói-se a Nação. Defendido, o Brasil terá como dizer não, quando tiver que dizer não. Terá capacidade para construir seu próprio modelo de desenvolvimento.

Note-se que o desenvolvimento também aqui é visto tanto como caminho – “modelo de desenvolvimento” – quanto como objetivo estratégico.

O horizonte utópico do desenvolvimento aparece de forma ainda mais recorrente no debate público, nos organismos representativos de classes e frações de classe e, talvez mais ainda, no âmbito intelectual. É possível identificá-lo no período recente, por exemplo, em discursos representativos da burguesia industrial e da burguesia ligada ao agronegócio.

O atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Paulo Skaf, publicou um artigo de opinião no jornal *Folha de S. Paulo* no dia 22 de dezembro de 2014 – pouco depois de ter sido o segundo candidato mais votado para Governador do mesmo estado, em chapa liderada pelo PMDB –, afirmando no título que a “A pauta da indústria é a pauta do Brasil”, consigna repetida ao final do artigo, junto ao mantra da busca pelo desenvolvimento (2014, p. A3):

Livre de suas amarras, o setor industrial pode ser motor do crescimento da economia na decolagem rumo a um país mais desenvolvido e mais justo para todos os brasileiros. A pauta da indústria é a pauta do Brasil.

Ainda no que se refere à pauta declarada da indústria – mas recuando um pouco mais no tempo –, em 2010 o Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI) publicou um documento no qual oferece *Contribuições para a agenda de desenvolvimento do Brasil*, ressaltando em diversas passagens seu interesse e perspectiva (IEDI, 2010, p. 25):

Voltar a ter alto dinamismo em seu setor industrial poderá representar, para um país como o Brasil, o retorno da perspectiva de alcançar mais prontamente a condição de país desenvolvido. Nesse sentido, e sem prejuízo dos demais setores econômicos, a indústria deve estar no centro do programa de desenvolvimento.³

³ Em 2012 o IEDI publicaria novamente um panfleto com o mesmo título, mas contendo algumas modificações. O trecho citado segue idêntico na segunda versão do documento (IEDI, 2012).

Interessante é notar que, quase na mesma data da publicação do texto de Skaf, a senadora Kátia Abreu também afirmaria o desenvolvimento enquanto horizonte na cerimônia em que tomou posse por mais um mandato como presidente da Confederação Nacional da Agricultura. Seu discurso postula com clareza (Abreu, 2014):

Essa confiança atesta o acerto de nossa administração, que procurou – e continuará procurando – agir em sintonia com os anseios e expectativas do setor, ouvindo-o e buscando interlocução construtiva com o Estado brasileiro, de modo a torná-lo parceiro de uma causa comum: o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Esse objetivo está acima, muito acima, de facciosismos ou de querelas partidárias.

O horizonte do desenvolvimento seria reafirmado pouco depois por Kátia Abreu, então recém empossada Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em artigo de opinião na *Folha de S. Paulo* do dia 13 de janeiro de 2015, ironicamente titulado “Ideologia? Só durante as férias” (Abreu, 2015, p. A3): “[...] somos todos – produtores rurais, empresas e governo – parceiros em uma causa comum: o desenvolvimento do país”. Numa tacada só Kátia Abreu afirma os interesses de determinadas frações de classe e do governo como interesses comuns ao conjunto da população do país, mediante o horizonte do desenvolvimento, e o faz sob a alegação de deixar de lado qualquer tipo de discussão ideológica (“só durante as férias”), tudo isso contra a “miopia ideológica de pequenos grupos”. Tendo em vista que a tentativa de universalização de interesses particulares é um elemento central dos constructos ideológicos, trata-se aqui de um exemplo claro de reprodução da ideologia do desenvolvimento mediante um discurso que se diz anti-ideológico.

Enfocando outros exemplos, é especialmente significativo notar que na maioria dos programas de governo dos partidos que disputaram as eleições de 2014 também está plasmado este horizonte utópico do desenvolvimento, mesmo quando sob perspectivas políticas distintas.

Restringindo o olhar aos dois partidos que têm polarizado em termos eleitorais o cenário político do executivo nacional – PSDB e PT –, vale apontar que

no programa do PSDB para a eleição presidencial de 2014, este horizonte fica claro já na primeira diretriz proposta para a política externa (PSDB, 2014, p. 56):

A política externa será conduzida com base nos princípios da moderação e da independência, que sempre nos serviram bem, com vistas à prevalência dos interesses brasileiros e dos objetivos de longo prazo de desenvolvimento nacional.

Neste mesmo programa se afirma que (*Ibid.*, p. 7):

A plena condição de país desenvolvido para o Brasil ainda depende de muitos fatores. Sem dúvida, o mais importante é a real qualidade de cidadão para cada brasileiro, no reconhecimento e exercício de seus direitos e deveres como pessoa e em sua total inserção na sociedade brasileira com dignidade, respeito e qualidade de vida.

Curioso é que no projeto de governo do PSDB para a eleição presidencial de 1994, logo no primeiro capítulo – cujo título é “Um novo projeto de desenvolvimento” –, afirma-se, na primeira linha, que “O Brasil não é mais um país subdesenvolvido. É um país injusto” (2008 [1994], p. 02). Apesar desta interessante colocação com derivações teóricas, após um diagnóstico sobre as décadas de 1950 a 1980 (durante as quais teria havido um “salto de desenvolvimento”), associado a outro diagnóstico sobre o esgotamento do “nacional-desenvolvimentismo” com a crise da dívida e a inflação (que resultaram na “década perdida”), este mesmo projeto apresenta então o grande desafio histórico que o partido se propõe a enfrentar: “redefinir um projeto de desenvolvimento que possa abrir para o Brasil a perspectiva de um futuro melhor – de uma qualidade de vida decente para o conjunto da sociedade” (*Idem*).

Este foi o programa vitorioso nas eleições de 1994, de modo que no dia 1º de janeiro do ano seguinte Fernando Henrique Cardoso tomaria posse perante o Congresso Nacional. Em seu discurso o horizonte utópico do desenvolvimento seria igualmente central. Vinculando determinado período histórico ao desenvolvimento, sendo este também um sonho e um projeto pelo qual lutar, logo no início afirma (1995, p. 23, 24 e 26):

Pertenço a uma geração que cresceu embalada pelo sonho de um Brasil que fosse ao mesmo tempo democrático, desenvolvido, livre e justo. [...]
Por algum tempo, na Presidência de Juscelino Kubitschek, o futuro nos pareceu estar perto. Havia desenvolvimento. O Brasil se industrializava rapidamente. Nossa democracia

funcionava, apesar dos sobressaltos. E havia perspectivas de melhoria social. Mas a História dá voltas que nos confundem.

Os "anos dourados" de JK terminaram com inflação e tensões políticas em alta.

Vieram, então, anos sombrios, que primeiro trouxeram de volta o crescimento, mas sacrificaram a liberdade. Trouxeram progresso, mas para poucos. E, depois, nem isso, mas somente o legado – este, sim, para todos – de uma dívida externa que amarrou a economia e de uma inflação que agravou as mazelas sociais na década de 1980.

Assim eu vi meus filhos nascerem, e meus netos, sonhando e lutando para divisar o dia em que o desenvolvimento, a liberdade e a justiça – justiça, liberdade e desenvolvimento – andariam juntos nesta terra. [...]

Temos de volta a liberdade, portanto. E teremos desenvolvimento.

A história mostrou que se tratava de projetos em alguma medida distintos se comparados com os governos recentes do PT, no entanto o mais interessante é capturar que o horizonte utópico declarado pelo PSDB também foi o “desenvolvimento”.

A associação entre justiça e desenvolvimento aparece também no programa do PT para a eleição de 2014, embora com possível conteúdo distinto (PT, 2014, p. 16):

Construir um novo ciclo de transformações significa transpor o degrau que hoje separa o Brasil do mundo desenvolvido [...]. O Brasil não será sempre um país em desenvolvimento. Seu destino é ser um país desenvolvido. Chegou a hora de alçarmos o Brasil à condição de desenvolvido e justo.

Ainda no debate público, mas já passando para suas expressões derivadas do terreno acadêmico, a questão motora central por trás de várias dessas manifestações do horizonte utópico do desenvolvimento é bem sintetizada em texto de Helena Nader, atual presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em coluna de opinião do jornal *Folha de S. Paulo* do dia 21 de janeiro de 2015 (“As matérias-primas da riqueza”, p. A3): “O Brasil quer ser um eterno país emergente ou chegar logo à condição de país desenvolvido?”. Na resposta oferecida por Nader a esta questão, e tal como muitas pessoas afirmam, a educação, a ciência e a tecnologia teriam se tornado “as principais matérias-primas da riqueza e do desenvolvimento sustentado”.

Quando o olhar passa para o debate político-intelectual, esse horizonte utópico do desenvolvimento torna tão ou mais presente, numa disputa pelas formas do país se desenvolver. Tal disputa se dá sempre no marco comum segundo o qual o Brasil é um país em desenvolvimento (ou emergente e, em algumas

análises, subdesenvolvido) e, nesta condição, seria necessário *superar os obstáculos* para que o país alcance finalmente o desenvolvimento, sendo tais obstáculos definidos de acordo com a perspectiva teórico-política em questão.

Neste sentido, algumas instituições – ou, mais precisamente, alguns aparelhos estatais e privados de hegemonia – têm sido fundamentais para manter, renovar e reforçar o desenvolvimento como horizonte utópico. Destacam-se aqui o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Instituto de Economia da UNICAMP, o Instituto de Economia da UFRJ, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Centro Celso Furtado, a Rede Desenvolvimentista, a Fundação Perseu Abramo, a Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAAP), o já citado IEDI – e haveria ainda muitos outros que poderiam ser lembrados⁴.

No seio de tais aparelhos, mas também para além deles, e no plano mais específico do debate político-intelectual recente, pelo menos duas importantes controvérsias que se deram no período histórico recente foram funcionais para reforçar o horizonte utópico do desenvolvimento: a controvérsia sobre a continuidade ou ruptura entre os governos de Lula e Fernando Henrique Cardoso e a controvérsia sobre o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. Certamente relacionadas entre si – e tocando em temas que, por sua vez, formam outras controvérsias, como os debates referentes à “desindustrialização”, “reprimarização” ou a “reversão neocolonial” –, nessas controvérsias é possível encontrar exemplos de posições contrárias que, no entanto, compartilham o “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico.

João Sicsú, um dos maiores defensores da opinião de que no decênio entre 2003 e 2012 “o Brasil mudou muito e mudou para melhor” (2013, p. 09), em seu livro *Dez anos anos que abalaram o Brasil. E o futuro?* – título superlativo, que faz referência à crônica de John Reed sobre a Revolução Russa de 1917 – aponta com

⁴ Seria demasiado exaustivo tomar pontualmente diversas citações para cada um desses exemplos. Basta pensar, como amostra, nas publicações e linhas de pesquisa fomentadas nos últimos dez anos pelo IPEA (provavelmente a instituição mais relevante no atual período histórico como fomentadora da reflexão sobre os caminhos rumo ao desenvolvimento), entre as quais se destacam: a revista *Desafios do desenvolvimento*, as *Cátedras para o desenvolvimento*, a série *Brasil em desenvolvimento*, e mais inúmeros livros, textos de discussão, análises, promoção de eventos (como as edições das “Conferências para o desenvolvimento”), etc.

clareza e consciência não só para a necessidade do desenvolvimento, mas também para a necessidade de que o próprio desenvolvimento seja construído enquanto horizonte utópico (*Ibid.*, p. 49):

É preciso ter um projeto de desenvolvimento nacional que seja conhecido e discutido pela sociedade. Uma estratégia que possa apontar claramente para onde se deseja levar a sociedade. [...] Uma estratégia de desenvolvimento deve emular o imaginário nacional se transformando em sonho, em orgulho, em utopia. Mentes e corações podem ser conquistados para o caminho do desenvolvimento.

Outro autor importante na argumentação de que houve uma mudança fundamental no período histórico aberto pela eleição de Lula em 2003 é Márcio Pochmann, que comandou o IPEA entre 2007 e 2012. Em diversos escritos desse período Pochmann reforça a ideia de que “um novo ciclo do desenvolvimento nacional passou a ser constituído” e que, “a partir do governo Lula, o Brasil passou a demonstrar importantes sinais de transição do neoliberalismo para o modelo social-desenvolvimentista” (2010a, p. 38 e 41). Para além da discussão sobre se houve ou não esta transição (que não está em pauta aqui), é interessante notar que a argumentação de Pochmann, embora não apresente o horizonte utópico do desenvolvimento tão claramente quanto, por exemplo, a citação tomada de Sicsú, traz consigo este horizonte na medida em que contrasta um período “neoliberal”, no qual se presume que não tenha havido desenvolvimento, e outro que então se abria, este sim trilhando o caminho para o necessário desenvolvimento. Em texto titulado “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro”, que circulou em diferentes páginas eletrônicas (em especial pela Agência Carta Maior), Pochmann deixa mais evidente essa perspectiva (2010b):

[...] A refundação do Estado é urgente e inadiável. A oportunidade trazida pela crise mundial é real, mas depende da capacidade interna de organizar uma nova maioria política, capaz de pôr em marcha o projeto nacional do desenvolvimento, sonhado por muitos e que agora ameaça se tornar realidade. O tempo, que é senhor de si, indicará proximamente quando o Brasil deixou de ser o país do futuro.

Se o futuro for o desenvolvimento, a depender das declarações recentes de diferentes autoridades políticas antes citadas, parece que o Brasil ainda não deixou para trás aquela velha condição de país do futuro.

De todo modo, Sicsú e Pochmann neste caso são tomados apenas como exemplos de uma linha argumentativa que ressalta a ruptura do período histórico aberto com a eleição de Lula em 2003 em relação ao período histórico anterior, que teria começado com a crise da dívida da década de 1980 e, politicamente, estaria representado pela eleição de Fernando Collor de Mello, aprofundando-se nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002). Uma série de outras intervenções públicas e livros coletivos afirmaram também essa ideia do *Brasil entre o passado e o futuro* (Sader e Garcia [org.], 2010), ou do *Brasil em desenvolvimento* (Castro, Licha, Pinto Jr. e Sabóia [org.], 2 vols., 2005) e do *Desenvolvimento em questão* (Biasoto Jr. e Palma e Silva [org.], 2010), em geral partindo do ponto comum de que o futuro a ser alcançado é o desenvolvimento e que o Brasil estaria indo nesta direção, após um período em que teria se perdido no caminho neoliberal.

Na contramão dessa leitura sobre as mudanças no Brasil a partir de 2003, uma série de outros autores, em obras individuais ou coletivas, tem apontado mais para a continuidade do que para a ruptura em relação ao período histórico anterior. Já em 2005, por exemplo, foi lançado um livro coletivo cujo título aponta para a tese central: *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula* (De Paula [org.], 2005). A apresentação que abre o volume dá a linha do argumento geral, de suas motivações e características; nela fica clara a presença do desenvolvimento enquanto horizonte (De Paula, 2005, p. 07):

Tanto este volume quanto o anterior [*Economia Política da mudança*, de 2003] têm em comum três grandes motivações/características – 1) o reconhecimento de que não haverá desenvolvimento econômico e social autêntico no Brasil senão mediante mudanças estruturais rigorosamente antineoliberais; 2) o reconhecimento da necessidade de se atualizar o programa de desenvolvimento econômico e social brasileiro; 3) o reconhecimento de que o processo de desenvolvimento econômico e social implica a mobilização da inteligência e da energia política de amplos segmentos sociais identificados com os interesses democráticos e populares.

O livro destaca a “conversão neoliberal do governo Lula e do PT”, que “prolongaria a crise econômica e social” (*Idem*). Apesar da variada gama de autores com diferentes posicionamentos que compõe os seus artigos – sendo que em porção significativa destes o desenvolvimento como horizonte utópico aparece de forma mais discreta do que na citada apresentação –, por diferentes caminhos o

livro reforça que o desenvolvimento, se não foi trilhado e/ou alcançado devido às opções do governo Lula, não deveria deixar de ser almejado, até chegar em algum momento, mediante as opções corretas.

Livro com linha argumentativa semelhante foi escrito por Reinaldo Gonçalves: *Desenvolvimento às avessas. Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento* (2013). Nele o autor critica tanto aqueles “que acreditam que o país está tendo bom ou ótimo desempenho e que está passando por mudanças estruturais significativas [...] que implicariam retorno à Era Desenvolvimentista (1930-1980), perdida pelo país entre 1980 e 2002”, quanto aqueles que, desde uma perspectiva conservadora e liberal, “ligados ao Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)”, argumentam que “os avanços obtidos durante o Governo Lula resultam, em grande medida, das decisões tomadas durante o Governo FHC e das condições favoráveis da conjuntura internacional no período 2003-2007” (2013, p. 01). Sua própria perspectiva seria uma terceira, crítica ao que denomina como “Modelo Liberal Periférico” – caracterizado pela liberalização, privatização e desregulamentação; pela subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e pela dominância do capital financeiro –, modelo este que teria se “constituído no Governo FHC e consolidado no Governo Lula (e também no Governo Dilma)” (*Ibid.*, p. 02). Para além da possível validade ou não de toda a argumentação do autor e de sua interpretação sobre a conjuntura recente – vale lembrar, não é isso está debate aqui para nenhum dos autores citados –, o ponto fundamental é o fato de que, segundo Gonçalves, estaríamos vivendo um “desenvolvimento às avessas”, de modo que seria preciso realinhá-lo. Neste sentido, “o Brasil invertebrado entranha-se em uma trajetória de fraco desempenho econômico, com recorrentes momentos de instabilidade e crise, e se embrenha em nuvens cinzentas que turvam o caminho do desenvolvimento social, político, ético e institucional” (*Ibid.*, p. 182). Substantivado e em disputa, o horizonte ainda é o desenvolvimento.

A discussão na qual se insere Gonçalves remete diretamente à controvérsia sobre o novo-desenvolvimentismo e o social-desenvolvimentismo. O próprio Gonçalves se posiciona nesta controvérsia, revelando o “liberalismo enraizado” das posturas novo-desenvolvimentistas. Contudo, como se viu, mantém e legitima o

horizonte utópico do desenvolvimento (ainda que com distintos conteúdos), da mesma forma que aqueles que reivindicam os projetos novo e/ou social-desenvolvimentistas, projetos estes que evidentemente têm como ponto de partida o horizonte utópico do desenvolvimento (Bresser-Pereira, 2003; Sicsú, De Paula e Michel [org.], 2005; Mercadante Oliva, 2010; Oureiro, De Paula, e Basílio [org.], 2012; Calixtre, Biancarelli e Cintra [org.], 2014). O que chama a atenção, portanto, é que parte das críticas direcionadas a tais projetos também comungam, explícita ou implicitamente, do mesmo horizonte utópico: o desenvolvimento.

É o que ocorre até mesmo com a crítica de Plínio de Arruda Sampaio Jr. ao novo-desenvolvimentismo a partir do contraste entre “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa” (2012a). Para além do possível debate em torno da concepção de Sampaio Jr. sobre o processo de revolução burguesa no Brasil, que teria tido como desfecho o golpe de 1964, em excelente síntese o autor aponta para o fato de que o contexto posterior ao golpe “determinou uma revisão radical das bases teóricas do estruturalismo desenvolvimentista”, processo em que “o capital internacional deixou de ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se converter em condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento” (*Ibid.*, p. 677). No plano do debate político e intelectual do período histórico que se abre após o golpe de 1964, corretamente identifica o célebre *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto – livro que circulou desde 1966 e foi publicado em 1969 –, como “pioneiro no movimento teórico de harmonização das contradições provocadas pela situação de dependência” (*Idem*), movimento este que teria sido reforçado pelo artigo “Além da estagnação” (1972), de Maria da Conceição Tavares e José Serra, texto também célebre dentro do pensamento econômico brasileiro e que consistia na “referência básica dessa nova concepção que oculta o nexos entre modernização dos padrões de consumo, tendência estrutural à concentração de renda e subdesenvolvimento” (*Idem*). Na correta porém problemática síntese de Sampaio Jr., “ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda resignificação do próprio conceito de desenvolvimento”.

Correta porque, de fato, as análises mais diretamente enraizadas na ideologia do desenvolvimento tendem a examinar a realidade de forma compartimentada, perdendo de vista a totalidade, além de recaírem, inclusive por isso mesmo, no economicismo e no politicismo, o que às vezes se revela pelo esvaziamento da “questão nacional”. Problemática, contudo, porque um elemento central da crítica de Sampaio Jr. reside na disputa que trava pelo conteúdo do conceito de desenvolvimento, mantendo-o entretanto como horizonte utópico, a partir de uma concepção essencialista de desenvolvimento – identificada com o processo histórico entre aproximadamente 1950 e 1964 e, ao mesmo tempo, com determinado projeto político que, após esta última data, teria sido interrompido. Assim, após a tragédia do desenvolvimentismo com o golpe de 1964, a perspectiva neodesenvolvimentista, ao se ater “aos horizontes restritos da macroeconomia [...] fica impedida, como consequência de suas próprias escolhas epistemológicas, de examinar os fenômenos do desenvolvimento, cuja essência consiste em compreender a capacidade de a sociedade nacional controlar o processo de mudança social impulsionado pela acumulação de capital” (*Ibid.*, p. 681). Nesta passagem, ao não qualificar o desenvolvimento enquanto desenvolvimento capitalista e legitimá-lo como horizonte, tomando como unidade de análise a “sociedade nacional”, deixa aberto o flanco ao esvaziamento já não da questão nacional, mas sim da questão de classe.

Ainda em relação à crítica a um só tempo correta e problemática feita por Sampaio Jr., é justo dizer que ao final desse mesmo texto sua posição se apresenta de forma mais clara:

[...] as promessas vazias de um desenvolvimento capitalista virtuoso que nunca se realiza não deixam margem à dúvida. O verdadeiro resgate da tradição crítica do pensamento latino-americano passa pela superação de toda ilusão em relação à existência de uma solução burguesa para a tragédia do subdesenvolvimento e da dependência” (*Ibid.*, p. 686).

No entanto, o verdadeiro “desenvolvimento” enquanto objetivo a ser alcançado volta a reaparecer em outras intervenções do mesmo autor (Sampaio Jr., 2012b):

Não existem bases objetivas e subjetivas para um capitalismo mais ameno no Brasil. Vivemos num capitalismo selvagem. Exatamente por isso a burguesia não pode permitir o debate sobre o desenvolvimento. Ela não tem respostas aos problemas do povo brasileiro. Não pode ir além de um simulacro de desenvolvimento.

Aqui há novamente uma disputa pelo conteúdo do desenvolvimento, sem qualificativos (capitalista?). Acontece que, historicamente, diferentes frações da burguesia não apenas permitiram mas de fato estimularam o debate sobre o desenvolvimento; disputaram (e ainda disputam) o desenvolvimento, colocaram-no na pauta política nacional (e ainda o colocam). Ao desnaturalizar o “desenvolvimento”, torna-se claro que o mesmo enquanto horizonte utópico está muito presente no debate político e intelectual brasileiro – promovido por distintas frações da burguesia e pelos representantes do poder do Estado burguês – e, como se verá mais adiante, desde sua origem, este horizonte utópico do desenvolvimento – parte essencial da ideologia do desenvolvimento – foi construído também pela burguesia e por diferentes frações da classe dominante. Mais do que isso, o vocábulo desenvolvimento, carregado de distintos significados, aparece recorrentemente em discursos de seus representantes como o *topus* ao qual o Brasil deve chegar, subordinando via de regra as políticas de Estado – burguês/capitalista – ao objetivo declarado de contribuir no caminho rumo ao desenvolvimento.

Em suma, a ideia de que na verdade o que existe é um “simulacro de desenvolvimento” traz consigo a idealização de um verdadeiro desenvolvimento, cuja essência normalmente é identificada *a priori* com um *processo histórico* específico e com um *projeto político* determinado, e tanto como *processo* quanto como *projeto* aparecem enquadrados, implícita ou explicitamente, no bojo do sistema interestatal capitalista, que assim tende a ser naturalizado.

1.2. Projetos, processos, ideologia e ideologia do desenvolvimento

É evidente que o desenvolvimento defendido pelo socialista Plínio de Arruda Sampaio Jr. não é o mesmo que o defendido por Kátia Abreu, principal representante da burguesia ligada ao agronegócio no Brasil atual. Tampouco o empenho de Kátia Abreu em alcançar o desenvolvimento para levar ao povo brasileiro o chamado “bem-estar” se identifica perfeitamente com o empenho de

Paulo Skaf no mesmo sentido, sendo este o representante da burguesia industrial do estado de São Paulo. Igualmente é certo que o desenvolvimento para Reinaldo Gonçalves não seria alcançado da mesma forma que para os novo-desenvolvimentistas, com Bresser-Pereira à frente. E neste mesmo sentido é possível dizer que, apesar das continuidades que atualmente podem ser encontradas entre os governos recentes do PT e PSDB – a ponto de Gilberto Felisberto Vasconcellos cunhar a feliz expressão “petucanismo” –, os caminhos para alcançar o almejado desenvolvimento nos programas do PT não são idênticos àqueles que aparecem nos programas do PSDB.

A intenção aqui, porém, não é detalhar tais diferenças, mas sim chamar a atenção para o fato de que, na miríade do debate político-intelectual do Brasil contemporâneo, o horizonte utópico do desenvolvimento é quase onipresente e está em permanente disputa, comportando diferentes e muitas vezes contraditórios *projetos políticos*.

É também evidente – ou deveria sê-lo – que a luta de classes, com suas expressões na disputa entre distintos projetos políticos para a o conjunto da sociedade, não se deu sempre em torno do “desenvolvimento” e certamente não seguirá eternamente girando em torno deste horizonte. Ao observar esse quadro sem simplesmente naturalizar a disputa específica pelo “desenvolvimento”, salta à vista a utilização da categoria desenvolvimento de uma forma que, explícita ou implicitamente (e em si mesma ou adjetivada), no bojo da defesa de diferentes *projetos políticos* para alcançar o desenvolvimento, identifica este horizonte utópico com determinados *processos históricos*. Tal identificação se dá muitas vezes mediante a desistoricização dos processos, cujas características são confundidas com o projeto político predominante em determinada época sem explicitar justamente a disputa entre distintos projetos e a construção histórica através da qual um determinado projeto se faz predominante – isto é, oculta-se a luta de classes.

A mais óbvia identificação de diferentes projetos com determinados processos históricos na disputa pelo desenvolvimento está relacionada à conjuntura dos países que são considerados como desenvolvidos na atualidade ou no momento de sua utilização discursiva. É disso que se nutre basicamente a

denominação de supostos “países em desenvolvimento” ou “países emergentes”, em contraste com os “países desenvolvidos”, enquanto os demais países, que não se enquadram nesses conjuntos, seriam simplesmente “países pobres”. Uma divisão largamente utilizada em documentos institucionais (nacionais e internacionais), na academia, na mídia, em discursos políticos e também no senso comum, e que, como se sabe, retoma o contraste comum nas décadas de 1960 e 1970 entre “Primeiro Mundo” e “Terceiro Mundo” (naquele então circundando o “Segundo Mundo” representado pelo Campo Socialista).

Mas há outra forma de identificação, mais sutil e, por isso mesmo, mais eficaz em termos ideológicos. Trata-se do mecanismo que, dentro da disputa entre *projetos políticos* circunscritos ao horizonte utópico do desenvolvimento, iguala o “desenvolvimento” a determinados processos históricos relativos à própria história do Brasil e/ou relativos à história de alguns países dentro sistema interestatal capitalista, normalmente aqueles considerados “desenvolvidos” – e o faz obviamente dando um sentido positivo ao processo histórico em questão, do contrário o desenvolvimento não apareceria como um horizonte utópico. Acontece que esse mesmo processo histórico em geral é visto de forma idealizada, uma espécie de “país-período modelo”, sem a percepção da totalidade e sem explicitar as contradições inerentes e específicas de cada processo histórico particular como parte do *desenvolvimento do sistema interestatal capitalista e das lutas de classes a ele intrínsecas*.

Pode-se objetar que essa identificação entre projeto político *para o desenvolvimento* e processos históricos *de desenvolvimento* (identificado, por sua vez, como desenvolvimento capitalista em geral, embora este adjetivo muitas vezes seja ocultado, o que também tem implicações ideológicas) seria fruto de uma perspectiva realista e não utópica, pois há ou houve um *topus* concreto, representado pelo processo histórico em questão, que serve de horizonte. Mas isso é verdadeiro e falso ao mesmo tempo. O problema nesta formulação é que ignora (ou finge que ignora, numa leitura mais cínica) inúmeras evidências que fazem do processo histórico “modelo” algo único, uma forma *particular* de uma totalidade, um processo não universalizável, mas que, no entanto, é tomado como abstração –

um juízo, uma ideia, um conceito: o desenvolvimento –, que deveria representar ao mesmo tempo o ideal singular e o ideal universal.

Neste sentido, e independentemente da forma, engendra-se uma *estratégia ideológica* que cumpre um papel eminentemente *desistoricizante*, pois esvazia os elementos particulares dos processos históricos. No quiproquó entre projeto, processo e horizonte forma-se a ode ao desenvolvimento. Em outros termos, o “desenvolvimento” é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de *ideologia*.

Isto posto, a pergunta que há de aparecer logo em seguida a esta afirmação é: o que se considera aqui como ideologia?

Há evidentemente uma enorme controvérsia quanto ao entendimento do que é ideologia e praticamente qualquer pessoa que se debruce sobre o tema logo chegará à conclusão de que “existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de ‘ideologia’” (Löwy, 2013 [1987], p. 18) ou que “o termo ‘ideologia’ tem uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si” (Eagleton, 1997 [1991], p. 15). Mesmo restringindo-se ao campo do marxismo e seus usos e debates em relação à ideologia, existe uma grande controvérsia sobre o tema. Neste sentido, tem razão Raymond Williams quando anota: “En esta situación no puede existir ninguna cuestión para establecer, *excepto en la polémica*, una definición marxista ‘correcta’ de la ideología” (1988 [1977], p. 72; itálicas do original).

Sem a menor intenção de estabelecer uma definição correta de ideologia – com ou sem aspas –, mas entrando de forma pontual e extremamente sintética na polêmica *dentro do campo marxista* – passando por alto, portanto, toda a história, sempre recontada, sobre a origem do termo e seus usos até o tratamento de Marx e Engels –, diria que é possível localizar três grandes linhas de percepção sobre ideologia, que podem ser apresentadas como *positiva, absoluta e negativa*⁵.

⁵ Terry Eagleton, em seu fenomenal estudo sobre *Ideologia* (1997 [1991], p. 49), faz referência a um livro de Raymond Geuss (*The Idea of Critical Theory*), no qual este autor distingue três definições de ideologia: “descritiva”, “pejorativa” e “positiva”. Também Raymond Williams, em *Marxismo y literatura* (1988 [1977], p. 71), distingue “tres versiones habituales del concepto, que aparecen corrientemente en los escritos marxistas [...]”: a) un sistema de creencias característicos de un grupo o una clase particular. b) Un sistema de creencias ilusorias – ideas falsas o falsa conciencia – que puede ser contrastado con el conocimiento verdadero o científico. c) El proceso general de la

No sentido positivo percebe-se a ideologia como uma visão social de mundo que se expressa em um ideário ligado a determinada classe social. Assim, é possível falar de uma “ideologia proletária”, que deveria travar uma “luta ideológica” contra a “ideologia burguesa”, de modo que determinada ideologia seria combatida com uma ideologia contrária. Em outra chave, este sentido entende a ideologia como qualquer discurso vinculado a interesses sociais específicos, independentemente de sua posição no sistema de dominação. Este é um dos usos predominantes de ideologia dentro do marxismo e até mesmo fora dele. É comum, por exemplo, o uso da noção de “luta ideológica” no campo econômico – sindical – visando à passagem para uma luta no campo político. O problema deste uso é que, em última instância, esvazia de sentido a importante questão da ideologia como um mecanismo de justificação, velamento e naturalização do sistema de dominação. Caso se mantenha também este último sentido unido ao anterior, tende-se a cair no estranho caminho de se fazer uma “luta ideológica” para superar a “ideologia”. Em última instância, estaria se usando a mesma palavra para dois sentidos diferentes. Portanto, para o tipo de uso positivo de “luta ideológica”, acredito que é mais condizente a noção de “batalha de ideias”, que, como fruto das próprias contradições do desenrolar histórico, em determinados momentos se expressa como controvérsias específicas. A meu ver, existem diferentes ideologias e a classe dominada, por diferentes processos, pode adquirir (e perder) consciência de classe, que contribui para desvelar as ideologias. Nesta perspectiva, um mundo sem ideologia é um mundo sem exploração.

O sentido absoluto de ideologia, por sua vez, acaba se aproximando demasiado à noção de cultura. Neste caso ideologia seria o mesmo que o processo e produção de significados, signos e valores oriundos da sociedade – de toda e qualquer sociedade – e no qual todas as pessoas estão necessariamente enquadradas em suas respectivas vivências. Seria o terreno mediante o qual as pessoas se incorporam à realidade social, num agir pré-reflexivo. Quando se utiliza

producción de significados e ideas”. Não sei se a divisão geral entre os sentidos de ideologia aqui proposta – positivo, absoluto e negativo – já foi utilizada, mas derivou da leitura de Marx e Engels (2007 [1845/46]), Marx (2004 [1857]), Gramsci (2006 [1910-1937]; 1981 [1930-1932]; 1984 [1930-1932]; 1986 [1930-1935]), Lukács (2012 [circa 1968]; 2013 [circa 1968]), Althusser (2001 [1970]), Silva (1979a [1971]; 1979b [1975]; 2013 [1970]), Williams (1988 [1977]), Larrain (1979), Löwy (2013 [1987]), Eagleton (1997 [1991]), Konder (2002), Iasi (2006; 2011) e Kohan (2011).

ideologia neste sentido, lembrando que se trata de sociedades divididas em classes e frações de classes (algumas dominantes e outras dominadas), o problema já não é que se esvazia a percepção da ideologia no processo de dominação, mas, pelo contrário, esta parece ser total, sem espaço “de fora” ou “para além” da ideologia.

A categoria de ideologia aqui utilizada é apegada à sua conotação negativa, tal como sugere, entre outros, Ludovico Silva:

[...] un campo de acción mental encargado de preservar los valores de la clase opresora [...] un sistema de valores, creencias y representaciones que auto-generan necesariamente las sociedades *en cuya estructura haya relaciones de explotación* (es decir, todas las que se han dado en la historia) a fin de justificar idealmente su propia estructura material de explotación, consagrándola en la mente de los hombres como un orden ‘natural’ e inevitable, o, filosóficamente hablando, como una ‘nota esencial’ o *quidditas* del ser humano (Silva, 1979b [1975], p. 93 e 100; itálicas do original).

A *possibilidade* de desvelamento da ideologia passa pela luta e consciência de classe e, dentro da “batalha de ideias” no plano político-intelectual, se faz através do discurso crítico, vinculado à consciência de classe dominada, sendo o discurso crítico aquele

[...] capaz de apropriarse del saber formado a partir de la objetividad capitalista, de someterlo a la acción desestructuradora de las significaciones espontáneas del proletariado y de recomponerlo de manera tal, que los vacíos dejados por el discurso burgués que lo produjo se vuelvan evidentes como sistema y constituyan, así, el saber necesario para la revolución (Echeverría, 1986 [1976], p. 50).

Trata-se de um projeto crítico – o projeto do comunismo científico – na medida “en que se realiza como proyecto a la vez científico y revolucionario; aún más, revolucionario por ser científico y científico por ser revolucionario” (*Idem*)⁶. Um discurso ou projeto crítico cuja cientificidade passa pela busca constante por questionar e desconstruir o pensamento social tendente a legitimar a ordem social vigente, desvelando-o enquanto ideologia, bem como pela busca igualmente constante de se autocriticar, percebendo e revelando suas próprias determinações históricas.

É importante destacar três pontos desta perspectiva sobre *ideologia* e sobre *crítica*, relacionados entre si e necessários para apresentar especificamente a *ideologia do desenvolvimento*.

⁶ Esta forma sintética coincide muito com a brilhante análise de Michael Löwy (2013 [1987]) sobre marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento, embora sua perspectiva sobre ideologia e utopia seja diferente daquela aqui proposta.

O primeiro é que tal visão de ideologia e crítica não coincide com aquela oferecida por Karl Mannheim em *Ideologia e Utopia* (1972 [1929]). Tendo em vista a influência direta ou indireta deste autor em diversos intelectuais ligados à ideologia do desenvolvimento – entre eles, Celso Furtado, por exemplo – e, mais importante que isso, considerando a utilização constante que se faz aqui da noção de *horizonte utópico* do desenvolvimento como parte de uma determinada ideologia, é importante fazer uma breve distinção entre a perspectiva aqui utilizada e a que deriva da obra de Mannheim. Para além do desacordo sobre a atribuição aos intelectuais ou à “*intelligentsia* socialmente desvinculada” da condição de estrato social detentor do privilégio cognitivo para se aproximar ao conhecimento⁷, e também para além da diferença em relação à sua concepção de ideologia particular e ideologia total – sendo esta próxima ao sentido positivo antes descrito e aquela ligada a uma espécie de ilusão no nível psicológico e individual –, a divergência a ser destacada aqui reside no fato de que, a meu ver, não há razão para se fazer uma contraposição entre ideologia e utopia, nos sentidos dados por Mannheim. De forma extremamente sintética – com tudo que isso implica em termos de simplificação de um pensamento denso –, na perspectiva desse autor a ideologia tenderia a estabilizar a ordem existente, enquanto a utopia (delimitada por Mannheim em relação a distintos momentos históricos, ao se definir como inatingível em um momento particular e não necessariamente em outro) conteria “elementos intelectuais [que] se transformam, então, no material explosivo dos limites da ordem existente”, sendo que “a ordem

⁷ Mannheim toma emprestado o termo “*intelligentsia* socialmente desvinculada” de Alfred Weber (*freischwebende Intelligenz*) e cuja tradução, segundo Michael Löwy (2013, p. 107), se aproxima mais a “*intelligentsia* livremente flutuante”. Löwy (2013, p. 109-110) tece uma crítica brilhante sobre esta questão, a qual compartilho quase plenamente (salvo a manutenção da distinção um tanto estanque entre ideologia e utopia): “Em nossa opinião, uma crítica marxista rigorosa de Mannheim deve antes de tudo reconhecer a verdade de algumas de suas observações sobre a natureza dos intelectuais como categoria social: é inegável que a *intelligentsia* é uma camada relativamente autônoma com relação às classes sociais, e que seu comportamento não pode ser mecanicamente explicado em função de sua origem social. O fenômeno da ‘livre flutuação’ dos intelectuais é real e explica por que pensadores vindos de uma classe determinada puderam se tornar os ideólogos ou utópicos de uma outra, ou transferir sua solidariedade de uma classe a outra. O que Mannheim parece ignorar é que a flutuação é um estado temporário, como o de uma pluma que oscila, antes que a força da gravidade a atraia para o solo. Carregado pelo vento da história, o intelectual pode flutuar de *uma posição a outra* no campo da luta de classes, mas este *movimento*, essa *fluidez* não constituem, eles próprios, uma base social estável, um ponto de vista próprio: a ‘força da gravidade’ das classes sociais a faz cair, cedo ou tarde, de um lado ou de outro”.

existente dá surgimento a utopias que, por sua vez, rompem com os laços da ordem existente” (Mannheim, 1972 [1929], p. 223). Ora, toda ideologia pode muito bem conter também uma utopia, que seja mais ou menos evidente e cumpra uma função central para dar força à própria ideologia, portanto *não* atuando num sentido destrutivo da ordem social; pelo contrário, diversas “utopias” atuam precisamente no sentido da manutenção da ordem vigente. *No caso da ideologia do desenvolvimento, este horizonte utópico conservador da ordem existente é o próprio desenvolvimento* (do modo de produção capitalista e do sistema interestatal capitalista). Em outros termos, é este horizonte que lhe confere especificidade enquanto *ideologia do desenvolvimento*.

O segundo ponto diz respeito às formas de atuação desta ideologia. Diferentes ideologias específicas podem ser transmitidas (e criticadas) de várias formas, mediante muitos meios e em distintos espaços, ou seja, nunca estão circunscritas a um modelo específico, podendo por vezes se apresentar de maneira maleável, fugaz, e outras vezes de modo explícito, direto. Como já se viu, o horizonte utópico do desenvolvimento está presente em discursos presidenciais, em textos de opinião na mídia, em livros e artigos acadêmicos e, procurando mais, é possível encontrá-lo em muitas outras formas⁸. Aqui o foco se concentra no pensamento mais sistematizado, em geral acadêmico-intelectual, que é também sempre político.

Isso leva ao terceiro ponto: o caráter ideológico de qualquer pensamento/projeto não lhe imputa inutilidade cognoscitiva, não o reduz a mera “falsa consciência” – embora eventualmente possa ter essa característica. Em termos político-intelectuais um discurso ideológico normalmente traz elementos de descrição e mesmo de compreensão parcial da própria realidade, inclusive porque a ideologia não nasce das ideias, mas da realidade histórico-concreta.

⁸ Como na propaganda do governo federal presente em alguns aeroportos, onde aparece escrita a seguinte frase, ao lado de uma foto bonita de algum lugar no Brasil: “Viaje pelo Brasil e leve na bagagem o desenvolvimento”. Nela se condensam o horizonte, o processo e o projeto: o desenvolvimento seria algo bom, um horizonte, que já existe no país, relacionado a algum processo histórico prévio, e que deve ser espalhado Brasil afora mediante determinado projeto, no caso o projeto do governo que formula tal propaganda.

Dentro de uma mesma unidade de análise⁹ há diferentes manifestações *particulares* da totalidade que, quando comparadas, podem ser elucidativas em relação a esta totalidade, ainda que tenham fundamentalmente um papel de ideologia. Ilusão seria acreditar que o saber *crítico* da ideologia poderia se dar mediante uma completa refundação ou substituição do saber pré-existente.

Acontece que o pensamento *acrítico* – isto é, que não traz em si a crítica no sentido antes mencionado – tem seu horizonte intelectual reduzido (o que não implica que este horizonte não seja utópico, pelo contrário) e, mais do que isso, está inerentemente constrangido pelas suas próprias *questões motoras*¹⁰.

⁹ Entendida aqui como os movimentos horizontais e verticais de expansão de relações capitalistas, isto é, de crescente (porém nunca completa) subsunção formal e real das formas de sociabilidade humana à valorização do valor e expansão do poder dos agentes do capital enquanto relação social; poder este que, em outro ângulo ou menor nível de abstração, conforma o *sistema interestatal capitalista* e se concentra nos Estados nacionais burgueses, hierarquicamente distribuídos, com suas fronteiras (não necessariamente fixas), suas moedas e seus capitais específicos.

¹⁰ Embora tenha sido pensada de forma paralela e anterior à leitura da excelente e pioneira obra sobre *A ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*, de Miriam Limoeiro Cardoso, este ponto remete a uma percepção muito interessante da autora (1977, p. 66): “[...] A ideologia da classe dominante resolve, no plano ideológico, o seu duplo problema de promover a expansão do sistema e da integração das outras classes por meio de uma formulação toda ela voltada para o *como* dessa expansão e dessa integração – que a análise desvende ser, na verdade, o *como* da dominação”. A autora aponta ainda para uma diferenciação entre “dois tipos bem diversos de ideologias: as ideologias do *como* e as ideologias do *porquê*”. Nesta linha (*Ibid.*, p. 66-67): “As ideologias do *como* correspondem à fase de fortalecimento de uma situação já estabelecida, à manutenção de um determinado esquema de poder, de uma hegemonia global. As ideologias do *porquê* correspondem a uma fase de transformação: (a) ou mudança *do* sistema de poder, para implantação de uma nova hegemonia global; (b) ou mudança *no* sistema de poder, para o acesso à hegemonia de uma nova fração de classe. Em (a) se trata da transformação de uma função apenas de direção (dominada) para a função hegemônica completa, incluindo função de direção e função de domínio; em (b) se trata do acesso de uma fração à função de direção da sua classe, mantendo a classe a função de domínio; a transformação aqui é, pois, interna à classe dominante, é uma transformação da dominância. Conforme a fase seja de transformação ou de fortalecimento da hegemonia, as ideologias mantêm com a estrutura ou uma relação direta, no primeiro caso, ou uma relação inversa, no segundo caso. Se é assim, só nas fases em que aquela transformação já se opera concretamente é que a totalidade social inclui as ideologias do *porquê*. Durante todo o período anterior a estrutura ideológica se compõe unicamente de ideologias do tipo *como*. Dessa discussão ressalta uma conclusão: o caráter de classe da ideologia, ou melhor, as relações de classe caracterizando a ideologia”. Nesta obra Limoeiro Cardoso faz boas críticas à perspectiva althusseriana de ideologia e retoma Gramsci e o debate sobre hegemonia de forma muito rica, mas, no que tange à noção de ideologia, sua perspectiva acaba possibilitando uma visão positiva ou afirmativa de ideologia, certamente diferente daquela perspectiva negativa antes apontada, sobretudo pela ideia de que existem “ideologias dominadas”. Isto posto, e apesar da não coincidência entre a perspectiva trabalhada por Limoeiro Cardoso sobre ideologia e a visão aqui defendida, sua colocação sobre as ideologias do “como” e do “porque” são muito sugestivas e serviram para firmar a construção teórica de crítica à ideologia do desenvolvimento que esta tese tenta aportar.

Num contexto de supremacia do modo de produção capitalista, no qual a naturalização desistoricizante deste mesmo modo de produção é um elemento ideológico fundamental, e em um contexto específico no qual o horizonte utópico do desenvolvimento é disputado por diferentes projetos políticos, a disputa entre distintos projetos “de desenvolvimento” conforma justamente a *aparência* de desnaturalização e de “mudança estrutural”, ao passo em que, ao se manter como horizonte o “desenvolvimento” (adjetivado de várias formas ou, mais comumente, sem qualquer adjetivo), o próprio modo de produção capitalista (e seu possível “desenvolvimento”) é tomado como dado natural.

Assim, o pensamento que não traz a crítica no sentido antes mencionado normalmente toma o próprio horizonte do desenvolvimento como um dado naturalizado e tende a se pautar pela questão motora de “como se desenvolver”, entabulando o cerne da disputa política nas distintas respostas a essa questão motora.

Analisando o desenvolvimento em escala nacional, regional ou mesmo mundial, o pensamento acrítico o faz em geral sem refletir sobre as determinantes da necessidade de se propor essa questão. Por certo, a mera reflexão sobre o tema não impede que se mantenha a mesma questão no centro de suas problemáticas; pode inclusive se debruçar no questionamento sobre o “porquê” teria sido formulado e/ou implementado certo “modelo de desenvolvimento” em determinado período histórico e, com isso, avançar em outra questão motora da análise, mais pertinente, sobre o próprio objeto do desenvolvimento – ou “o que se desenvolve” e “por que se desenvolve”. Mesmo sem partir de um falso amálgama que identifique completamente a totalidade de alguns projetos políticos à particularidade de determinados processos históricos, a possibilidade de apreensão crítica da conjuntura em permanente movimento através das respostas encontradas por uma dada interpretação está limitada de partida por suas questões motoras, sendo que, no caso que aqui interessa, o questionamento sobre “o que se desenvolve” e “por que se desenvolve” abre mais possibilidades analíticas que o questionamento mais restrito – e muito mais frequente – sobre “como se desenvolver” ou “como alcançar o desenvolvimento”.

Contudo – e este é o ponto central –, para a crítica do horizonte utópico do desenvolvimento é preciso mais que o questionamento do “o que” e do “por que”, pois tais questionamentos podem estar – e normalmente estão – subordinados à problemática do “como se desenvolver”, que pode aparecer como questão motora central da análise de maneira aberta ou velada. E ao tomar o próprio horizonte utópico do desenvolvimento como dado e buscar apenas os caminhos para alcançá-lo, tende-se também a naturalizá-lo.

É necessário, portanto, captar “o que se desenvolve” e mais: realizar a crítica teórico-prática *para além* do horizonte utópico do desenvolvimento, hegemonicamente naturalizado como desenvolvimento capitalista.

Essa colocação é fundamental para a análise aqui proposta, contrapondo como questões motoras determinantes de distintas interpretações acerca do desenvolvimento capitalista a interrogante sobre “como se desenvolver” dentro desse sistema e sobre como compreender suas características gerais e particulares para superá-lo. Unida ao comentário anterior sobre ideologia e utopia, a referida colocação permite agora capturar os traços centrais da ideologia do desenvolvimento, já adiantados na introdução: i) a presença do desenvolvimento como horizonte utópico; e ii) o enquadramento intelectual e político na questão motora (explícita ou implícita) de “como” desenvolver o país.

1.3. Desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento no Brasil

No plano político-intelectual ou da história do pensamento brasileiro, a hegemonia da ideologia do desenvolvimento se revela na percepção acertada de que “o tema do desenvolvimento é o organizador do pensamento e do debate econômico do país” (Malta *et. al.*, 2011, p. 24). Acontece que, no âmbito da história do pensamento econômico brasileiro, quando se trata do *desenvolvimentismo* e do *desenvolvimento* o tema acaba gerando uma circularidade própria do seu caráter ideológico. Ao que parece, inclusive importantes esforços de construir a história do pensamento econômico brasileiro estão marcados por esta circularidade.

Abstração polissêmica, o desenvolvimentismo às vezes designa *projetos* ou programas de ação (portanto, políticos); às vezes é usado – mediante sua derivação como adjetivo: *desenvolvimentista* – para caracterizar *processos* históricos específicos em países ou regiões; e outras vezes é ainda tomado como ideologia, mas neste caso ideologia é entendida mais como ideário ou sistema de ideais voltado para a ação – aquele sentido positivo – do que como expressão de relações de dominação e velamento da realidade. O mais comum, aliás, é a utilização das três formas conjuntas, num amálgama próprio da naturalização do “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico.

Ao focar alguns exemplos e referências fundamentais no estudo do desenvolvimentismo e de sua relação com a história do pensamento econômico brasileiro é possível revelar como o amálgama de pensar o desenvolvimentismo enquanto processo, projeto e horizonte – tudo ao mesmo tempo – muitas vezes tende a cair no próprio enredo da ideologia do desenvolvimento.

Em seu clássico estudo sobre o *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Ricardo Bielschowsky entende da seguinte forma o desenvolvimentismo – “conceito-chave que organiza o relato e lhe concede unidade” – (2007 [1988], p. 7; itálicas minhas):

Entendemos por desenvolvimentismo, neste trabalho, a *ideologia* de transformação da sociedade brasileira definida pelo *projeto* econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

No mesmo livro sintetiza seu entendimento de desenvolvimentismo como “a ideologia de superação do subdesenvolvimento com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, [que] só viria se tornar hegemônica na segunda metade dos anos 50”, tendo sua origem no período entre 1930 e 1945 (*Ibid.*, p. 250). Em outras publicações o adjetivo “desenvolvimentista” é utilizado por

Bielschowsky para caracterizar já não mais um projeto ou uma “ideologia” – no sentido de ideário –, mas um *período histórico* – a “era desenvolvimentista” –, que se enquadraria entre 1950 e 1980 ou então, tal como aparece em outros textos, entre 1930 e 1980 (Bielschowsky, 2007; 2013). Isso porque em tais períodos teria predominado o desenvolvimentismo, de acordo com aquela definição aqui reproduzida.

Também em diferentes momentos da obra de Luiz Carlos Bresser-Pereira se encontra esse uso polivalente acerca do vocábulo desenvolvimentismo. Em seu primeiro livro – *Desenvolvimento e crise no Brasil – 1930-1967* –, o desenvolvimentismo era entendido como “uma *ideologia* que coloque como principal objetivo o desenvolvimento econômico” (1968, p. 209; itálica minha), sendo que o desenvolvimento seria “um *processo* de transformação econômica, política e social, através da qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo”; um processo de “transformação global”, em que “o aspecto econômico é preponderante” (*Ibid.*, p. 15 e 16; itálica minha). Ainda no mesmo livro, em outra passagem, ao tratar da habilidade política de Juscelino Kubitschek (JK) para criar as condições políticas para o investimento privado, Bresser-Pereira ressalta o “fato de [JK] ter conseguido, em grande parte, unir o povo brasileiro em torno de uma *ideologia* particular fascinante, que praticamente nasceu e morreu (ou pelo menos perdeu vigor) com ele: o desenvolvimento” (*Ibid.*, p. 48; itálica minha).

Chama a atenção o alto grau de indeterminação de sua caracterização de desenvolvimento, ao mesmo tempo objetivo, caminho e ideologia – ou horizonte, processo e projeto. Em outras ocasiões mais recentes Bresser Pereira define o desenvolvimentismo de um modo no qual fica ainda mais evidente a mescla entre projeto, processo, ideologia (2012, s/p.; itálicas minhas):

O desenvolvimentismo é a *ideologia* do desenvolvimento econômico dos países retardatários, que realizaram ou realizam sua revolução nacional e industrial depois que os países mais avançados se industrializaram e se tornaram imperialistas; é a *estratégia* que usam os países retardatários para se industrializar e alcançar os níveis de renda dos países ricos; é a *alternativa* à proposta de crescimento liberal e dependente que, como na sua última versão, o Consenso de Washington, não promove o desenvolvimento econômico, mas instabilidade financeira e o aumento da desigualdade. No Brasil, o *nacional-desenvolvimentismo* foi a *estratégia dominante* entre 1930 e 1980, e teve êxito em promover a industrialização ou, mais amplamente, a *revolução capitalista do país*.

Nesta passagem, retirada de uma entrevista para um dossiê sobre “novo-desenvolvimentismo” – e como tal o conteúdo pode perder em precisão mas ganhar em espontaneidade –, fica claro que o desenvolvimentismo é entendido por Bresser-Pereira ao mesmo tempo como ideologia num sentido mais próximo a ideário ou projeto (estratégia) e como processo histórico (estratégia dominante).

Em contraste com essas formas que tendem a amalgamar o desenvolvimentismo em projeto, processo e horizonte, alguns trabalhos de Pedro Cezar Dutra Fonseca contribuem para revelar o caráter de horizonte utópico conformador de um dos traços da ideologia do desenvolvimento, ao caracterizar o papel do conceito de “desenvolvimento” no ideário desenvolvimentista. Em texto sobre a “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil” (2012 [2004], p. 24), o autor expõe que:

Nesse ideário [o desenvolvimentismo], o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes. Mas a reversão desse quadro não vem espontaneamente, deve ser construída, exige a ação, determinação, vontade e – em suas versões mais maduras – planejamento. Só por meio do Estado, como instituição que materializa por excelência a racionalidade burocrática e política, isso pode ser conseguido. Como toda boa ideologia, constrói-se um projeto de sonho que se propõe factível e realizável – e que, portanto, incita um programa de ação.

Em outro texto, ao focar na construção do conceito de desenvolvimentismo e tomar acertadamente como parâmetro não uma forma ideal deste ou uma definição *a priori*, mas sim sua construção histórica a partir de um embate político-intelectual (com base numa amostra de autores e analisando suas visões tanto em relação aos projetos quanto aos processos históricos identificados como desenvolvimentistas), Fonseca faz notar que (2014, p. 48; itálica do original):

De um lado, o termo remete a uma racionalidade imediata quanto a fins: crescimento da produção e da produtividade. Tal faceta descortina seu caráter “técnico”, objeto de planejamento, quantificável em metas e taxas desejáveis a serem buscadas conscientemente, através de meios tidos como mais adequados – os instrumentos de política econômica. Já os valores se manifestam quando o desenvolvimentismo toma a

forma de ideologia de construir um novo mundo “melhor” ou “mais harmônico” [...]. A ele associam-se valores cuja ênfase variou de país para país da América Latina, e às vezes entre governos de um mesmo país, mas fundamentalmente a busca de uma sociedade mais “equilibrada”, com “harmonia”, “justiça social”, “soberania nacional” e “equidade”. Nota-se, então, um salto: *o desenvolvimentismo passa a ser um guia de ação cuja ideologia concebe o desenvolvimento não mais apenas como meio para atingir um fim, mas como fim em si mesmo, pois incorpora em seu conceito os próprios valores perseguidos.*

Ao desdobrar essa análise, um pouco mais adiante Fonseca aponta para um entendimento de desenvolvimentismo numa chave de leitura próxima àquela que aqui se tem da ideologia do desenvolvimento – apesar da inclusão, ao final da argumentação, de uma diferenciação weberiana (*Ibid.*, p. 49):

De outra forma, também aparece, em parte da literatura marxista, crítica ao desenvolvimentismo que o considera como ideologia justificadora da acumulação de capital, cuja retórica acena com projeto de universalidade para legitimar-se com a promessa da inclusão dos trabalhadores em seus frutos, ocultando o fato de que, ao se tratar de um desenvolvimento capitalista, funda-se na exploração do trabalho, sendo, portanto, incompatível com os valores desejáveis expressos na ideologia. De acordo com este entendimento, haveria uma contradição irreconciliável entre a racionalidade instrumental e a referente a valores.

De todo modo, certamente esta não é a forma mais comum de entender o desenvolvimentismo e, tal como Fonseca bem revela, em lugar de tomar um conceito de forma apriorística, interessa mais “construir o conceito a partir da observação de seu(s) emprego(s) pela própria comunidade que o utiliza” (*Ibid.*, p. 32). Nesta construção, Fonseca captura a predominância de outra conceitualização de desenvolvimentismo, que mescla projeto, processo, ideário e horizonte utópico, tendo em vista que normalmente (*Ibid.*, p. 59; itálicas no original):

[...] entende-se por *desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.*

Aqui pareceria mais destacado o *projeto ou ideário*, mas com base nesta definição são identificados períodos históricos e casos de governos desenvolvimentistas (*subtipos*), isto é, *processos desenvolvimentistas*, nos quais o referido projeto logra plasmar-se como orientador do curso da história em determinado período. O elemento do horizonte utópico entraria nos “fins desejáveis”,

[...] pois incorpora no conceito os valores maiores que justificam a estratégia e o projeto para o futuro, a sua utopia em busca de outra sociedade melhor [...]. Incorpora-se, portanto, no conceito, variável axiológica, a qual se expressa como ideologia ou ideias que explicitam e justificam determinados fins ou valores (ação social racional referente a valores) (*Ibid.*, p. 61).

Esta última citação de Fonseca é útil para revelar a circularidade do movimento de imaginar que o desenvolvimentismo – enquanto ideário ou projeto, quer esteja ou não reduzido a um conjunto de políticas econômicas – seria a forma de superação dos problemas econômicos e sociais dentro dos marcos do sistema capitalista e que isso se daria quando fosse alcançado, finalmente, o próprio desenvolvimento. E mais: ao serem também identificados períodos, casos de governos ou subtipos de desenvolvimentismos que historicamente não superaram os problemas econômicos e sociais que se propunham superar, volta sempre a necessidade do desenvolvimentismo (como ideário ou projeto) para que, com ele, o desenvolvimento seja alcançado. É como se fosse preciso *desenvolver o desenvolvimento através do desenvolvimentismo para o país se tornar desenvolvido*.

Esta circularidade, muito comum no pensamento econômico brasileiro contemporâneo – sobretudo no pensamento que se auto insere em matrizes que reivindicam ideários desenvolvimentistas, em geral vista como “progressista” na batalha das ideias –, é um dos aspectos que a um só tempo refletem e reproduzem a ideologia do desenvolvimento dentro daquele mesmo pensamento.

Pois bem, ao problematizar o amálgama entre desenvolvimentismo, ideário desenvolvimentista e ideologia do desenvolvimento, pretendo destacar alguns pontos que podem ser úteis para informar possíveis análises sobre o Brasil contemporâneo:

- a) ao voltar os olhos para os períodos nos quais um ou mais projetos desenvolvimentistas influenciaram hegemonicamente a lógica da reprodução social (normalmente denominados como períodos desenvolvimentistas), cabe destacar que os projetos “vitoriosos” não estão dissociados de padrões de reprodução do capital em escala nacional, regional e mundial, cujo surgimento e reprodução nunca é fruto de apenas um projeto político ou um conjunto de interesses, da mesma maneira que a hegemonia de determinado(s) projeto(s) em um dado período histórico

- nunca é total, pressupondo sempre disputa no próprio movimento da luta de classes;
- b) o ideário desenvolvimentista pode abarcar diferentes projetos políticos, que, por sua vez, podem surgir, subsistir e disputar espaço no bloco histórico mesmo em períodos nos quais não obtenham hegemonia;
 - c) a ideologia do desenvolvimento – e este é o ponto central aqui defendido – permaneceu e permanece presente no cenário político-intelectual do Brasil contemporâneo e pode abarcar distintos projetos, caracterizados *ou não* como “desenvolvimentistas”. Como se buscou demonstrar no início deste primeiro capítulo com a hipótese da quase onipresença do horizonte utópico do desenvolvimento na atualidade, representantes de diferentes projetos políticos (vistos *ou não* como desenvolvimentistas, autodenominados *ou não* dessa maneira, e hegemônicos *ou não* no bloco histórico) disputam o conteúdo e a concretude histórica do “desenvolvimento”, reconstruindo-o como *topus* primordial a ser alcançado. E isso a partir de distintos interesses, refletidos em distintas significações que em decorrência propõem distintos caminhos sobre “como” alcançar aquele *topus*, informados por distintas análises da conjuntura e do passado. Essa disputa, contudo, cumpre um papel importante na reprodução da ideologia do desenvolvimento, que permanece como elemento central no sistema de dominação do Brasil contemporâneo.

Capítulo 2. A origem da ideologia do desenvolvimento e seu enraizamento no Brasil

2.1. A origem da ideologia do desenvolvimento e a “economia do desenvolvimento”

Uma forma básica de combater qualquer ideologia é desnaturalizá-la, apresentando-a em seus conteúdos particulares e históricos. Pois bem, no caso da ideologia do desenvolvimento, qual é sua origem? Tendo em vista que um dos pontos de definição específica desta ideologia é a construção do desenvolvimento enquanto horizonte utópico, a hipótese é que esta sua origem se situa no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, em particular com a Guerra Fria, como parte da consolidação da hegemonia estadunidense no mundo capitalista de então, em contraposição à URSS, e também como parte da construção da hegemonia do próprio capitalismo frente ao socialismo.

É certo que, trocando em miúdos, a ideia de desenvolvimento nasce muito antes da segunda metade do século XX. No fundo, mas com *diferentes formas*, trata-se de uma ideia que remonta à própria origem do sistema interestatal capitalista e que deve ser entendida como parte intrínseca da visão de progresso que formou e ainda forma a modernidade capitalista¹¹. Não por acaso, muitos traçam uma espécie de linha de continuidade entre a economia política clássica e o debate teórico-político que após a Segunda Guerra ficou conhecido como “economia do desenvolvimento”: “uma ‘economia política’ que, ao explicar o movimento de longo prazo da acumulação de capital, se transformou na primeira versão daquilo que mais tarde se chamou – talvez tautologicamente – de ‘economia do desenvolvimento’” (Fiori, 1999, p. 14). Há quem diga até que “incluso en el siglo XVII ya se realizaban debates intelectuais maduros sobre cómo podrían desarrollarse los países. Después de todo, ¿qué más era el punto de discusión en las políticas propuestas que hoy en día agrupamos bajo la etiqueta de mercantilismo?” (Wallerstein, 2004 [1988], p. 116).

¹¹ Sobre isso há diversas referências na obra de Wallerstein (1991 [1979]; 1988 [1984]; 2007 [1991]; 2003 [1996]).

É evidente também que processos históricos anteriores ao fim da Segunda Guerra foram determinantes para a formação específica do horizonte utópico do desenvolvimento. Entre eles é preciso voltar pelo menos à Primeira Guerra Mundial, no bojo da qual nasce para o mundo a Revolução Russa de 1917, por um lado, e, por outro, os Estados Unidos começam a despontar, como se diz, enquanto “centro cíclico principal” do sistema interestatal capitalista (Teixeira, 1999, p. 168). Ainda no bojo da Primeira Guerra Mundial surge, de um lado, a proposta de criação da Liga das Nações liderada por Woodrow Wilson, então presidente dos Estados Unidos – aliás, proposta natimorta devido às condições internas estadunidenses –, e, de outro, entra em pauta a luta pela autodeterminação dos povos encampada por Vladimir Ilich Lenin, líder revolucionário russo à frente da construção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A Revolução Russa havia aberto na prática outros horizontes de sociabilidade, e a URSS, a partir de 1922, trouxe à tona a planificação econômica – tema que, posteriormente, viria a ser central no debate político-intelectual no mundo capitalista atingido pela crise de 1929, tendo incorporado novos contornos com as derivações das análises sobre os ciclos econômicos e a demanda efetiva formuladas por John Maynard Keynes em sua *Teoria geral do emprego, juros e moeda*, de 1936¹², e, mais importante que isso, tornando-se fundamental para o esforço de guerra entre 1939 e 1945.

De todo modo, “só depois de 1945 – em paralelo com o processo de descolonização asiática e africana – é que, de fato, a ‘geocultura do desenvolvimento’ se transformou num fenômeno universal” (Fiori, 1999, p. 22)¹³. Foi ao final da Segunda Guerra Mundial que se estabeleceu todo um enorme aparato de produção de conhecimento e de aplicação de políticas públicas que

¹² Nesta mesma época, e inclusive um pouco antes, Michal Kalecki, autor polonês, escrevia sobre temáticas semelhantes, ainda que tivesse como interlocutores principalmente Tugan-Baranowski e Rosa Luxemburgo, vinculados à tradição marxista. Apesar de não ter sido amplamente difundido já na década de 1930 – sobretudo se comparado com Keynes –, na década de 1960, e sob o horizonte utópico do desenvolvimento, sua contribuição foi amplamente incorporada ao debate político-intelectual, destacando-se a análise de Joan Robinson sobre sua obra e a de Keynes (Robinson, 1964). De Kalecki são particularmente importantes os artigos “Esboço de uma teoria do ciclo econômico”, de 1933, “O mecanismo da recuperação econômica”, de 1935, e “Os aspectos políticos do pleno emprego”, de 1943; uma seleção de seus artigos organizada por Jorge Miglioli pode ser vista em Kalecki (1980 [1977]).

¹³ O termo “geocultura do desenvolvimento” é de Immanuel Wallerstein, trabalhado em diferentes textos, em especial em *Después del liberalismo* (2003 [1996]).

apresentava o “desenvolvimento” mesmo como um fim político praticamente incontestável. A partir de então, e cada vez mais, é o *desenvolvimento em si* – ou até mesmo adjetivado, normalmente pelo “econômico” – que passa a ser um horizonte utópico. Desde então, em quase todas as esferas sociais em que se faz presente, o “desenvolvimento” tem sido o principal horizonte utópico de diversas nações.

É claro que, procurando bem, certamente é possível encontrar exemplos anteriores à segunda metade do século XX nos quais o “desenvolvimento” já estava presente em diferentes descrições de processos históricos e inclusive – e isso é mais importante neste caso – em diversos projetos políticos¹⁴. Contudo, até então, além de ser extremamente mais raro seu uso enquanto horizonte utópico em si mesmo – ou inclusive enquanto horizonte utópico adjetivado –, quando aparecia estava no bojo de uma busca do “desenvolvimento” para seus respectivos países, e não para outros, conforme aparece na construção ideológica de universalização – em escala mundial – dos interesses vinculados a distintos projetos de desenvolvimento. Ademais, é somente no pós Segunda Guerra que a própria base material capitalista possibilita a universalização desse constructo ideológico enquanto tal, dentro do processo de transformação do padrão de reprodução do capital em escala mundial sob hegemonia dos EUA. Tais transformações permitem que diferentes projetos de “desenvolvimento” se tornem hegemônicos, através da criação de novos mercados, da integração dos sistemas de produção e pela mudança qualitativa da expansão do investimento externo direto para as regiões que, também naquele então, começarão a serem denominadas de “áreas subdesenvolvidas”.

Este processo começa a ganhar seus contornos mais definidos pouco antes do final da Segunda Guerra, sobretudo após os acordos de Bretton Woods, em 1944, e com a criação do *International Bank for Reconstruction and Development* (BIRD, em sua sigla em português, que depois integraria o Banco Mundial), do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT, em sua sigla em inglês, que

¹⁴ Aqui é onde poderia entrar a objeção de que nas obras de Friedrich List e seu *Sistema nacional de economia política* (182 [1841]), ou de Joseph Schumpeter e sua *Teoria do desenvolvimento econômico* (182 [1911/1934]), e inclusive em Sun Yat-sen com seu projeto plasmado em *The International Development of China* (1922), para ficar em poucos exemplos, já continham o tema e inclusive o horizonte do desenvolvimento.

posteriormente formaria a Organização Mundial do Comércio), bem como do Fundo Monetário Internacional (FMI). Conformava-se assim o padrão monetário internacional conhecido como “dólar-ouro”, sob cuja égide foi viabilizada a abundância de crédito que se fez necessária para a exportação de capital e a integração dos sistemas produtivos no mundo capitalista entre as décadas de 1950 e 1970. Neste contexto iniciou-se a construção de diversas instituições cuja função seria deliberadamente promover o desenvolvimento de países ainda não desenvolvidos ou, no termo pautado na época, subdesenvolvidos.

A instituição fundamental neste sentido foi a Organização das Nações Unidas (ONU), que desde sua carta fundacional em 1945 já apontava para o desenvolvimento como horizonte, fruto da cooperação entre os países. Nos anos posteriores paulatinamente o “desenvolvimento” seria colocado no centro dos debates da ONU, sobretudo através do seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC), que “abrange mais de 70% dos recursos humanos e financeiros de todo o sistema Nações Unidas” (Ribeiro, 2007, p. 53), e com a criação, a partir de 1947, das Comissões Econômicas regionais, primeiro para a Europa e para a Ásia e Extremo Oriente (mais tarde denominada para a Ásia e Pacífico), depois, em 1948, para a América Latina (denominada a partir de 1984 como Comissão Econômica para América Latina e Caribe), mais tarde, em 1958, para a África, e, finalmente, em 1973, para a Ásia Ocidental.

Interessante notar que este mesmo processo foi descrito por Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, ao tratar, em 1970, do “desenvolvimento como um tópico do pós guerra” em seu livro *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, (2004 [1970], p. 21), mas de uma forma que subliminarmente acaba por legitimar a construção da ideologia do desenvolvimento no pós Segunda Guerra:

La atención prestada a los problemas del desarrollo económico y la industrialización en las áreas menos desarrolladas del mundo fue convirtiéndose, en virtud de una serie de factores, en la preocupación central de las Naciones Unidas en los años siguientes [a 1948]. Desde luego, con el avance del proceso de descolonización, numerosos nuevos países subdesarrollados de África y Asia comenzaron a exponer sus necesidades de desarrollo económico y social. Por otra parte, en la medida que los problemas urgentes de abastecimiento y reconstrucción en los países devastados por la guerra comenzaban a ser superados, que el comercio internacional adquiría nuevo impulso por esa misma razón, y por la amenaza de nuevos conflictos bélicos, comenzaban a desaparecer los problemas que preocuparon inicialmente y surgía así, como el desafío fundamental del mundo de posguerra, la elevación de los niveles de vida en las áreas menos desarrolladas. Finalmente,

con el recrudecimiento de las tensiones políticas a partir de 1947, tanto por las dificultades entre los países capitalistas y socialistas, como por la desintegración de los grandes sistemas coloniales, algunos países industrializados iniciaron programas especiales de ayuda a las áreas subdesarrolladas y las colonias, tales como el programa del Punto Cuarto de Estados Unidos y el Plan Colombo del Reino Unido, que vinieron a sumarse al esfuerzo de asistencia técnica y de ayuda financiera emprendido en los primeros años de la posguerra por las Naciones Unidas y sus organismos especializados.

Sunkel e Paz descrevem o processo de construção das políticas “para o desenvolvimento” sem explicitar que, até aquele então, os países da África e da Ásia (e poderíamos agregar os da América Latina) sequer eram classificados como “subdesenvolvidos” – eram em geral descritos pela literatura ocidental como “bárbaros”, “atrasados”, “agrários”, “semicoloniais”, entre outros termos –, e tampouco seus problemas eram até então colocados, por eles mesmos, em termos de necessidade de alcançar o desenvolvimento. Este horizonte e aquela denominação começam a se generalizar – ou melhor, a serem generalizados – precisamente “con el recrudecimiento de las tensiones políticas a partir de 1947”. Não por acaso precisamente no momento em que se iniciava a chamada Guerra Fria, simbolicamente marcada pelo discurso que Harry Truman – que havia assumido a presidência dos Estados Unidos como vice de Franklin Delano Roosevelt após a morte deste em 1941 – faria em março de 1947 no Congresso estadunidense, dando início ao que ficou conhecido como “Doutrina Truman”, de *contenção* do comunismo, que no fundo visava também à *expansão* do capital e do poder estadunidenses¹⁵. Era, pois, o processo de criação do horizonte utópico do desenvolvimento, em contraste com o comunismo.

¹⁵ Esse espelhismo é bem percebido por Flávio Diniz Ribeiro (2007, p. 25-26): “Não se pensava o redesenho do poder no mundo apenas no sentido da reconstrução das áreas devastadas pela guerra e da redefinição da soberania dos países diretamente envolvidos. Mas também e até principalmente no sentido da expansão capitalista para novas áreas, especialmente para o chamado ‘terceiro mundo’. Curiosamente, esta perspectiva econômico-política de *expansão* é definida por meio de uma perspectiva político-econômica de *contenção*, o que está na raiz mesma da definição da nova situação de pós-guerra como sendo ainda uma situação ‘de guerra’, embora não mais fundamentalmente a quente, Guerra Fria, portanto: o novo ‘estado de guerra’ derivaria da necessidade de conter uma outra expansão, a suposta expansão comunista. Ocorre aí uma interessante troca de posições entre o econômico e o político: processa-se um deslocamento do foco econômico da expansão capitalista para o foco político da contenção do comunismo; mas, para conseguir essa contenção política, define-se como estratégia privilegiada a expansão econômica nas áreas-alvo: ‘o desenvolvimento’ do chamado terceiro mundo, desenvolvimento este que coincide exatamente com a expansão do capitalismo para essas áreas desde então designadas como ‘subdesenvolvidas’. Nos termos das teorias propostas, tais áreas precisam ser ‘ajudadas’ economicamente (*economic aid*), para com essa ajuda poderem alcançar a condição de

Talvez o momento mais marcante desse processo de criação e generalização do horizonte utópico do desenvolvimento seja o dia 20 de janeiro de 1949, quando Harry Truman, eleito presidente dos Estados Unidos, proferiu seu discurso de posse. Um momento emblemático, reflexo do contexto determinado pelo movimento histórico no período.

Em seu discurso, após fazer um apelo anticomunista em defesa da “democracia”, Truman diz que sua política pela paz e a liberdade se centraria em quatro pontos, dos quais o quarto é o mais importante. Este ponto começa assim (Truman, 2013 [1949]. Tradução e itálicas minhas):

Quarto: devemos nos envolver em um novo e corajoso programa para tornar os benefícios dos nossos avanços científicos e do nosso progresso industrial acessíveis, visando à melhoria e ao crescimento das *áreas subdesenvolvidas*.

E depois segue:

O velho imperialismo – exploração para lucro estrangeiro – não tem lugar nos nossos planos. O que buscamos é um *programa de desenvolvimento* baseado nos conceitos de trato justo e democrático.

Uma mensagem que pode ser entendida como um corolário da Doutrina Truman de 1947, que visava, obviamente do ponto de vista dos Estados Unidos, “defender o mundo livre” contra a “ameaça” comunista. Mais importante que isso: era a primeira vez que o termo “subdesenvolvido” (“áreas subdesenvolvidas”) entrava em cena na política mundial, e já entrava como um dos protagonistas, ao lado de “liberdade”, “democracia” e, claro, “desenvolvimento”¹⁶.

‘desenvolvidas’ e com esse processo barrar a expansão comunista, supostamente sempre mais provável sob condições de miséria ou de ‘subdesenvolvimento’”. O único detalhe é que a expansão comunista não era tão suposta. Sem entrar neste debate aqui, e a título de exemplo, vale lembrar que logo após o fim da guerra “os partidos comunistas foram legalizados, ou pelo menos tolerados, virtualmente em toda a América Latina. As adesões, menos de 100 mil em 1939, chegaram a 500 mil em 1947” (Bethell e Roxborough, 1996, p. 29).

¹⁶ Para ser mais preciso, o “desenvolvimento” como meta e em contraste com a “exploração” já aparecia em discursos da elite inglesa ao final dos anos 1930: “For example, Bourdillon, the British Governor of Nigeria, addressing the Royal Empire Society in London in 1937, stated that ‘the exploitation theory ...is dead and the development theory has taken its place’” (Cowen e Shelton, 2000, p. 27). Também o termo “subdesenvolvimento” já começava a circular em alguns meios: “Responding to Joseph Chamberlain’s injunction to develop Britain’s imperial estates in Africa, the Liberal Prime Minister, Campbell-Bannerman, put forward a project of his own, ‘to develop our underdeveloped estates in this country; to colonise to our own country’” (*Idem*). Contudo, eram termos e ideias restritas, não generalizadas para o âmbito mundial, além de estarem direcionadas

Segundo Gustavo Esteva (2000, p. 60), “Truman deu um novo significado ao desenvolvimento e criou um símbolo, um eufemismo, que, desde então, passou a ser usado para, discreta ou inadvertidamente, referir-se à era da hegemonia norte-americana”. A contraparte do desenvolvimento era o subdesenvolvimento: “Naquele dia, dois bilhões de pessoas passaram a ser subdesenvolvidas” (*Idem*).

O subdesenvolvimento começou a cumprir papel semelhante ao que antes era representado pela “barbárie” e pelo “atraso”. E mais: a nova dualidade “desenvolvimento” *versus* “subdesenvolvimento” representava um processo de redefinição, sob hegemonia estadunidense, de alguns elementos ideológicos fundamentais próprios da modernidade capitalista: o humanismo, o individualismo, o progressismo, o industrialismo e o economicismo¹⁷.

Neste sentido, no contexto do pós Segunda Guerra teria se reconfigurado o humanismo ou o “universalismo europeu” (na verdade, eurocêntrico ¹⁸), entendidos como a pretensão de universalizar os próprios interesses e subordinar a realidade do “outro” à sua própria; assim entendido, o humanismo teria como essência a afirmação de uma determinada ordem de civilização (desenvolvimento) sobre aquilo que é moldado como caótico e bárbaro (as áreas subdesenvolvidas).

Em relação ao individualismo – traço comum da modernidade capitalista e suas “robinsonadas” (Marx, 2004 [1857]) –, no pós Segunda Guerra as “garantias de liberdade individual” foram apresentadas como um elemento central em contraste com a “supressão” das próprias “liberdades individuais”, uma supressão que seria típica dos governos “totalitários”, que imporiam os “desígnios de uma minoria sobre a maioria”¹⁹. Convém apontar que, após a derrota do nazismo, na visão estadunidense tais governos “totalitários” seriam apenas aqueles alinhados

para um projeto interno ao seu país e não um projeto proposto para outros países do sistema interestatal capitalista. Ainda sobre esse ponto, cabe observar que, tal como em outras épocas – como no caso da “Doutrina Monroe” ou mesmo da “Doutrina Truman” –, os Estados Unidos adotavam o “software” inglês nos planos ideológico e geopolítico (cf. Fiori, 2007, p. 74-86).

¹⁷ Sobre este tema, ver Echeverría (1997).

¹⁸ “[...] una expresión más cultural que cartográfica; en este sentido, en la discusión acerca de los últimos dos siglos, nos referimos principal y conjuntamente a Europa occidental y Norteamérica” (Wallerstein, 2002, p. 191).

¹⁹ As aspas são de trechos retirados da “Mensagem Especial ao Congresso sobre a Grécia e a Turquia”, proferida por Harry Truman no dia 12 de março de 1947, mensagem esta que deu origem à Doutrina Truman. Cf. Truman (2013 [1947]).

ao nascente Campo Socialista, aos quais logo viriam a se juntar os Estados Não Alinhados.

Ainda mais relevantes para a discussão que aqui se propõe são os impactos da redefinição do progressismo, do industrialismo e, principalmente, do economicismo. O progressismo, em termos muito sintéticos, pode ser entendido como um modo de legitimação social no qual

[...] todos los dispositivos, prácticos y discursivos, que posibilitan y conforman el proceso de reproducción de la sociedad – desde los procedimientos técnicos de la producción y el consumo, en un extremo, hasta los ceremoniales festivos, en el otro, pasando (con intensidad y aceleración decrecientes) por los usos del habla y los aparatos conceptuales, e incluso por los esquemas del gusto y la sociabilidad – se encuentran inmersos en un movimiento de cambio indetenible que los llevaría de lo atrasado a lo adelantado, “de lo defectuoso a lo insuperable” (Echeverría, 1997, p. 151).

O progresso seria identificado com o aumento da riqueza e, numa espécie de correlato necessário, com a expansão da liberdade: tal seria o caminho para o aperfeiçoamento da civilização. Um progresso que passa a ser visto basicamente como “progresso técnico”, e segue sujeitando, agora em escalas nunca antes vistas, a lógica de criação de riqueza social à lógica de acumulação de capital; um progresso que, orientado para a plena urbanização da vida, tende a concentrar ainda mais a produção social moderna em torno da industrialização. É uma industrialização que, no pós Segunda Guerra e sob hegemonia estadunidense, ocorreu através da integração monopólica dos sistemas de produção em escala mundial, viabilizada pelo investimento externo direto. Tudo isso culmina na redefinição também do economicismo próprio da modernidade capitalista, na medida em que tendeu a aprofundar ainda mais a inerente cisão, enquanto “aparência objetiva”, entre um âmbito “econômico” e um âmbito “político” que se dá no capitalismo²⁰.

Pois bem, todo esse processo de redefinição de traços próprios da modernidade capitalista não significava apenas um problema discursivo ou uma mera forma de apresentar uma nova narrativa histórica – embora, de fato, os termos “civilização” (como contraposição à barbárie) e, em parte, “progresso”

²⁰ Existe ampla bibliografia sobre este tema. Para diferentes leituras, ver Aricó (2012), Osorio (2014), Wood (2011) e Kohan (2011). No quarto capítulo o tema será retomado, tendo como base as contribuições destes autores.

(como contraposição ao atraso) tivessem perdido sua inocência após duas guerras mundiais e uma grande depressão econômica. Na verdade, a propagação do objetivo do desenvolvimento tinha por trás um propício pano de fundo, que lhe dava vida e impulso.

Frente à emergência de novas nações no pós Segunda Guerra, junto à descolonização, após a Revolução Chinesa em 1949 e o fim da Guerra da Coreia em 1953, o processo de formação do horizonte do desenvolvimento se acentua. Era preciso responder à percepção que muitos povos manifestavam em relação às enormes desigualdades entre a “riqueza das nações”. E parte importante dessa resposta foi a ideologia do desenvolvimento²¹.

Neste contexto,

[...] os países capitalistas centrais passam a desenvolver teorias destinadas a explicar as disparidades, que os beneficiam de modo gritante, e a tratar de oferecer perspectivas para os novos Estados, teorias que – sob a denominação de teoria do desenvolvimento – se iniciam em órgãos governamentais, passam às agências internacionais e se estendem às universidades e centros de pesquisa (Marini, 1992, p. 71).²²

O ponto é que os aparelhos privados e estatais de hegemonia existentes nos países capitalistas ditos centrais, sob a égide dos Estados Unidos, estimularam e orientaram a produção de teorias sobre o “desenvolvimento”, tendo como foco a superação do “subdesenvolvimento” *de outros países*. Nas potências dominantes capitalistas, sobretudo no mundo anglo-saxão, formou-se naquele então a já mencionada “economia do desenvolvimento”²³.

²¹ Outra parte fundamental foi a concepção estadunidense de Estado de Segurança Nacional, formulada no mesmo quadro geopolítico, e que no Brasil (como em muitos países da América Latina) tomaria forma na Doutrina de Segurança Nacional, criada na Escola Superior de Guerra entre 1949, momento de sua fundação, e 1954. Para uma análise interessante sobre as continuidades de pensamento entre a Doutrina de Segurança Nacional e as formulações dos principais quadros das Forças Armadas brasileiras desde o início do século XX, ver Vieira (2013).

²² Marini apresenta em nota “obras significativas do período, [entre as quais] estão National Bureau of Economic Research, *Problems in the Study of Economic Growth*, Nova Iorque, 1949; United Nations, *Measures for the Development of Under-developed Countries*, Nova Iorque, 1951; Colin Clark, *The Conditions of Economic Progress*, Londres, 1951; S.H. Frankel, *The Impact of Under-developed Countries*, Oxford, 1952; W. W. Rostow, *The Process of Economic Growth*, Oxford, 1953; W. Arthur Lewis, *The Theory of Economic Growth*, Londres, 1955” (1992, p. 104).

²³ Uma seara político-intelectual que seria coadjuvada por aquilo que se conheceu como “sociologia do desenvolvimento”, “sociologia da modernização”, “estudos de área”, “*state and nation building analysis*” (assim, em inglês mesmo), representadas, por exemplo, pelos trabalhos de Bert Hoselitz, Talcott Parsons, Gabriel Almond, Everett Hagen, Daniel Lerner, Charles Kindleberger, Eugene Staley, Seymour Martin Lipset, Daniel Lerner, Marion Levy, entre muitos e muitos outros.

O objetivo fundamental desse campo intelectual em algumas ocasiões aparecia de forma clara e autoproclamada, como se pode notar, por exemplo, no “Editorial” do primeiro número da revista *Economic Development and Cultural Change*, fundada em 1952 e publicada pela Universidade de Chicago (Morin, 1952, p. 6; itálicas minhas):

Attention should be paid to the theoretical assumption that development involves particular social groups which perform the main innovating function. It can be observed historically that where development has taken place, it has been organized and led by a relatively small, self-conscious social group using control of economic growth as a means of achieving and maintaining power and status in the society. [...]

For economic development to occur, a group which does come to control the economy in the way described must base its activities upon an ideology which systematically encourages productive (output-increasing) investment. As a tentative generalization worthy of study it might be said that since the sort of control we are talking about can be achieved by self-conscious effort (as, for example, by guns and propaganda), those groups will come to power which are best able to utilize advanced and objective techniques of manipulating their environment. This implies that, over a long period of time, those groups would win in our hypothetical competition which used more efficient economic and social tools. But, while a historical view may indicate a selective process whereby the rise of particular groups to power can be explained, it does not follow in modern times any more than in earlier ones that such groups will use their power for purposes of “development” in our terms. This is in fact particularly true at present, since the more advanced West presents to underdeveloped areas a wide array of tools of control from which to choose, not all of which contribute to the goal we have in mind. Western military and Propaganda devices are the most easily assimilated of the techniques of the industrial world, and are as easily used to bolster a social structure which retards growth as to aid in social change favoring growth.

Stress here should be laid on the problems of identifying functional social groups fulfilling our conditions, and of relating such groups, with their various origins and particular roles, to the social and economic structures of the society in which they arise.

A questão central do “desenvolvimento econômico e da mudança cultural” seria, portanto, direcionar o chamado “desenvolvimento” para os objetivos estadunidenses (do seu poder e do seu capital, ou melhor, do poder de seu capital), tendo em vista o receio do “apelo comunista na população das áreas subdesenvolvidas”, conforme deixa explícito o artigo de Morris Watnick (1952) no mesmo número da mencionada revista. Era a ideologia do desenvolvimento que ganhava corpo.

E é neste campo que se inserem as obras de intelectuais que formaram aquilo que logo se conheceria como “economia do desenvolvimento”, tendo enorme projeção mundial, tais como: Arthur Lewis (e suas análises sobre desenvolvimento com oferta ilimitada de mão de obra, 1954), Paul Rosentain Rodan (e sua proposta do “grande impulso” – *big push* –, 1957), Ragnar Nurske (e

seu círculo vicioso da pobreza, 1953), Walt Whitman Rostow (e seus estágios do desenvolvimento econômico, 1952), Hans Singer (e sua noção de distribuição desigual no comércio internacional entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, 1950), Gunnar Myrdal (e sua causação circular cumulativa, 1957), entre tantos outros, muitos deles acadêmicos mas também ligados a instituições importantes de Estado ²⁴. Foi neste bojo que a noção de subdesenvolvimento entrou em debate e a partir desta noção se elaborou toda uma série de interpretações e receitas para direcionar as chamadas áreas subdesenvolvidas rumo ao desenvolvimento²⁵.

Desde então surgiu uma imensidão bibliográfica *a partir da e sobre a* “economia do desenvolvimento”, apontando suas teses, suas referências teóricas, suas propostas políticas, em geral pautados pela questão de “como desenvolver” as

²⁴ Destaca-se nesse grupo Walt Whitman Rostow, não pelo seu argumento das “etapas do desenvolvimento econômico”, tão ampla e facilmente criticado, mas pela sua clareza em relação à função geopolítica da ideologia do desenvolvimento. “Historiador econômico, professor, funcionário da inteligência durante a guerra, teórico do desenvolvimento, assessor presidencial, teórico da contra-insurgência, ideólogo, Rostow foi um intelectual importantíssimo para o capital num momento crucial para a expansão capitalista pós segunda Guerra Mundial e para a construção/consolidação da hegemonia norte-americana nesse processo” (Ribeiro, 2007, p. 18). É sobre este argumento que se direciona a tese de Flavio Diniz Ribeiro sobre Rostow e a ideologia do desenvolvimento, mostrando como, no fundo, Rostow foi “um homem vinculado ao poder. Não qualquer poder, mas o poder do Estado que é o centro então hegemônico no capitalismo. Identificasse com os grandes poderosos do planeta, da grande potência que se torna hegemônica no mundo. Desde muito jovem, Rostow vinculou seu trabalho intelectual e sua capacidade de formulação aos projetos políticos do governo dos Estados Unidos. E isso no momento mesmo em que se constrói a chamada Guerra Fria, sob a concepção do Estado de Segurança Nacional” (*Ibid.*, p. 140).

²⁵ É certo que, conforme lembra Aluísio Teixeira (2009, p. 74), “o ponto de partida para os trabalhos ligados ao primeiro evento [relacionado à perspectiva de desemprego crônico nos EUA e na Europa Ocidental] foram, incontestavelmente, os artigos de Harrod (1939, 1948) e Domar (1946), nos quais se discutem os problemas e as possibilidades do crescimento equilibrado. Só que, enquanto Harrod está mais voltado para os temas relacionados à instabilidade versus estabilidade (*steady state*), Domar persegue as condições do equilíbrio dinâmico. De qualquer forma, é desses textos que tem início uma série interminável de estudos sobre o tema – de corte keynesiano uns, neoclássico outros”. Mas como o mesmo autor afirma: “o problema em relação a esses trabalhos – problema que os tornava de pouca utilidade para a construção de uma verdadeira teoria do desenvolvimento – é que seus autores só se preocupavam com as condições analíticas do crescimento equilibrado, formulando hipóteses com base na estabilidade de parâmetros tais como distribuição funcional da renda, relação capital-produto ou ainda relação capital-trabalho (progresso técnico neutro). Tais relações, no entanto, só se mantêm estáveis se não ocorrer crescimento vigoroso, em particular da indústria; caso ocorra, o que é próprio dos processos de arrancada para o desenvolvimento, é inexorável que seja acompanhado por transformações estruturais que alteram justamente esses parâmetros. Não é por acaso que os estudos empíricos referidos por Kaldor e outros autores referem-se sempre a períodos de lento crescimento de economias maduras, como os Estados Unidos e a Inglaterra, antes de 1950”.

então denominadas “áreas subdesenvolvidas”²⁶. Em lugar de fazer mais uma revisão de todo debate em torno da “economia do desenvolvimento” – ou mesmo dos chamados “pioneiros” desse debate (Meier e Seers, 1985) –, importa ressaltar apenas algumas características genéricas dessa “economia do desenvolvimento”.

Inicialmente, cabe dizer que essas obras a ela vinculadas trataram de precisar a noção de desenvolvimento, relacionando-a diretamente ao crescimento econômico *per capita*, embora nem sempre se limitando a isso. Em suas versões mais vulgarizadas, o desenvolvimento seria entendido como um processo contínuo, onde o subdesenvolvimento representaria uma etapa prévia do desenvolvimento. Ao mesmo tempo processo e objetivo, o desenvolvimento seria um horizonte político não apenas necessário, mas também alcançável por todos os países, sempre e quando suas respectivas políticas econômicas e sociais fossem adequadas (o receituário variava segundo o diagnóstico). E, em termos gerais, o subdesenvolvimento era visto como ausência de desenvolvimento industrial.

Tratava-se, portanto, de analisar os *obstáculos* que as “estruturas arcaicas” ou “atrasadas” das áreas subdesenvolvidas impunham ao desenvolvimento, bem como os meios e “mecanismos” necessários para alcançar o próprio desenvolvimento. Neste sentido, embora reforçassem a separação entre o “econômico” e o “político”, ressaltavam muitas vezes que o desenvolvimento requeria a “modernização” das condições econômicas, sociais e políticas de cada país. O que poderia trazer tensões sociais, daí a necessidade do Estado para mobilizar e planificar racionalmente os recursos de cada país.

Enfim, geralmente supunham que para um país se desenvolver deveria seguir determinadas metas gerais, correspondentes a uma etapa progressiva, cujo modelo era abstraído a partir das características das “economias desenvolvidas”. Em termos metodológicos, o subdesenvolvimento seria medido pela “falta” de desenvolvimento e este era representado por uma série de indicadores – produto interno bruto, renda *per capita*, índices de alfabetização, taxas de mortalidade infantil, esperança de vida, etc. Em muitos casos, adotavam uma metodologia

²⁶ Já em 1953 Jacob Viner (economista canadense radicado nos Estados Unidos, professor de diversas universidades nesse país, entre elas a de Chicago), em conferência pronunciada no Brasil, ao tratar da “economia do desenvolvimento”, alertava: “A produção de textos sobre desenvolvimento econômico atingiu nos últimos anos proporções maciças” (2010 [1953], p. 45).

essencialmente descritiva e propositiva, com pouquíssima capacidade explicativa, gerando no fundo uma tautologia: a economia que apresentasse determinados indicadores era subdesenvolvida e, no inverso, era subdesenvolvida porque apresentava tais indicadores.

De todo modo, e para além das características específicas dessa “economia do desenvolvimento”, o importante é que desde então as questões que sugam praticamente todo esforço intelectual e político de diversos países passaram a ser “como se desenvolver?” ou “como deixar de ser subdesenvolvido?” ou “como superar os obstáculos ao desenvolvimento?”. Este “convite” para o desenvolvimento e para a superação do subdesenvolvimento (ou pelo menos para sua *problemática*) impactou o mundo todo, e desde o início teve grande incidência na América Latina. Nestas bandas, a pauta do desenvolvimento gerou controvérsias específicas em torno da questão de “como se desenvolver?”, enraizando-se de forma desigual no continente²⁷. O Brasil foi terreno fértil para esta ideologia.

2.2. A ideologia do desenvolvimento na América Latina e seu enraizamento no Brasil

A América Latina era um espaço propício para a entrada da ideologia do desenvolvimento e, por diversos fatores, esta ideologia se enraizou fortemente no Brasil.

Nesse mesmo espaço surgiu um pensamento estruturado (e estrutural) que buscava explicar historicamente a situação latino-americana daquele momento para, a partir de determinado diagnóstico, sugerir um prognóstico – a industrialização –, como forma de alcançar o desenvolvimento. Trata-se,

²⁷ Para uma maior elaboração sobre o que se entende aqui como “controvérsia”, conceito importante para a análise que segue, ver Malta *et. al.* (2011).

evidentemente, do pensamento que se plasmou na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL)²⁸.

Após o estabelecimento, em 1947, de um grupo de trabalho encarregado de avaliar a possível criação de uma comissão do gênero para a região, em 1948 funda-se a CEPAL, vista posteriormente por alguns como a “a mais original e ativa entre as várias organizações regionais estabelecidas pelas Nações Unidas no período do pós-guerra” (Kay, 1989, p. 231).

De fato, é possível dizer que “o surgimento de uma corrente estruturada e, sob muitos aspectos, original de pensamento na região [se deu apenas] a partir do *Relatório Econômico da América Latina de 1949*, publicado pela CEPAL em 1950” (Marini, 1992, p. 70). Neste mesmo tom, também se pode afirmar que, embora a própria CEPAL tenha surgido no bojo da difusão da ideologia do desenvolvimento, sua análise partiu “de um ponto radicalmente oposto ao da ‘development economics’: começou pela crítica à teoria ricardiana do comércio internacional e acabou produzindo uma verdadeira revolução teórica na discussão do problema do subdesenvolvimento” (Fiori, 1999, p. 28)²⁹. E assim como a “economia do desenvolvimento” tinha um pano de fundo propício para o seu surgimento, também a CEPAL teve uma base concreta para realizar essa “revolução teórica” – para além do brilhantismo intelectual de suas primeiras e mais importantes figuras, tais como Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Víctor Urquidi, entre outros³⁰.

Se a ideologia do desenvolvimento nasce do projeto geopolítico estadunidense para consolidar sua hegemonia no mundo capitalista e a hegemonia no próprio capitalismo sobre o socialismo no bojo da Guerra Fria, ela ingressa na

²⁸ Em 1984 a CEPAL mudou ligeiramente seu nome, incluindo o Caribe: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

²⁹ É um equívoco comum, contudo, considerar o pensamento surgido no âmbito da CEPAL como um mero desdobramento das análises keynesianas para a América Latina, ignorando o vínculo das ideias cepalinas com a realidade latino-americana. Sobre “As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino”, ver Fonseca (2000).

³⁰ E o mesmo se poderia dizer para grandes intelectuais vinculados ao campo da sociologia do desenvolvimento e da modernização, tais como Gino Germani e José Medina Echavarría – intelectuais que, embora nascidos na Europa (Itália e Espanha, respectivamente), tiveram importante atuação na América Latina. Além da própria obra desses autores, ver, sobre Gino Germani, a *Antologia comentada* coordenada por Carolina Mera e Julián Rebón (2010); e sobre José Medina Echavarría, ver a ampla e minuciosa tese de Juan Jesús Morales Martín (2012).

América Latina devido às contradições internas da região e não apenas porque esta, desde o final do século XIX e de forma crescente e incontestável durante o século XX, esteve diretamente vinculada à esfera de influência econômica, política, militar e cultural dos Estados Unidos – embora este fator não possa ser desconsiderado. A ideologia do desenvolvimento teve incidência na América Latina sobretudo porque, diferentemente dos novos países que nasciam do processo de descolonização no pós Segunda Guerra, a América Latina, em sua unidade diversa, já era independente há mais de um século e continha em seu interior relações sociais de produção especificamente capitalistas já também há quase um século, relações estas que haviam engendrado estruturas capitalistas e Estados nacionais³¹.

Em alguns países mais que em outros – em especial na Argentina, no Chile, no México, no Uruguai e também no Brasil –, desde o fim do século XIX e, sobretudo, no período entre-guerras, a região viu surgir uma burguesia industrial que por volta dos anos 1930 acedeu ao bloco de poder, numa situação de compromisso com a burguesia oligárquica primário-exportadora. Era, portanto, um terreno fértil para uma ideologia que apontava a industrialização como caminho necessário para se alcançar o horizonte utópico do desenvolvimento.

Vinculada a esta realidade latino-americana, a CEPAL acabou por refletir as contradições intra-burguesas, pois embora a burguesia industrial não tenha rompido diretamente com as burguesias oligárquicas agro-exportadoras e com a burguesia comercial (com as quais inclusive em muitos casos se identifica em termos de origem), passava dialeticamente a se fortalecer sob a égide da consolidação de um projeto que, sem romper com a potência hegemônica e se enquadrando nos marcos do recém estabelecido padrão monetário internacional baseado no dólar-ouro, acabava por questionar a divisão internacional do trabalho vigente até então. Neste contexto, o pensamento cepalino, cumprindo a missão de difundir a ideologia do desenvolvimento, não o fez seguindo os mesmos passos da “economia do desenvolvimento”. Tal como aponta Ricardo Bielschowsky (2000, p. 24):

³¹ Para um análise da unidade diferenciada em termos de desenvolvimento das relações capitalistas na região, ver Bambirra (2012 [1974]) e Cueva (1977).

Havia [no imediato pós segunda guerra], para os defensores da industrialização, uma espécie de 'vazio teórico', e a descrença em relação à teoria econômica existente gerava perplexidade face à falta de teorias que pudessem ser adaptadas às realidades econômicas e sociais que se tentava entender e transformar. A teorização cepalina iria cumprir esse papel na América Latina. Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira 'ideológica' da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento.

Portanto, foi a um só tempo no bojo do "chamado ao desenvolvimento" dos países capitalistas centrais, sob hegemonia estadunidense, mas também com base no contexto específico latino-americano, que a CEPAL levou a cabo uma transformação crucial de toda a discussão sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, criando propostas, conceitos e variáveis que até aquele momento não faziam parte do repertório de análise sobre a região. Deterioração dos termos de troca, industrialização via substituição de importações, divisão centro-periferia, entre outras noções: todos esses são termos que surgiram das análises cepalinas e não perderam vigência até hoje³². Além disso, a contribuição teórica da CEPAL na primeira década de seu funcionamento foi determinante no sentido de instituir todo um programa de pesquisa específico sobre a América Latina, inovando também no enfoque metodológico, que logo ficou conhecido como método histórico-estruturalista³³.

Neste sentido, o mais importante da proposta cepalina foi recolocar os termos da discussão,

³² Para Joseph Love (1990, 377), "a tese de Prebisch [sobre o sistema centro-periferia] é a ideia que exerceu maior influência sobre o estudo de qualquer economia ou sociedade que alguma vez surgiu na América Latina". Segundo Tomás Amadeo Vasconi (s/f, p. 12), com a contribuição da CEPAL foi "a primeira vez que se tentou sistematicamente, cientificamente, a 'latino-americanização' dos estudos".

³³ Uma definição sintética e simultaneamente completa da perspectiva histórico-estrutural é dada por Ricardo Bielschowsky (2001, p. 111): "O estruturalismo é um sistema analítico que tem por base a caracterização das economias periféricas por contraste às centrais: baixa diversidade produtiva (reduzida integração horizontal e vertical, insuficiência de infra-estrutura etc.) e especialização em bens primários; forte heterogeneidade tecnológica e oferta ilimitada de mão-de-obra com renda próxima a subsistência; e, por último, mas não menos importante, estrutura institucional pouco favorável ao progresso técnico e à acumulação de capital. A partir deste contraste, o estruturalismo inclui a análise da forma específica de inserção internacional da América Latina". Em outro trabalho o mesmo autor expõe outros elementos deste método (2000, p. 21): "[...] o enfoque histórico-estruturalista cepalino abriga um método de produção de conhecimento profundamente atento para o comportamento dos agentes sociais e da trajetória das instituições, que tem maior proximidade a um movimento indutivo do que os enfoques asbrato-dedutivos tradicionais."

[...] desconsiderando o tratamento isolado das economias nacionais e propondo um novo programa de pesquisa, que *partia do sistema econômico mundial* e explicava o atraso econômico pela difusão desigual do progresso tecnológico induzida pelo funcionamento hierárquico e assimétrico das relações entre economias nacionais que se haviam integrado de maneira diferenciada aos centros cíclicos da economia mundial” (Fiori, 1999, p. 28. Itálico nosso).

Assim, ao considerar, nas palavras de Prebisch (1982 [1949], p. 157; itálico no original), que o “*desenvolvimento econômico dos países periféricos é mais uma etapa do fenômeno de propagação universal das novas formas da técnica produtiva ou, dito de outra forma, no processo de desenvolvimento orgânico da economia mundial*”, mesmo que se mantivesse o horizonte do desenvolvimento e este fosse entendido como “progresso técnico”, tomava-se como ponto de partida a economia mundial capitalista – que se articulava na divisão centro-periferia –, assegurando para o conjunto de suas teses uma validade de princípio, para além das meras descrições³⁴. Formava-se assim o que poderíamos chamar de “controvérsia do subdesenvolvimento”, na medida em que, nos dizeres de Celso Furtado – escrevendo em 1958 –, o subdesenvolvimento passa ser visto como “um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento” (2009 [1958], p. 161).

Da mesma forma que é imensa a bibliografia sobre a “economia do desenvolvimento”, é também enorme a bibliografia sobre os postulados da CEPAL e a controvérsia do subdesenvolvimento, e não se trata aqui de fazer mais uma revisão desses postulados e dessas controvérsias. Importa destacar apenas que, pese a re colocação do problema – de modo que apontavam para algumas explicações do “porquê” do subdesenvolvimento –, tais explicações permaneciam, contudo, subordinadas à questão motora sobre “como se desenvolver”.

Assim, mantinha-se a proposta político-ideológica de que o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos seria alcançado caso fossem corrigidos os desequilíbrios próprios do comércio internacional (ou, em clave sociológica e dualista, caso fossem superados os *obstáculos* próprios da sociedade

³⁴ Cabe notar, contudo, que essas teses não iam nada além do que tinha sido teorizado na ampla controvérsia sobre o imperialismo, no início do século XX, embora não usassem os mesmos termos. Sobre a controvérsia do imperialismo, ver Gouvea (2012) e Correa (2012).

tradicional), o que implicava a necessidade de industrialização dos países periféricos e subdesenvolvidos (ou de “formação de capital”, como propunha Furtado a finais dos anos 1950). Esta industrialização, por sua vez, se daria com base na intervenção do Estado, através de uma política de industrialização via substituição de importações, visando, em última instância, internalizar os centros de decisão. Note-se que o Estado, neste caso, era concebido como uma entidade acima da sociedade, com uma racionalidade própria, sem debates sobre os interesses e projetos que determinam sua composição e suas possibilidades de ação em um determinado processo histórico.

Em suma, uma perspectiva e uma proposta que reificavam, dentro do contexto específico latino-americano, o progressismo, o industrialismo e o economicismo, próprios da modernidade capitalista, mantendo e reforçando, portanto, a ideologia do desenvolvimento. De todo modo, as mesmas foram adentrando durante a década de 1950 em toda a América Latina, com desiguais graus de enraizamento em cada país, tal e qual desigual é o próprio desenvolvimento capitalista. E certamente teve especial força no Brasil³⁵.

No plano histórico-concreto, o fator fundamental que explica a força do enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil é a existência de uma

³⁵ Desconheço uma análise comparativa sobre o enraizamento da ideologia do desenvolvimento nos diversos países da América Latina, embora haja estudos comparativos sobre diferentes países e governos latino-americanos em relação a seus possíveis atributos desenvolvimentistas, tal como em Fonseca (2014). É possível considerar, entretanto, que esta ideologia perpassou de forma diferenciada cada experiência nacional latino-americana, enraizando-se mais em alguns países do que em outros – o que se deve, claro, às variadas condições materiais, concretas, dos países latino-americanos (ou àquilo que os próprios ideólogos do desenvolvimento da CEPAL chamavam de “heterogeneidade estrutural”). Afinal, não era em todos os países que existia uma classe, fração de classe ou mesmo estamentos sociais (como os militares, por exemplo) que encampasse aquela ideologia e que, exercendo sua supremacia, fosse capaz de utilizá-la centralmente no sistema de dominação. De todo modo, em relação às diferenças internas da América Latina e a ideologia do desenvolvimento, é possível indicar, no plano da análise histórica, que “as políticas desenvolvimentistas só foram aplicadas de forma muito pontual, irregular e descoordenada, e em todo este período só se pode falar da existência de dois Estados desenvolvimentistas na América Latina: o mexicano, com muitas reservas, e o brasileiro, que foi o mais bem-sucedido, do ponto de vista do crescimento econômico” (Fiori, 2014, p. 105). Ainda assim, no plano da história do pensamento – que deve perpassar a análise da ideologia dominante –, no caso do México o discurso dominante parece ter se apegado ao nacionalismo legitimado pela Revolução Mexicana de 1910, mais que ao desenvolvimento – desadjetivado – enquanto horizonte utópico. É certo que no Brasil o nacionalismo também cumpriu um papel fundamental como ideologia dominante, mas desde a década de 1950 andou lado a lado com a ideologia do desenvolvimento. Sobre o papel do nacionalismo na dominação burguesa no Brasil durante os anos 1950, ver Weffort (1980) e Almeida (2006).

fração da classe dominante ligada à indústria que, no contexto do segundo pós guerra, já era hegemônica no bloco de poder dentro do Estado e que desde pelo menos o início do século XX vinha formulando e disputando a orientação da política econômica no sentido do avanço da industrialização³⁶. Desde o final do século XIX, em alguns países da América Latina – entre eles o Brasil – estava em processo a consolidação de relações de produção especificamente capitalistas, com a formação de uma camada da classe trabalhadora que passa a ter que sobreviver mediante salário, de um lado, e, de outro, uma camada da burguesia que utiliza esta força de trabalho assalariada no processo produtivo. Um processo cuja origem se relaciona diretamente com as transformações que ocorriam no centro do sistema interestatal capitalista naquele então – com a passagem para a fase imperialista do capitalismo – e que engendra transformações na organização social da produção e nas forças produtivas, gerando um mercado interno estruturado e um setor industrial baseado em relações capitalistas. Tudo isso se conjuga para a integração monopólica dos sistemas de produção no pós Segunda Guerra, sob hegemonia dos Estados Unidos, processo no qual o Brasil teve um papel importante como receptor de capitais (Bambirra, 2012 [1972]).

Neste sentido, o enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil não pode ser pensado sem considerar a existência de frações de classe ligadas à acumulação de capital na indústria. Afinal, sem essas frações de classes o pensamento industrialista – que na segunda metade do século XX se configuraria como “desenvolvimentista” – simplesmente não teria base para se tornar força social. No plano da “batalha das ideias”, esse processo também tinha sua expressão:

Desde os primórdios da República registra-se o debate – na imprensa, no mundo acadêmico, nas associações de classe e nos órgãos legislativos – entre os mais radicais defensores da ‘vocação agrária’ do país, cujas teses respaldavam-se no liberalismo clássico, e os defensores da industrialização, os quais recorriam a fortes apelos nacionalistas, como a ‘independência’ do país, tendência que se robusteceu após a I Guerra Mundial (Fonseca, 2012, p. 846).

³⁶ Sobre a atuação política e ideológica da burguesia industrial no Brasil no período entre 1930 e 1945, ver Diniz (1978).

O fato é que no Brasil estavam dadas as condições básicas para que, mais adiante, na conjuntura posterior à crise de 1929 – marcada pela transição hegemônica e pela diminuição das importações e exportações a partir dos países capitalistas ditos centrais –, ocorresse o processo que ficou amplamente conhecido como “industrialização por substituição de importações”³⁷. Neste sentido,

Efetivamente, se o início da industrialização data de mais de cem anos e esteve inclusive na raiz do processo político revolucionário que, vitorioso em 1930, permitiu sua aceleração, e se a atividade fabril ganha impulso na década de 1920, não é possível negar que é a partir da revolução de 1930 que a industrialização se afirma no país e empreende a transformação global da velha sociedade (Marini, 2014 [1966], p. 135).

Após a “revolução de 1930”³⁸, que levou ao poder a Aliança Liberal com Getúlio Vargas à frente, a produção industrial começou a crescer 7,2% ao ano durante a década de 1930, enquanto a agrícola só avançava a 2,8%, e nos primeiros cinco anos da década seguinte o crescimento foi, respectivamente, de 9,2 e 2,4% (Souza, 2007, p. 15). E se bem é possível alimentar a controvérsia sobre o grau de intencionalidade e direção do crescimento industrial entre 1930 e 1937 (cf. Fonseca, 2003b), a partir da imposição do “Estado Novo”³⁹ a orientação para criar bases industriais no país era evidente⁴⁰.

³⁷ Vânia Bambirra (2012 [1972]) matiza acertadamente a visão da “industrialização via substituição de importações” como fruto da crise de 1929, mostrando como só houve tal fenômeno nos países que já contavam com uma burguesia industrial. Agustín Cueva, por sua vez, em *El desarrollo del capitalismo en América Latina* (1977), faz uma contundente crítica a esta noção, sugerindo uma inversão: teria havido alguma substituição de importações devido à prévia industrialização. No Brasil, há uma interessante controvérsia sobre o tema, sintetizada em Soares (2003), embora este autor não incorpore as referências antes mencionadas.

³⁸ “Claro está que a própria revolução [de 30] foi uma consequência da crise, e não ocorreu apenas no Brasil, mas em toda a área subdesenvolvida da América. As formas diversas como reagiram os países desta área tiveram influência nos acontecimentos políticos subsequentes, definindo claramente o conteúdo do que os acontecimentos eram os sinais evidentes à observação. [...] O novo na estrutura econômica brasileira estaria no fato de que a reação iria se processar no interior, compensando, com uma surpreendente rapidez, os efeitos negativos provindos do exterior. [...] Em 1933, quando ainda não se haviam manifestado nos EUA os sinais de recuperação, entre nós, [a economia] voltava a crescer. Isto provava, com rigorosa clareza, que a recuperação brasileira não foi proveniente de fatores externos, mas de fatores internos, e isto é que caracteriza a forma de reação da economia, aqui, isto é que se apresenta como novo, isto é que define as alterações que vinham em processo e, postas à prova, respondem com extraordinária vitalidade” (Sodré, 1976, p. 321-324).

³⁹ Compartilho com Marini a interpretação de que o Estado Novo foi, no fundo, um “Estado de compromisso”, “através do qual a burguesia se estabiliza no poder, em associação aos latifundiários e aos velhos grupos comerciantes, ao mesmo tempo em que estabelece um esquema particular de relações com o proletariado. Neste esquema, o proletariado será beneficiado por toda uma série de concessões sociais (concretizadas sobretudo na legislação trabalhista do Estado Novo) e, por outro

Nota-se, pois, o embate e também a confluência entre distintos projetos que conformariam o ideário do desenvolvimentismo, sendo alguns deles plasmados como hegemônicos e sustentados por diferentes alianças de classe na determinação da lógica de reprodução da sociabilidade burguesa, dentro do contexto internacional antes apontado. Esse embate e essa confluência contribuiria para a reprodução de um período ou processo histórico que – amalgamado ou não àqueles projetos no plano analítico – frequentemente tem sido caracterizado como “desenvolvimentista”. Assim, embora comece a tomar corpo com anterioridade, tal ideário só teria condições de efetivamente se consolidar a partir da década de 1930 e, com muito maior força, a partir da década de 1950.

lado, será enquadrado em uma organização sindical rígida, que o subordina ao Governo, dentro de um modelo de tipo corporativista” (Marini, 2014 [1965], p. 75); ou, como apresenta em outro texto, de 1967 (2014, p. 56): “[...]a existência desse setor industrial dedicado ao mercado interno gera a base objetiva para uma transformação da atividade econômica quando ocorre a crise do mercado mundial. A restrição das importações abre novas possibilidades de crescimento, com vistas a atender a demanda interna insatisfeita. Por outro lado, esse setor irá se beneficiar com o excedente econômico produzido na atividade exportadora, tanto pela diminuição das oportunidades de investimento, quanto pela tendência desse excedente fluir para a indústria através do sistema bancário. [...] É este mecanismo que explica a possibilidade de um pacto em benefício mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, a despeito de alguns eventuais desajustes em suas relações. O Estado que assim se estabelece é um Estado de compromisso, que reflete a complementariedade objetiva que cimentava suas relações”. Em outra chave de leitura, a tese do “Estado de compromisso” também foi trabalhada por Boris Fausto (1970) – para quem o Estado seria resultante do conflito entre diferentes oligarquias, fortalecido por movimentos militares dissidentes, que buscavam minar a hegemonia da burguesia cafeeira – e também por Francisco Weffort (1966) – para quem a década de 1930 assistiu “uma situação em que nenhum dos grupos (classes médias, setor cafeeiro, setores agrários menos vinculados à exportação) detém com exclusividade o poder político. Esta circunstância de compromisso abre a possibilidade de um Estado, entendido como órgão (político) que *tende* a afastar-se dos interesses imediatos e a sobrepor-se ao conjunto da sociedade como soberano” (*Ibid.*, p. 142).

⁴⁰ Por exemplo (Fonseca, 2003, p. 273): “A intervenção econômica iniciada em 1930 aprofundou-se durante o Estado Novo; mesmo que não houvesse um plano de governo, no moderno sentido da palavra, o governo deixaria claro seu projeto industrializante e em prol da diversificação do setor primário e das exportações. A complexidade do aparelho estatal fez surgir novo segmento social: a burocracia. Para tanto, criou-se o DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público, para recrutar por concurso os funcionários públicos, substituindo as antigas nomeações políticas dos coronéis e políticos, tirados parcialmente de cena com a ditadura. Nos Estados foram criados órgãos para executar as mesmas funções – os *daspinhos*. Mas a maioria desses órgãos dizia respeito diretamente à indústria e às riquezas estratégicas (Conselho Nacional do Petróleo, Aparelhamento de Defesa, Conselho de Águas e Energia, Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, Companhia Siderúrgica Nacional, Comissão de Combustíveis e Lubrificantes, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI –, Comissão do Vale do Rio Doce, Companhia Nacional de Alcalis, Serviço Social da Indústria – SESI –, Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial). Alguns se voltavam ao fomento de culturas específicas (Instituto do mate e do Pinho, Serviço Social do Trigo) e outros à racionalização administrativa e de tomada de decisões (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Plano de Obras Públicas, Conselho Nacional de Ferrovias, Coordenação de Mobilização Econômica, Comissão de Planejamento Econômico e Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC)”.

No plano da história do pensamento, no qual o foco aqui se concentra, Pedro Cezar Dutra Fonseca (2012) chama a atenção para algumas correntes de ideias que confluíram especificamente na formação do ideário do desenvolvimentismo, que se tornou dominante na década de 1950. Segundo sua análise, quatro importantes correntes de ideias antecedem o desenvolvimentismo e se associam para sua formação: “(a) os nacionalistas, (b) os defensores da indústria, (c) os papelistas e (d) os positivistas” (*Ibid.*, p. 24). Tais correntes de ideias se constituíram como forças “precursoras do desenvolvimentismo no Brasil” (Cf. Fonseca, 2012 [2004]). Fonseca abre ainda a hipótese de que “foi no governo de Getúlio Vargas, ao assumir a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo pela primeira vez expressou-se de forma mais acabada” (*Ibid.*, p. 45). Teria sido nessa experiência histórica que aquelas quatro vertentes se amalgamaram para formar o “embrião da nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro deveria estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento” (*Idem*).

Na sequência, Fonseca anota algo que aqui merece destaque: “Essa palavra [desenvolvimento] gradualmente substitui o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história” (*Idem*). Este ponto é importante pois, se bem é certo que a partir da década de 1930 o “desenvolvimento” começa paulatinamente a entrar no cenário público e nos discursos políticos como um objetivo importante (embora o mais comum ainda fosse seu uso adjetivado, seguido de “econômico”, “social”, “industrial”), é somente após o término da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, a partir da década de 1950, que este conceito passa a circular amplamente no Brasil, tornando-se o centro de gravidade das disputas políticas e intelectuais, firmando-se como horizonte utópico, em sintonia com o arcabouço ideológico que vinha se formando nos Estados Unidos no bojo da Guerra Fria.

Nesta mesma direção aponta Ricardo Bielschowsky, também mirando a história do pensamento econômico brasileiro. Bielschowsky argumenta que entre 1930 e 1945, aproximadamente, formava-se em determinadas camadas da sociedade a consciência sobre a necessidade de um setor industrial integrado, da centralização de recursos e do planejamento (Cf. Bielschowsky, 2007 [1988], p.

250-251). E coincide com a percepção de que o “desenvolvimentismo, isto é, a ideologia de superação do subdesenvolvimento nacional com base numa estratégia de acumulação de capital na indústria, só viria a tornar-se hegemônico na segunda metade dos anos 50” (*Ibid.*, p. 250). No processo que vai de sua origem, nos anos 1930, até o início dos anos 1950, “surgem, mais ou menos simultaneamente, quatro elementos ideológicos fundamentais ao projeto desenvolvimentista, que se sobrepõem e ultrapassam os limites do ideário industrialista anterior” (*Ibid.*, p. 250). Além de enfatizar o nacionalismo econômico, também lembrado por Fonseca, Bielschowsky destaca: “a consciência de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção de bens finais”; “a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial pretendida”; e o fato de que, “paralelamente à formação da ideia de que o Estado é o guardião dos interesses coletivos da nação e o promotor da unificação nacional, que acompanhou o processo de centralização do poder pós-1930, a ideia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país” (*Ibid.*, p. 250-251).

Aqui convém lembrar ainda que, conforme aponta Eli Diniz, os princípios básicos do que a autora denomina como ideologia industrialista se condensam na “reafirmação de uma escala de prioridades econômicas mais coerente com a meta da industrialização, a definição da via industrial como condição do fortalecimento e da independência da economia nacional, ou ainda a associação entre interesse da indústria e interesse geral da nação”, pontos estes que “compartilhariam com a ideologia dominante uma visão basicamente autoritária da vida política e das relações setor público-setor privado” (Diniz, 1978, p. 96 e 106). Uma ideologia – no sentido dado pela autora, isto é, próximo a ideário – que convergia em diversos pontos com o integralismo (sobretudo na questão da “autonomia nacional”⁴¹) e com aquilo que ficou conhecido como “pensamento autoritário”, representado, por

⁴¹ Sobre o integralismo, ver Vasconcellos (1979).

exemplo, por Francisco Campos, Oliveira Vianna e Azevedo Amaral, sendo que os dois primeiros – e em especial Campos – tiveram participação direta no poder durante todo o primeiro período varguista, entre 1930 e 1945 (*Ibid.*, p. 87-94).

Pois bem, como operadores desse processo – que pode ser visto como a consolidação do Estado burguês no Brasil (Ianni, 2009 [1971]) –, mas também como seus mentores, é preciso destacar a presença direta no Estado Novo de uma elite militar com projeto geopolítico expansionista, informado por “uma leitura de ameaça geopolítica baseada nos regionalismos internos, no imperialismo e, principalmente, na Argentina”, articulando “tais leituras de ameaça a uma concepção de eliminação dos conflitos internos e a um Estado orgânico, na dimensão política, e a uma industrialização autárquica, no âmbito econômico” (Vieira, 2013, p. 34). Uma elite militar cujos ideais se plasmavam desde 1913 na revista *A Defesa Nacional* e que, em meados dos anos 1950, já no bojo da Escola Superior de Guerra, adotaria a Doutrina de Segurança Nacional elaborada pelos Estados Unidos, dentro da qual o “desenvolvimento” cumpriria um papel fundamental⁴².

Não deixa de ser revelador o fato de que esse projeto geopolítico expansionista perpassou a formação de diversos personagens que tiveram presença marcante na política brasileira entre 1937 e 1985 – não por acaso, o período que normalmente é considerado como “desenvolvimentista” na historiografia hegemônica brasileira. Em sua origem estariam figuras como Hermes da Fonseca, José Maria Paranhos, Góes Monteiro e o próprio Getúlio Vargas; e nessa mesma linha formativa atuaram também:

Bertholdo Klinger e Euclides Figueiredo, dois dos membros fundadores [da revista *A Defesa Nacional*], foram posteriormente os articuladores do golpe que derrubou Washington Luís do poder em 1930, e líderes militares da revolta paulista de 32. Um terceiro membro fundador, Estevão Leitão de Carvalho, foi o artífice da reforma do Exército nos anos 1930 e

⁴² É problemática, portanto, a leitura que entende a Doutrina de Segurança Nacional, com seu binômio “segurança e desenvolvimento”, como uma ideologia puramente “absorvida de fora”, tal como sugere pontualmente Florestan Fernandes (1976, p. 111): “Poder-se-ia dizer que o capitalismo dependente possui sua própria tradição, de acordo com a qual a ideologia das nações hegemônicas, como regra de fato, torna-se a ideologia das nações dominadas. Isso é óbvio, particularmente, no caso da ideologia do ‘desenvolvimento com segurança’, claramente absorvida de fora”. Vale dizer, contudo, que, apesar dessa colocação, Florestan Fernandes está preocupado, no fundo, com a “composição de interesses internos e externos” que explicariam a ditadura empresarial-militar.

1940. Humberto Castello Branco, editor da Revista no final dos anos 1920, foi presidente da República entre 1964 e 1967. O Grupo Mantenedor da publicação, por sua vez, teve como seus integrantes da fundação até os anos 1930 os oficiais Eurico Dutra e Mario Travassos. O primeiro foi um dos maiores sustentáculos do Estado Novo, e depois presidente da República por cinco anos (1946-1951). O segundo se tornou Instrutor Chefe da Escola de Comando e Estado Maior do Exército nos anos 1930 e 1940, tendo seu pensamento constituído doutrina para gerações de alunos tanto dessa escola como da Academia Militar de Agulhas Negras. Finalmente, no período estudado, foram representantes regionais da Revista os Tenentes Góes Monteiro, Emílio Médici e Orlando Geisel. Góes Monteiro foi o comandante militar da Revolução de 30, e o responsável por, junto com Leitão de Carvalho, reformular completamente o Exército nos anos seguintes, bem como sistematizar uma Doutrina de tutela militar na política que revisaremos na próxima seção, e que orientou a ação interna da instituição até os anos 1980. Emílio Médici foi o terceiro presidente do regime militar (1969-1974), tendo no seu gabinete como Ministro do Exército Orlando Geisel, que também desempenhou papel fundamental para a escolha de seu irmão mais novo, Ernesto, para a presidência em 1974 (*Ibid.*, p. 44)⁴³.

É importante ainda destacar que, com a criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, sob enorme influência estadunidense, aquele projeto baseado na Doutrina de Defesa Nacional a um só tempo iria se transformar e se incorporar na Doutrina de Segurança Nacional, na qual o “desenvolvimento” passa a ter um papel chave, sobretudo a partir da década de 1960, não por coincidência logo após a Revolução Cubana de 1959⁴⁴.

Concorreram também para o enraizamento da ideologia do desenvolvimento a difusão e incorporação, a partir da década de 1950, das análises da CEPAL e também da “economia do desenvolvimento” por parte das camadas

⁴³ A percepção da influência e incidência direta desse projeto militar expansionista sobre a história brasileira segue a pista analítica deixada por José Luís Fiori, em sua leitura própria sobre a dinâmica do sistema interestatal capitalista. Neste sentido, e conforme aponta Fiori (2014, p. 47-48), “para os formuladores desse projeto, o Brasil foi superado pela Argentina após o fim da Guerra do Paraguai, vendo-se, assim, cercado pelos países de língua hispânica, então fortalecidos por sua aliança econômica e militar com a Inglaterra. Essas ideias e propostas foram elaboradas e amadurecidas durante as duas primeiras décadas do século XX, mas apenas foram colocadas em prática de forma sistemática e consistente a partir da década de 1930. Depois disso, durante meio século – entre 1937 e 1980 –, o poder do Estado brasileiro foi recentralizado e reaparelhado burocraticamente, suas Forças Armadas foram reorganizadas e reequipadas e o Brasil acabou ultrapassando a Argentina do ponto de vista econômico e militar, transformando-se na principal economia do continente sul-americano”. Fiori prossegue o argumento, em clave geopolítica, acentuando a tensão constante entre o projeto de expansão brasileiro e seu apoio ou bloqueio por parte dos Estados Unidos.

⁴⁴ Neste sentido, “[...] se pode falar de um ‘convite’ que foi aceito – depois do acordo militar entre o Brasil e os Estados Unidos de 1952 – e que transformou o Brasil no pivô central da estratégia desenvolvimentista norte-americana para a América do Sul. A nova política americana foi experimentada com sucesso durante o governo de Juscelino Kubitschek, mas foi modificada depois da Revolução Cubana e da aliança dos Estados Unidos com o novo regime autoritário instalado pelo Golpe de 1964” (Fiori, 2014, p. 84). Para uma análise sobre a *Ideologia da segurança nacional – o poder militar na América Latina*, ver Comblin (1980).

mais ativas da burguesia industrial. A própria burguesia industrial já vinha formulando e difundindo há algumas décadas seu ideário (e sua ideologia) industrialista, de modo que “o encontro com a CEPAL contribuiu, assim, para a renovação e atualização do ideário industrialista que se havia forjado sobretudo a partir da década de 1920” (Colistete, 2002, p. 144).

Uma figura de enorme importância neste processo foi Roberto Simonsen. Não cabe aqui descrever sua biografia nem aprofundar análise de suas contribuições à história econômica brasileira, mas vale frisar que sua atuação enquanto intelectual orgânico da burguesia industrial na primeira metade do século XX contribuiu para abrir as portas, no plano da luta política e também no plano intelectual, para que houvesse uma “pronta e entusiástica acolhida, entre os empresários de São Paulo, às ideias lançadas por Raúl Prebisch” (*Ibid.*, p. 124)⁴⁵. O certo é que “as ideias da CEPAL iriam juntar-se, assim, às professadas anteriormente por Roberto Simonsen e outros, que haviam dado suporte a uma ideologia industrialista que se afirmara como uma verdadeira expressão da hegemonia dos grupos sociais ligados à indústria” (*Ibid.*, p. 123). Já familiarizados com as obras de Friedrich List e de Mihail Manoilescu⁴⁶ – em parte pelas mãos de Simonsen, que os citava efusivamente –, membros da burguesia industrial (sobretudo a paulista, onde começava a se concentrar a indústria) digeriram com gosto as análises da CEPAL e estimularam enormemente o enraizamento da ideologia do desenvolvimento⁴⁷.

⁴⁵ Sobre Simonsen como “grande ideólogo do desenvolvimentismo” no quadro da história do pensamento econômico brasileiro, ver Bielschowsky (2007, p. 81-89); para uma análise mais detalhada sobre o pensamento econômico de Simonsen, com um amplo panorama de trabalhos sobre este intelectual orgânico da burguesia industrial, ver Curi (2014). Para uma síntese de sua trajetória com uma precisa análise sobre seu papel na controvérsia sobre a formação econômica do Brasil, bem como sua relação com a obra de Celso Furtado, ver Borja (2013).

⁴⁶ Convém lembrar que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – fundado em 1928, e que em 1931 passaria a ser a FIESP –, tendo Simonsen na vice-presidência, promoveu a tradução e publicação do livro de Manoilescu, *Theoria do Protecționismo e da Permuta Internacional* (São Paulo: CIESP, 1931), apenas dois anos após sua publicação original em francês (Paris: Marcel Giard, 1929; o livro também foi traduzido a inglês em 1931 e em 1940 ao alemão, numa versão revisada pelo autor).

⁴⁷ Um aparelho importante neste sentido foi a *Revista Brasileira de Economia*, fundada em 1947 e publicada no marco da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esta revista seria um dos principais veículos de difusão da “economia do desenvolvimento”, corrente político-intelectual que, como já foi visto, teve papel fundamental na construção da ideologia do desenvolvimento. É curioso conferir seus números lançados pela revista desde sua origem, em 1947, e perceber certa mudança que se processa a partir de 1949 em relação à centralidade do “desenvolvimento” como temática; os

Todo esse arcabouço nacionalista, industrialista, de certa forma positivista e inclusive autoritário teria também suas expressões dentro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição criada em 1955 ainda sob o governo de Café Filho e que ganharia enorme relevância intelectual no Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre 1956 e 1960, tendo sido extinto logo após o golpe empresarial-militar de 1º de abril de 1964.

No momento de sua formação o ISEB contou em seu quadro consultivo com importantes intelectuais, cujo pensamento era díspar e variado, tais como Anísio Teixeira, Roberto Campos, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Pedro Calmon, Augusto Frederico Schmidt, Sérgio Milliet, Miguel Reale, Horácio Lafer, Fernando de Azevedo, Paulo Duarte, Heitor Villalobos e San Tiago Dantas. No início, a direção do Instituto ficou a cargo de Roland Corbisier e como responsáveis pelos departamentos específicos se encontravam Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Ewaldo Correia Lima (Economia), Cândido Mendes (História), Hélio Jaguaribe (Ciência Política) e Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), intelectuais estes que, junto com Nelson Werneck Sodré, deram a linha geral do instituto, a ponto de ficarem posteriormente conhecidos como os “isebianos históricos”. Em 1964 alguns daqueles intelectuais já haviam se afastado ou mesmo rompido com o ISEB, enquanto novos quadros também haviam se incorporado ao Instituto. Isso revela que o ISEB não foi um corpo homogêneo, nem no momento de sua fundação, nem no decorrer de seus quase dez anos de existência. Ainda assim, é possível encontrar algumas características gerais do ISEB, ilustrativas para esta história a grandes traços das forças que no âmbito político intelectual contribuíram para o enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil.

A mais importante característica neste sentido é que, desde sua origem, o ISEB teve a expressiva função de forjar uma “ideologia do desenvolvimento”, que “não fosse um esquema conceitual, abstrato e improdutivo, mas uma concepção geral (geral, não abstrata) de que decorrem linhas inteligíveis de ação prática rigorosa”, concebendo “o desenvolvimento como um processo que encontra a sua

números da revista desde seu início estão disponíveis para acesso em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/issue/archive>>. Para uma análise mais detalhada sobre a incidência desta revista na inserção do debate sobre desenvolvimento no Brasil, ver Bielschowsky (2007, p. 224-225).

definição na finalidade a que se dirige” (Vieira Pinto, 1959 [1956], p. 24 e 25). Essas linhas genéricas, próprias da formulação de uma ideologia, são parte da aula inaugural do Curso regular do ISEB, feita pelo filósofo Álvaro Vieira Pinto em 1956, no Auditório do Ministério da Educação e Cultura e intitulada, nada mais, nada menos, de *Ideologia e desenvolvimento nacional*:

O que será realmente a ideologia do nosso desenvolvimento e, sobretudo, o que serão as proposições que venham a definir a aplicação prática aos problemas específicos da nossa realidade, é coisa que não podemos ainda dizer. É urgente construir essa ideologia. Contribuir para a sua elaboração, tal é a tarefa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que hoje inaugura seu primeiro ano letivo (*Ibid.*, p. 52).

É evidente que “ideologia” para Vieira Pinto e, em geral, para o ISEB, era algo mais próximo a um ideário orientado para a ação política, num sentido eminentemente positivo⁴⁸. E fundamentavam este ideário em análises da realidade brasileira, colocando de forma central a necessidade de pensar o Brasil em suas especificidades.

Sintetizada aqui com traços extremamente genéricos e generalizantes, para além da variedade e riqueza das diferentes contribuições que perpassaram o ISEB, a análise predominante nesta instituição era a de que o Brasil estava em processo de formação, vivendo uma espécie de transição à maturidade, caracterizada pela autodeterminação nacional, rumo ao desenvolvimento autônomo, rompendo com a dependência externa. Nesta linha, a “autodeterminação é sinônimo de desenvolvimento econômico”, tal como diria Alberto Guerreiro Ramos em 1957 (p. 15), quando fazia parte do ISEB, em aula sobre *Ideologias e segurança nacional*, lecionada para a Escola Superior de Guerra⁴⁹.

⁴⁸ Daí que Caio Navarro de Toledo fale em “reabilitação’ e promoção da(s) ideologias” logo no início de seu fundamental estudo sobre o *ISEB: fábrica de ideologias* (1977). Este livro ainda hoje apresenta provavelmente a mais ampla análise sobre o ISEB durante o governo JK (1956-1960); vale dizer que o estudo de Toledo não abarca o período entre 1960 e 1964, período que, tal como observa Nildo Ouriques em nota sobre o mesmo estudo, “as contradições do projeto isebiano ganham relevância e é fácil perceber que as disputas que levaram à saída de Guerreiro Ramos [ao final de 1958] se explicitam em favor de um projeto cada dia mais definido em termos populares. Também é desse período a aproximação cada vez mais nítida entre o nacionalismo e o marxismo, especialmente na obra de Álvaro Vieira Pinto” (Ouriques, 2014, p. 34).

⁴⁹ Tratando do discurso integralista, Gilberto Felisberto Vasconcellos de passagem comenta as afinidades desse discurso com o ISEB e critica diretamente essa “utopia autonomística”: “A ruptura imaginária dos laços de dependência expressa o estágio evolutivo do pensamento burguês na periferia, ou seja, espelha a contradição de uma burguesia que, embora subordinada economicamente, começa a se apegar à ideologia do ‘desenvolvimento nacional’, posto que no

Ainda em traços muito gerais e genéricos, segundo as análises do ISEB o Brasil teria dado início à sua revolução burguesa e seria preciso completá-la, consolidando o capitalismo brasileiro, o que exigiria um esforço de industrialização (o papel do investimento estrangeiro foi motivo de controvérsias, mas em geral era bem visto), bem como a eliminação de todas e quaisquer forças sociais que pudessem obstaculizar esse processo, fossem elas internas ou externas. Tratava-se, pois, de aprofundar o capitalismo no país, contra os elementos tidos como resquícios arcaicos ou tradicionais, na perspectiva de que “nosso capitalismo realiza-se, basicamente, na forma de um processo de industrialização e seus beneficiários não são apenas os donos de bens de produção, mas o povo brasileiro em geral” (Ramos, 1957, p. 16). Em outra chave, mas na mesma linha de análise, o Brasil teria, nas teses do ISEB, capacidade objetiva para alcançar o desenvolvimento e, portanto, a autodeterminação, mas para tanto faltaria ainda superar obstáculos de cunho subjetivo ou de “consciência”, de modo que seria preciso fomentar a “consciência crítica”, isto é, aquela que logra situar-se historicamente e avançar em seus objetivos, indo além do momento presente, rumo ao futuro, em contraste com a “consciência ingênua”, que não se percebe como parte da história, enxergando a si mesma como natural e tendendo, assim, a conservar o presente e o passado. Seria no processo de fomento da consciência crítica onde apareceria como necessária a criação e difusão de uma ideologia do desenvolvimento⁵⁰.

reverso da utopia autonomística se insinua, sorrateira, a ilusão disparatada de realizar a acumulação e expansão do capital dentro da própria sociedade brasileira. Assim, a afinidade, de que se tornou comum falar, entre integralistas e isebianos cresce à vista: o projeto de um desenvolvimento ‘genuinamente nacional’ estava já contido nas delirantes aspirações nacionalistas dos camisas-verdes. Não espanta que ex-integralistas como Miguel Reale e Santiago Dantas tenham sido acolhidos de boa sombra pelo ISEB, e dessa instituição tenha brotado também a ideia, defendida por Hélio Jaguaribe, da supressão do Partido Comunista em nome da segurança nacional” (1979, p. 19).

⁵⁰ Embora o tema da consciência ingênua e da consciência crítica perpassasse diversos autores do ISEB, com destaque para Guerreiro Ramos, a obra isebiana que mais a fundo tratou desta questão é *Consciência e realidade nacional*, de Álvaro Vieira Pinto (1960). Vale notar que a noção de “consciência crítica” trabalhada por diferentes autores no ISEB se aproxima muito a certo esforço de “autoconsciência crítica científica” ou “auto-esclarecimento” de que fala Mannheim (1972, p. 73-74): “[...] somente nos tornamos senhores de nós mesmos quando as motivações inconscientes, de que anteriormente não nos dávamos conta, adentram repentinamente nosso campo de visão, tornando-se assim acessíveis ao controle consciente”. Para o ISEB, a formação da consciência crítica da população de um país seria um passo para sua autodeterminação, para a qual, por sua vez, seria fundamental a ideologia do desenvolvimento, tal como esta era entendida pela instituição.

Numa via de mão dupla, diversos elementos dessa análise isebiana – que, por sua vez, trazia elementos das análises da CEPAL – também estariam presentes nas formulações do PCB durante a década de 1950 (em especial após o suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, e após o famoso – e até hoje pouco lido – “Relatório Secreto” de Nikita Khrushchov no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética – PCUS –, em 25 de fevereiro de 1956). Para além das vicissitudes táticas e estratégicas do PCB desde sua origem, em 1922, até esse período histórico da década de 1950, *a posteriori* pode se dizer que se consolidaria então uma estratégia democrática e nacional ou democrático-burguesa, informada por uma análise da realidade brasileira que via no “imperialismo norte-americano” (outra cara da “dependência externa”) e no latifúndio (considerado “semi-feudal”) as contradições principais dessa mesma realidade, em contraste com a formação da nação e o desenvolvimento das forças produtivas. Nesta análise, a contradição entre o proletariado e a burguesia se subordinaria à resolução de tais contradições principais. Uma análise que conduzia à afirmação de que “o desenvolvimento econômico e social do Brasil torna necessária a solução destas duas contradições fundamentais” e que, “nas condições presentes do nosso país [em 1958], o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo”⁵¹.

Em suma, para além do “chamado ao desenvolvimento” realizado sob a hegemonia dos Estados Unidos e no marco da Guerra Fria, diferentes fatores concorreram, com vários graus de incidência, para que o enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil tenha sido profundo. Dentre eles se destacam:

- i) a conjunção e transformação de forças sociais ligadas a certos ideários que historicamente foram importantes dentro das classes dominantes no Brasil;
- ii) a existência – desde o início do século XX e, a partir da formação do Estado Novo em 1937, com direta participação no poder estatal – de uma elite militar

⁵¹ Estas citações são extraídas da também famosa “Declaração sobre a política do PCB”, de março de 1958, reproduzida em Carone (1982a, p. 176-196; as citações estão na página 180). É enorme a bibliografia sobre o PCB e, em especial, sobre as variações e continuidades em termos estratégicos deste partido. Para uma aproximação direta às formulações do PCB entre 1922 e 1982, ver a compilação organizada por Edgard Carone, publicada em 3 volumes, abarcando os períodos entre 1922 a 1943, 1943 a 1964 e 1964 a 1982, todos publicados em 1982.

(coadjuvada no âmbito civil e intelectual conservador), com pensamento e projeto de expansão do poder nacional;

iii) a tradução, publicação, difusão, presença direta no debate público e influência intelectual de muitos daqueles personagens que formaram a chamada “economia do desenvolvimento”, comentada na seção anterior;

iv) a formação, em 1955, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que teve forte presença no campo intelectual, político e ideológico no Brasil, sobretudo durante o governo de Juscelino Kubitschek, e cuja função era nada menos que criar uma ideologia do desenvolvimento nacional;

v) e, finalmente, a confluência tática em torno do desenvolvimento capitalista, durante a década de 1950, como parte da estratégia democrática e nacional defendida pela principal força política de esquerda no país até aquele momento: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Devido a todos esses fatores, o Grupo Misto BNDE-CEPAL poderia afirmar, já em 1955 e sem medo de equívoco, que “o desenvolvimento é, hoje em dia, um objetivo de política econômica praticamente universal” (*apud* Limoeiro Cardoso, 1977, p. 312). Algo que também Celso Furtado, escrevendo em 1962, afirmaria de forma um pouco diferente em *A pré-revolução brasileira* (1962, p. 28):

O desenvolvimento econômico, hoje, é, basicamente, um processo de industrialização. Esse desenvolvimento tem raízes profundas e alcançou uma fase de semi-automatismo: quaisquer que sejam os obstáculos que se lhe anteponham, tudo indica que ele seguirá adiante. Este fato traduz-se na consciência generalizada de que é dever de qualquer governo deste país fazer do desenvolvimento o seu magno objetivo.

Desta forma, expressava-se o enraizamento do desenvolvimento como horizonte utópico, concentrando os debates na questão motora do “como desenvolver o país”, e consolidava-se então a ideologia do desenvolvimento.

O mais interessante é que esta ideologia foi rapidamente percebida e pontualmente combatida, devido ao aumento do grau da consciência de classe que se alcançava nas lutas travadas durante as décadas de 1950 e 1960 no país – lutas derivadas da própria dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. Por exemplo, já em 1959 um texto da revista *Movimento Socialista* dizia:

A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento. As promessas de melhora material, como consequência do desenvolvimento “com participação dos trabalhadores nos frutos do progresso” servem mesmo para ludibriar o proletariado e castrá-lo politicamente (Soares Thomas [pseudônimo atribuído a Ruy Mauro Marini⁵²], 1959, p. 32).

Em consonância com essa leitura, no início de 1963 Wanderley Guilherme dos Santos já apontava – com brilhante clareza teórica e tato para captar a conjuntura em que vivia – para o enraizamento da ideologia do desenvolvimento (1963, p. 62):

Ideologicamente, a consolidação do poder dos representantes do sistema capitalista em expansão manifesta-se pelo predomínio indiscutível da teoria do desenvolvimentismo. Nos últimos cinco anos foram definitivamente batidos os representantes mais aguerridos das forças em decadência desde 1930 e, presentemente, o desenvolvimento é a ideologia dominante no País – ideologia da classe dominante.

Não importa, aqui e agora, considerar o conteúdo doutrinário dessa ideologia, mesmo porque são inúmeras as suas variantes e, na realidade, não há uma modalidade que se sobreponha às demais. Disputa-se, hoje, para saber qual teoria reflete com maior justeza os anseios do desenvolvimento brasileiro, e nessa disputa empenham-se os mais brilhantes teóricos da classe dominante. Relevante é considerar que, não obstante a gama de manifestações desenvolvimentistas, todos se encontram no denominador comum da necessidade do desenvolvimento, *em bases capitalistas de produção*. Este dado da realidade brasileira contemporânea é bem importante e merece detida consideração.

Igualmente relevante é considerar o fato de que ninguém acharia estranho se estas linhas escritas em 1963 fossem reproduzidas numa análise crítica da conjuntura do Brasil contemporâneo.

⁵² Devo esta indicação sobre a verdadeira autoria do referido texto a Mathias Seibel Luce (2011, p. 54, nota 51).

Capítulo 3. A controvérsia da dependência e os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento no Brasil

3.1. A origem da controvérsia da dependência

A categoria de dependência perpassa a história da América Latina desde o próprio momento das independências formais dos países da região. Desde então, diversas forças políticas utilizam esta categoria para tratar das relações latino-americanas com o resto do mundo, em especial com a Europa e os Estados Unidos, e recentemente se inclui a China. Militares chauvinistas, latifundiários descontentes com o comércio exterior, industriais que utilizam tecnologia externa, intelectuais em busca de interpretações sobre o sentido e a formação nacional de seus respectivos países, camadas da pequena burguesia que almejam o chamado desenvolvimento autônomo do país e, também, a ampla maioria dos partidos e movimentos de esquerda que lutam pelo socialismo/comunismo: todas estas forças políticas, que representam diferentes projetos de classe, de uma forma ou outra trataram – e tratam ainda hoje – de analisar a dependência e declaram a pretensão de superá-la.

Contudo, houve um momento na história latino-americana no qual esta categoria foi mais central e entrou em clara disputa política: desde meados dos anos 1960 até meados da década de 1970 – ou, para ser mais preciso, entre 1964 e 1973, datas simbólicas da contrarrevolução no Cone Sul da América Latina e, não por acaso, após a integração imperialista dos sistemas de produção e após Revolução Cubana de 1959. É neste então que se concentra o que aqui se denomina como controvérsia da dependência, precipitada a partir do emprego da categoria por diversos intelectuais e militantes de variada origem e filiação política, em um período no qual praticamente todas as análises sobre a região – e de fato todas no âmbito da esquerda e do marxismo – utilizaram, de forma mais ou menos destacada, a categoria de dependência para sintetizar as principais características das formações econômico-sociais latino-americanas.

Como já se viu, durante as décadas de 1950 e 1960 ganhou enorme destaque o debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, que se deu no mundo e teve grande repercussão no Brasil. Neste contexto, foi muito comum identificar a *dependência externa* como uma das causas do subdesenvolvimento – sendo este definido pela pobreza extrema, pela desigualdade interna, pela falta de soberania nacional, entre outras características sociais presentes nas sociedades latino-americanas, cujas realidades eram então consideradas muitas vezes como definidoras do próprio conceito (ou modelo) de subdesenvolvimento.

Tal visão da dependência como um elemento externo esteve presente em duas importantes formulações políticas daquele período histórico, ambas com posturas reformistas, embora com objetivos ou horizontes muito diferentes. Por um lado, fazia parte do ideário desenvolvimentista em seus diferentes matizes (da CEPAL e do ISEB, por exemplo), que defendia reformas estruturais e a ruptura da dependência externa para superar um desenvolvimento voltado “para fora” e, assim, criar um desenvolvimento voltado “para dentro” ou “autônomo”, para cuja construção seriam necessários processos de industrialização via substituição de importações, sob a liderança da burguesia nacional e com forte participação estatal – e ainda capitalista. Por outro lado, na análise da principal força de esquerda do Brasil naquele período – o PCB –, a dependência era vista também como um fator externo, relacionado com o imperialismo norte-americano, em uma perspectiva que subestimava a internalização da dependência, a transformação das relações sociais de produção dentro do país e os interesses de distintas frações da classe dominante em mantê-la e reproduzi-la. Desta perspectiva, derivava-se a necessidade de uma aliança tática do proletariado com a burguesia nacional contra o imperialismo, como etapa para a revolução socialista; o horizonte era o socialismo, mas, segundo esta visão, a revolução no Brasil ainda não seria socialista, e sim anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Essas duas posturas sobre a dependência acabavam tendo implicitamente um ponto em comum: a dependência externa *impediria* o pleno desenvolvimento (capitalista) do país e *seria um obstáculo a ser superado para alcançar o desenvolvimento*, de modo que haveria no país um capitalismo insuficiente, que mantinha relações de produção “atrasadas”, “arcaicas”, “semifeudais”. Nesta linha,

o subdesenvolvimento era visto como falta de desenvolvimento (capitalista), o imperialismo apenas como uma relação entre nações e a dependência como um fator externo.

Esta era a visão predominante na esquerda durante as décadas de 1950 e 1960, pesem as várias divergências existentes no seu interior. Isso começa a mudar após a Revolução Cubana de 1959, que mostrou a possibilidade da revolução socialista num país latino-americano sem a necessidade de uma aliança democrático-burguesa, trazendo à tona uma questão que passaria a orientar a esquerda revolucionária: em nosso continente, a efetiva independência somente poderia ser conquistada com o socialismo.

Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960 começava a se tornar cada vez mais evidente que o processo de industrialização não havia gerado os efeitos esperados pelos pensamentos industrialista, nacionalista, cepalino, isebiano ou mesmo do PCB de então. Pelo contrário: após uma década de industrialização acelerada, normalmente identificada como de “desenvolvimento” – baseada principalmente no investimento estrangeiro direto –, o início da década de 1960 foi marcado por uma crise econômica, pela ascensão da luta de massas e pelo esgotamento da chamada estratégia de “industrialização via substituição de importações”.

É farta a bibliografia em torno de causas ditas estruturais para o esgotamento do processo de industrialização via substituição de importações, começando pelo texto clássico de Maria da Conceição Tavares sobre o “Auge e declínio do processo de substituição de importações”, divulgado em 1963, no bojo da própria CEPAL. Não cabe aqui resumir os vários posicionamentos sobre este processo, que, nos termos caros à ideologia do desenvolvimento, impunha, na opinião de Tavares, a “necessidade de transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo (em que o impulso de desenvolvimento surja dentro do próprio sistema)” (1975a [1963]).

O importante, no que diz respeito ao debate político-intelectual da época – ou seja, em relação às controvérsias que se apresentavam concretamente naquele período histórico determinado –, é que as contradições derivadas do processo de industrialização e as consequências sociais por ele geradas fizeram com que a

própria CEPAL reorientasse seu ideário desenvolvimentista original, passando a enfatizar a necessidade de profundas reformas. Talvez demasiado tarde, pois, com a Revolução Cubana em 1959 e sua consolidação como processo socialista em 1961, a região entrava num período marcado por aquilo que György Lukács chamou, para outro contexto histórico, de “atualidade da revolução” (2012a [1924]). Nesta conjuntura, a história latino-americana se abria não apenas em relação aos caminhos para o “desenvolvimento”, mas também em relação ao questionamento do próprio desenvolvimento capitalista como horizonte, colocando o socialismo na ordem do dia. Uma história que logo seria marcada pela contra-revolução, na qual dois episódios são especialmente importantes para o que nos interessa: os golpes civil-militares no Brasil em 1964 e no Chile em 1973⁵³.

No período entre o golpe de 1964 e o golpe de 1973, como *desdobramento e superação* da controvérsia do “subdesenvolvimento” e das análises que viam a dependência como fator externo, cada vez mais as análises sobre a América Latina passaram a utilizar a categoria de dependência para caracterizar a especificidade do “subdesenvolvimento” da região ou mesmo do próprio desenvolvimento capitalista na região. Se ao final da Segunda Guerra a questão do desenvolvimento havia sido colocada no centro do debate mundial, com impactos significativos para a esfera política e intelectual da América Latina – o que se expressou na controvérsia do subdesenvolvimento –, a partir de meados de 1960 o mote da dependência começou a ganhar espaço, tornando-se uma categoria em disputa, carregada de diferentes matrizes teóricas e políticas. E isso se deu também com base numa conjuntura propícia na América Latina – uma conjuntura que, entre tantas expressões, vivia o impacto da Revolução Cubana sobre o conjunto da região. O Brasil, por sua vez, era palco do ideário nacional-desenvolvimentista, encampado pela burguesia industrial e assistia a ascensão das lutas de massas, interrompida no país pelo golpe civil-militar de 1964, que forçou o exílio de vários intelectuais, muitos deles no Chile – país este que logo viveria a chegada de Salvador Allende e a Unidade Popular ao poder (até o golpe em 1973) e no qual estiveram sediadas tanto a CEPAL quanto o Centro de Estudios Socioeconómicos

⁵³ Sobre o período da contra-revolução e o surgimento do Estado de contra-insurgência, ver Marini (1979) e Murga Frassinetti e Hernández Palacios (1980).

(CESO, fundado em 1965 na Universidad de Chile,), dois núcleos importantes que concentraram uma série de intelectuais dedicados à análise do subdesenvolvimento e da dependência; tudo isso numa América Latina que também foi protagonista das lutas travadas mundialmente em 1968⁵⁴.

Em tal conjuntura de finais dos anos 1960 e início dos 1970, a disputa político-intelectual pela caracterização da América Latina – a partir da qual se fundamentariam as distintos projetos políticos – gerou também uma imensidão de escritos, agora tendo como centro a categoria “dependência” – tal como havia ocorrido em seu momento com a “economia do desenvolvimento” e com a controvérsia do “subdesenvolvimento”. É até possível dizer que, entre meados de 1960 e meados de 1970, não houve quem analisasse a América Latina sem passar pelo tema da dependência. Ou, em outras palavras, “não há dúvida [...] de que foram as teorias da dependência que interpretaram mais fielmente o clima político e intelectual latino-americano dos anos 1960” (Fiori, 1999, p. 30).

Esse clima político fez com que diversos intelectuais destacassem alguns temas e pressupostos fundamentais: i) a dependência era vista como uma relação estrutural que ligava desenvolvimento e subdesenvolvimento; portanto, quanto mais desenvolvimento capitalista, mais dependência (daí a fórmula de Andre Gunder Frank: “desenvolvimento do subdesenvolvimento”); ii) na medida em que a dependência era uma relação estrutural, não existia apenas uma dependência externa, mas sim uma articulação de classes internas que mantém e se beneficia da dependência; e iii) o imperialismo não era um elemento externo, mas constitutivo da dependência, de modo que, para romper com a dependência, era preciso enfrentar o imperialismo, o que tendia a relacionar a luta anti-imperialista com a luta anti-capitalista – embora nem sempre com o mesmo teor político, já que fazer

⁵⁴ Sobre a conjuntura da controvérsia da dependência, ver o primeiro capítulo do livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, de Vania Bambirra (1978), texto ainda não publicado em português. Sobre o impacto das ideias da CEPAL há uma longa bibliografia, da qual se pode mencionar Bielschowsky ([org.], 2000) e Rodríguez (1981). Igualmente sobre os acontecimentos de 1968 há muita bibliografia; para um panorama geral com uma visão quiçá demasiado otimista, ver Wallerstein (1989). Sobre o CESO e o surgimento da teoria marxista da dependência, ver Bichir (2011) e Cárdenas Castro (2011). Entre os trabalhos que se nutriram das discussões no CESO, talvez os mais representativos sejam: Theotônio dos Santos (1966, 1967, 1968, 1970, 1973, 1978); Ruy Mauro Marini (1969, 1972, 1991 [1973], 1974, 1976), Vânia Bambirra (1970, 1974, 1978 [1973]), Andre Gunder Frank (1974 [1967], 1971, 1973 [1969]), Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1970) e Basso *et al.* (1972).

a relação não significa necessariamente a adoção de uma posição política de enfrentamento contra o imperialismo, enquanto fase do capitalismo.

Esse seria, por assim dizer, o mínimo múltiplo comum das inúmeras análises produzidas em torno da categoria de dependência. Entre esses pontos em comum, convém destacar também que a controvérsia da dependência, em sua gestação, esteve “vinculada a Lenin e à teoria do imperialismo”, sendo que “Marx foi [sendo] assimilado apenas progressivamente” (Marini, 1993, p. 29). Além disso, e este é o ponto que se busca destacar aqui, tais interpretações contribuíram – umas mais, outras menos – para avançar no sentido de analisar *o desenvolvimento capitalista a partir de questões motoras distintas*, partindo já não mais do questionamento sobre “como se desenvolver” dentro do sistema interestatal capitalista, mas de diferentes interpretações sobre como este mesmo sistema “se desenvolve” e porque o faz com determinadas características particulares, através de uma articulação desigual entre países imperialistas e países dependentes (tendo, portanto, o próprio sistema capitalista como objeto).

Pois bem, não obstante esses temas em comum, e até mesmo a recorrência à controvérsia do imperialismo, as características específicas da “situação” ou da “estrutura” de dependência foram entendidas de diferentes formas, assim como diferentes projetos se apresentavam para sua superação. Neste sentido, não há dúvida de que “não houve uma, mas várias teorias da dependência, e que cada uma apontava para projetos políticos e estratégias econômicas completamente distintas” (Fiori, 1999, p. 30).

A meu ver, e em contraste com inúmeras formas de apontar as variadas posições entre os diversos autores que permearam a controvérsia da dependência⁵⁵, o critério básico que permite situá-los é a pergunta que subjaz em

⁵⁵ É comum encontrar uma divisão entre duas ou três grandes correntes que pensaram a América Latina utilizando de modo central a categoria de dependência. Dentre autores que dividem as diversas interpretações sobre a dependência em duas vertentes, há diferentes formas de abordagem: weberianos e marxistas (Martins, 2003; Sotelo Valencia, 2005); reformistas e revolucionários (Kay, 1989); nacionalistas/reformistas e socialistas/revolucionários (Chilcote, 1984). Dentre os autores que as dividem em três correntes, tampouco há critérios coincidentes. Por exemplo, na visão de Palma (1981), também adotada por Fiori (1999), haveria três grandes enfoques dentro da “escola da dependência”: “El primero consiste en aquellos trabajos que niegan la posibilidad de desarrollo capitalista en la periferia, porque este sistema sólo puede llevar al ‘desarrollo del subdesarrollo’; el segundo, son aquellos estudios que se concentran en el análisis de los obstáculos que enfrenta el desarrollo capitalista en la periferia (particularmente por las

cada interpretação. De distintas maneiras e com maior ou menor aprofundamento sobre o objeto do desenvolvimento, alguns mantinham como questão motora de sua interpretação justamente a pergunta própria da ideologia do desenvolvimento: *como se desenvolver* dentro do sistema interestatal capitalista? Para outros – na vertente marxista –, a questão era: *como revolucionar este sistema, para além dele, rumo ao socialismo/comunismo?*

Ao tomar como critério a diferença entre as questões motoras dentro da controvérsia da dependência, fica mais fácil perceber como esta controvérsia se formou, em parte, com base no processo “interno” de crítica ao ideário desenvolvimentista – mas ainda nos marcos da ideologia do desenvolvimento – e, em parte, como aprofundamento das críticas suscitadas pela estratégia política hegemônica em muitos partidos comunistas latino-americanos – que naquele então visavam à revolução nacional-democrática como parte de uma concepção da revolução por etapas, na qual a colaboração de classes em uma etapa de revolução democrático-burguesa aparece como essencial (ainda que o fizessem tendo horizontes para além do capitalismo), de modo que, inclusive para a maioria dos PC's à época a questão motora imediata terminava sendo como se desenvolver dentro do sistema interestatal capitalista, em contraposição a um inimigo externo.

Neste sentido, também fica mais fácil notar que parte das análises sobre a dependência tenham sido elaboradas em organismos internos à própria CEPAL (em especial o Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social – ILPES – onde foi escrito *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto), enquanto que as análises mais ligadas à nova esquerda latino-americana, tendo se concentrado no CESO, direcionavam seus escritos para as organizações revolucionárias da região. Por isso se afirmou antes que a controvérsia da dependência pode ser entendida como *desdobramento* e *superação* da controvérsia do subdesenvolvimento: alguns reatualizaram a questão básica da ideologia do desenvolvimento, enquanto outros trataram de

limitaciones de una economía de mercado); y el tercero, aquellos que aceptan la posibilidad de desarrollo capitalista en la eprifeeria, pero hacen hincapié en la forma dependiente que adopta en relación con el capitalismo del centro” (Palma, 1981, p. 48). Numa linha semelhante, segundo Bresser-Pereira (2005, p. 219) “na teoria da dependência estão presentes três versões: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria que denominarei de nacional-dependente”.

superá-la, retomando criticamente a tradição revolucionária do socialismo/comunismo.

De todo modo, o importante aqui é que, durante as décadas de 1970 e 1980, aquela diferença entre as perguntas ou questões motoras – e, obviamente, os diferentes projetos políticos por trás delas – selou a sorte da trajetória da controvérsia da dependência, dando ainda maior fôlego, no plano do debate político-intelectual, ao desdobramento da ideologia do desenvolvimento no Brasil.

Neste sentido, é parcialmente correto dizer que “o fracasso do projeto reformista chileno e o progressivo esvaziamento, nos anos 1970, da guerrilha socialista latino-americana, deram um destaque político crescente à [...] vertente da escola da dependência [...] cristalizada à volta da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto” (Fiori, 1999, p. 33). Parcialmente correto, pois não destaca a relação entre, por um lado, o “fracasso” da via chilena ao socialismo e o “esvaziamento” da luta revolucionária e, por outro, a forma específica como se desenrolou a controvérsia da dependência no Brasil.

Também é parcialmente correto afirmar que “assim como o golpe militar de 1964, no Brasil, precipitou a crise do desenvolvimentismo e abriu caminho para a afirmação da teoria da dependência, a derrota da Unidade Popular no Chile, em 1973, impactou negativamente esta última” (Marini, 1992, p. 91). Uma afirmação também parcialmente correta pois, no Brasil, o impacto negativo não se deu sobre toda “teoria da dependência”, mas apenas sobre aquela vertente cuja questão motora era revolucionária.

Considerando a forma específica como se desenrolou a controvérsia da dependência no Brasil, o “destaque político” da obra de Fernando Henrique Cardoso – mais do que a de Enzo Faletto – contribuiu para *reatualizar e reproduzir* a questão sobre “como se desenvolver”, apagando do debate nacional aquelas contribuições ligadas ao marxismo e à luta revolucionária na América Latina. Esta é a hipótese central deste capítulo.

3.2. A controvérsia da dependência no Brasil

É possível dizer que a vitalidade das análises sobre a dependência latino-americana surgiu precisamente dos inúmeros debates realizados em torno ao assunto, impulsionados pela conjuntura específica na América Latina e no mundo. A ampla controvérsia sobre a dependência gerou uma base teórica e histórica firme para construir uma interpretação crítica do papel da América Latina dentro do sistema interestatal capitalista e, claro, contribuiu para pensar caminhos políticos de superação das contradições características do capitalismo dependente⁵⁶.

No Brasil, contudo, existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana dentro dessa controvérsia. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a conivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida⁵⁷. Contradizendo a vitalidade e multiplicidade das análises sobre a

⁵⁶ Tendo em vista a enorme amplitude de obras e autores(as) que historicamente trataram da dependência latino-americana, aqui se considera inseridos em tal controvérsia aqueles autores(as) que, *a posteriori*, no bojo de diferentes embates políticos refletidos nas histórias do pensamento social latino-americano, tiveram sua obra diretamente vinculada à categoria de *dependência*, independentemente de seus posicionamentos pessoais sobre a existência de uma (ou várias) teoria da dependência.

⁵⁷ Sobre este ponto, é interessante remeter a uma consideração de Nildo Ouriques, ao final de sua tese defendida em 1995, quando acertadamente apontou o seguinte (1995, p. 234): “El colapso del neoliberalismo hará con que nuevos enfoques sobre viejos problemas – integración económica, cultural, política; carácter del estado, etc. – una vez más ganen relevancia, abriendo así amplios espacios para el pensamiento crítico”. De fato, mesmo considerando apenas publicações no Brasil, nos últimos dez anos é notável o crescente interesse pelo tema da dependência, retomado desde uma perspectiva crítica. Sem chance de esgotar as referências aqui, e seguramente deixando de lado importantes trabalhos, é possível lembrar a seguinte bibliografia: Traspadini (1999); Sader ([org.] 2000); Dos Santos (2000); Martins (2006; 2011); Martins e Valencia (2009); Traspadini e Stédile ([org.] 2005); Wagner (2005); Amaral (2005; 2012); Luce (2007; 2011; 2012; 2013); Carcanholo (2008; 2013); Bonente e Correa (2008); Bueno e Seabra (2009; 2012); Araújo (2011; 2012); Castelo ([org.], 2009); Almeida (2013); entre muitas outras referências. Quanto ao debate específico entre Cardoso e Marini, este tema começou a ser conhecido e trabalhado recentemente no Brasil; para algumas referências, ver, por exemplo, Wagner (2005), Vargas (2009) e Bianchi (2010). Para uma análise mais detida sobre este atual resgate da teoria marxista da dependência, ver nosso artigo, escrito em conjunto com Rodrigo Castelo: “Início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo” (Correa Prado e Castelo, 2013).

dependência latino-americana, foi se construindo no país uma espécie de “pensamento único” sobre o tema, centrado de tal modo na perspectiva defendida por Cardoso que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista e revolucionária, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini⁵⁸. Cabe, pois, revelar em linhas gerais como isso foi produzido e reproduzido em diversas e influentes publicações no Brasil entre finais dos anos 1960 até início da década 1980, momento do ocaso do desenvolvimentismo e também do nascimento de um neodesenvolvimentismo.

Salvo exceções que confirmam a regra, até poucos anos atrás era precisamente através das mãos de Fernando Henrique Cardoso que se podia conhecer acadêmica e politicamente os estudos sobre a dependência na América Latina. Vários artigos de Cardoso, em geral publicados com o apoio institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)⁵⁹ e republicados em livros que tiveram várias edições em plena ditadura militar, trataram de oferecer um panorama do “estado dos estudos sobre a dependência”, de modo que o debate foi sendo sistematicamente pautado pelos seus escritos. Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto vários livros de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini eram proibidos pela censura, as ideias de Cardoso circulavam livremente pelo Brasil⁶⁰.

⁵⁸ Nesta tradição marxista certamente poderia ser incluído Florestan Fernandes, sobretudo em sua obra a partir de finais da década de 1960 (2008 [1968]; 2009 [1972]; 2010 [1975]); no que se refere à concepção de Florestan sobre dependência e suas formas de superação, são fundamentais também alguns de seus textos com decidido posicionamento marxista (1976; 1978; 1979; 1982; 1984 [1981] e, posteriormente, 1995 e 2006 [1989]). Contudo, foram aqueles autores o alvo principal da crítica de Fernando Henrique Cardoso, por isso a fundamental obra de Florestan Fernandes não está aqui incluída. E o mesmo vale para Octavio Ianni e sua importante obra em torno do imperialismo e a dependência (1971; 1974).

⁵⁹ Para uma história do CEBRAP desde dentro, ver Moura e Monteiro ([org.], 2009).

⁶⁰ Para dar apenas alguns exemplos, apesar de Marini ter publicado no México *Subdesarrollo y revolución*, em 1969, *Dialéctica de la dependencia*, em 1973, e *El reformismo y la contrrevolución. Estudios sobre Chile*, em 1976, além de ter organizado antologias fundamentais como a *Teoría social latinoamericana* (1993/1994), ter escrito artigos para as revistas críticas mais importantes de seu tempo – *Pensamiento crítico*, *Monthly review*, *Les temps modernes*, entre outras – e também ter contribuído em vários jornais pelo mundo, seu primeiro livro publicado legalmente no Brasil foi *América Latina: dependência e integração*, de 1992. Enquanto isso, os textos de Cardoso circulavam facilmente através dos órgãos de difusão do CEBRAP e seus livros eram publicados com ampla divulgação: *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicado em espanhol em 1969 –

Diversos textos de Fernando Henrique Cardoso se prestaram para esta tarefa de delimitar o espaço do debate brasileiro em torno à noção de dependência. Entre esses textos, ao menos três artigos merecem destaque, pois tiveram ampla circulação e mencionam diretamente autores como Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini: “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência” (1972), “As contradições do desenvolvimento-associado” (1974, formulado em 1973) e “As desventuras da Dialética da Dependência” (1978), este último escrito em conjunto com José Serra.

O primeiro artigo mencionado – “Notas...” – foi apresentado inicialmente num Seminário realizado em setembro de 1972 em Dakar sobre “Estratégias para o Desenvolvimento da África e América Latina”, sob o patrocínio do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planificação. Em dezembro de 1972 este mesmo texto foi publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e, no ano seguinte, além de uma publicação nos Estados Unidos sob o título “Dependence revisited”, o mesmo texto fez parte do *Caderno CEBRAP* nº11 – ou seja, foi publicado no Brasil em plena ditadura militar. Sem contar outras reproduções em diferentes livros e compilações fora do Brasil – México, Argentina, etc. –, vale lembrar ainda que o artigo também foi publicado, no ano de 1976, no livro *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, coordenado por José Serra (1976). E, em 1980, momento prévio da chamada “abertura democrática”, o artigo em questão fez parte também da coletânea de artigos organizada pelo próprio Cardoso intitulada *As idéias em seu lugar. Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*, sendo que nessa última versão aparece adaptado da edição em inglês: “A dependência revisitada”. Em suma, um texto de amplíssima divulgação.

Em “Notas...”, a crítica de Cardoso a Andre Gunder Frank e a Ruy Mauro Marini ainda é incipiente, mas já demonstra certa capacidade de inverter

escrito originalmente em 1967 –, saiu no Brasil já em 1970 pela Editora Difusão Européia do Livro; *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, foi publicado em 1971 pela Zahar; *O modelo político e outros ensaios* foi publicado originalmente em 1972 pela Bertrand Brasil na coleção “Corpo e Alma”, dirigida pelo próprio Cardoso; e, para ficar apenas na década de 1970, em 1975 foi publicado *Autoritarismo e democratização*, lançado pela Paz e Terra, em coleção de cujo conselho editorial o próprio Cardoso também fazia parte.

argumentos para melhor criticá-los. Em seu comentário sobre Frank – na verdade Cardoso apenas o nomeia, mas não o cita nem faz a menor referência direta a alguma de suas obras –, fica aberta uma falsa crítica que viria a se constituir futuramente na afirmação mais recorrente, apesar de incorreta, sobre os autores da vertente marxista da teoria da dependência: a concepção de que para estes “o capitalismo na periferia é inviável” – não obstante o fato de que toda sua análise estivesse voltada precisamente para *explicar e superar o próprio desenvolvimento capitalista na periferia*.

Em relação a Marini, Cardoso trata de resumir a tese da primeira versão, ainda incompleta, de *Dialéctica da dependência* (“Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”)⁶¹, mas inverte o argumento do autor, criando assim outra falsa polêmica, em torno à função da superexploração do trabalho e à possibilidade de aumento da produtividade no capitalismo dependente com extração de mais-valia relativa⁶².

O segundo artigo antes mencionado foi inicialmente publicado com o título de “As contradições do desenvolvimento dependente associado” (1974), mas o mesmo texto foi posteriormente reproduzido com outro título muito mais direto:

⁶¹ A referência exata utilizada por Cardoso é: “Rui Mauro Marini, ‘Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora’, *Sociedad y desarrollo*, CESO, vol. I, n. 1, Santiago, março de 1972.” Aqui é importante sublinhar que esta é a primeira versão do ensaio *Dialéctica de la dependencia*, sendo que após o golpe de 1973 no Chile tornou-se praticamente impossível encontrar um exemplar da revista *Sociedad y desarrollo* em qualquer biblioteca chilena, e menos ainda no Brasil. A primeira publicação do ensaio completo se deu em 1973 no México, pela Editorial ERA. Neste caso, Cardoso utiliza a versão naquele momento disponível, que recém começava a circular. É sintomático, porém, que outros autores, escrevendo já a finais da década de 1970 e com pleno acesso à edição mexicana de *Dialéctica de la dependencia*, façam referência àquela primeira versão, ainda incompleta, publicada em *Sociedad y desarrollo*, apesar do quase impossível acesso que se poderia ter desse material. É o caso, por exemplo, de Francisco de Oliveira em *A economia da dependência imperfeita* (1989 [1977], p. 37).

⁶² Em sua “Memória”, Marini (2005 [1991], p. 91-92) comenta este texto de Cardoso nos seguintes termos: “Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a esses equívocos no post-scriptum que – com o título de ‘En torno a Dialéctica de la Dependencia’ – escrevi para a edição mexicana de 1973.”

“As novas teses equivocadas” (1975)⁶³. Originalmente este texto foi apresentado na Conferência Internacional sobre “Sociologia del desarrollo y desarrollo: dependencia y estructuras de poder”, organizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e realizado em Berlim em novembro de 1973. Logo em seguida foi publicado na revista *Estudos CEBRAP*, outro meio de difusão desta instituição acadêmica, mais especificamente em seu número 8, de 1974. No ano seguinte, em 1975, este texto foi novamente republicado, desta vez como artigo do livro *Autoritarismo e democratização*. Dirigido agora a um público que em grande medida desconhecia a obra de Marini – quase nada dele havia sido publicado no Brasil –, Cardoso adotou o segundo título, muito mais eficaz em seu propósito de atacar as contribuições de Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Marini, alvos constantes de suas críticas.

As chamadas “teses equivocadas” deram base para uma postura comum entre muitos intelectuais, não obstante o fato de que as críticas às supostas “teses equivocadas” simplesmente não tinham sustentação na obra dos autores a quem eram dirigidas. Aparecem novamente as afirmações de que autores como Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini defenderiam que “o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável” e “o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho”, bem como é apresentada a concepção de que para tais autores “as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa”, “a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista” e “o caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada – ‘socialismo ou fascismo’” (Cf. Cardoso, 1975). Tais seriam as “teses equivocadas”, supostamente defendidas por aqueles autores. Na crítica de Cardoso, porém, é patente a falta de rigorosidade, pois o artigo deforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas entre aspas como se fossem dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. A leitura minimamente

⁶³ O título faz alusão ao ensaio de Rodolfo Stavenhagen “Siete tesis equivocadas sobre América Latina” (1973), publicado originalmente no jornal mexicano *El día* em 1965. O ensaio de Stavenhagen, contudo, é totalmente diferente do texto de Cardoso, e, em contraste, realmente foi de fundamental importância para combater as teses do suposto caráter dual e feudal da América Latina, do etapismo desenvolvimentista, das possibilidades revolucionárias das burguesias locais, entre outros temas relevantes.

atenta desse artigo é capaz de notar a superficialidade da maioria das críticas nele tecidas. No entanto, e apesar de tudo, foi precisamente através dele que se estabeleceram as noções mais recorrentes relacionadas àqueles autores criticados.

A crítica que Cardoso vinha formulando, com especial atenção a Marini, chegou a seu ápice na publicação de “As desventuras da dialética da dependência”, texto escrito por Cardoso em conjunto com José Serra. De acordo com informação dos autores, “As desventuras...” foi escrito em janeiro de 1978 enquanto eram visitantes do “Institute of Advanced Study” em Princeton. Sua primeira publicação se deu naquele mesmo ano em espanhol na *Revista Mexicana de Sociologia*, volume 40, número extraordinário. Este número incluía também a resposta de Marini, intitulada “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”. No Brasil, o artigo de Cardoso e Serra foi publicado na revista *Estudos* do CEBRAP, em seu número 23, de 1979, porém sem a resposta de Marini⁶⁴. E vale lembrar também que, além dessa publicação, parte das críticas ali formuladas foram ainda divulgadas em outro artigo no Brasil, assinado apenas por José Serra, cujo título não muito criativo já remete à sua origem: “As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre autoritarismo e desenvolvimento”, publicado na revista *Dados*, número 20, de 1979⁶⁵.

Apesar de laterais e puramente informativas, as considerações bibliográficas anteriores ajudam a compreender parte do processo de formação de um “pensamento único” no Brasil sobre o tema da dependência, na medida em que indicam a ampla divulgação e reprodução das críticas formuladas inicialmente por

⁶⁴ Ao tratar das críticas de Cardoso – por certo, em tom demasiado condescendente –, Theotônio dos Santos assinala este episódio (2000, p. 125): “Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada ‘teoria da dependência’. Contudo, é desagradável constatar que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre essa polêmica que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente.” A resposta de Marini somente veio a ser publicada no Brasil na edição *Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*, organizada por Emir Sader (2000).

⁶⁵ Este mesmo artigo foi posteriormente incluído no livro *The New Authoritarianism in Latin America*, publicado em 1980, mas agora com outro título, tampouco muito criativo: “Three mistaken theses regarding the connection between industrialization and authoritarian regimes”. Serra (1979, p. 36, nota 01) faz referência ao artigo “As desventuras da Dialética da dependência” como base para a seção em que discute com as teses de Marini – ou com aquilo que ele acredita que sejam as teses de Marini.

Fernando Henrique Cardoso e logo seguidas por José Serra, críticas que não por acaso foram retomadas no momento prévio à anistia política⁶⁶. Durante várias gerações de estudantes e militantes esses textos de Cardoso (e depois com Serra) foram utilizados como principal fonte no Brasil para “conhecer” as diferentes posturas em relação à dependência latino-americana. As opiniões críticas de Cardoso sobre a vertente marxista da teoria da dependência, apesar de insustentáveis, eram repetidas em universidades e em núcleos de formação política. E esse processo de instauração de um “pensamento único” sobre a dependência contou ainda com a contribuição de vários importantes intelectuais.

Não obstante o fato de procederem de intelectuais normalmente situados à esquerda do espectro político nacional, as críticas à vertente marxista dentro da controvérsia da dependência quase sempre seguiram a linha deixada por Cardoso e, em geral, reproduziram equívocos e foram realizadas sem nenhuma discussão profunda, ainda que muitas vezes sejam seguidas de uma ampla defesa daquilo que seria a “correta” versão da análise sobre a dependência, isto é, a visão do desenvolvimento dependente-associado ou da interdependência elaborada por Fernando Henrique Cardoso⁶⁷.

Como exemplo, vale mencionar um texto escrito por um nome de peso: Maria da Conceição Tavares. Na revista *Estudos CEBRAP*, número 13, de 1975, Tavares publicou o artigo titulado “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões”, texto este que havia sido apresentado num Simpósio sobre “As empresas transnacionais e os países receptores”. Neste artigo Tavares trata de esboçar “o que parecem ser os aspectos centrais do ‘pensamento latino-americano’ em matéria de industrialização em nossos países”, além de “analisar a crise da transnacionalização” e fazer “breves considerações sobre a situação na América Latina ante a crise internacional” (1975b, p. 8-9). Na primeira parte do artigo, relativo aos “traços gerais do

⁶⁶ De fato, em “As desventuras...” os autores são claros em seu propósito: “Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar tranças que fechem as falsas saídas” (Cardoso e Serra, 1979, p.36).

⁶⁷ Poderia ser nomeado também Enzo Faletto, mas apenas Cardoso seguiu “desenvolvendo” sua visão de “dependência”.

pensamento latino-americano sobre industrialização”, em certo momento Tavares afirma o seguinte (*Ibid.*, p. 11):

Os primeiros estudos empíricos mais sérios sobre ET [empresas transnacionais] foram publicados pela Cepal em 1970, fundamentados na experiência brasileira. Entretanto, devido à frustração de algumas tentativas reformistas em vários países, a visão da nova esquerda latino-americana e terceiro-mundista redescobria e readaptava a velha tese centro-periferia de Prebisch, rebatizada como relação metrópole-satélite. Passando totalmente por alto sobre as novas tendências da economia internacional, a partir de meados da década de 50, explicavam a acumulação nos centros pela exploração da periferia (invertendo a tese clássica) e centrando-se no desempenho tradicional dos grandes monopólios internacionais na extração de matérias-primas.

E ao final desta passagem Tavares indica uma nota de rodapé, em que comenta: (*Ibid.*, p. 27): “Estamo-nos referindo, basicamente, às colocações do tipo Gunder Frank – ‘Desenvolvimento do Subdesenvolvimento’ e as várias versões do ‘Intercâmbio Desigual’”. Além da mínima preocupação com a precisão na referência e sem intenção nenhuma de travar um verdadeiro debate, sobre o trecho antes citado é possível observar ainda que Tavares ou ignorava – o que é difícil – ou simplesmente não considerava sérios os trabalhos realizados por Theotônio dos Santos (1967; 1968; 1978⁶⁸) e por Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1970) sobre as corporações multinacionais, apesar desses serem pioneiros e muito bem fundamentados.

E na sequência dos parágrafos antes citados Tavares complementa (*Idem*):

Deve-se fazer justiça, entretanto, ao esforço de um grupo de intelectuais latino-americanos em Santiago de Chile (entre 1965 e 1967) para caracterizar, mediante um enfoque totalizador, o que foi chamado como a nova “situação de dependência” nos padrões de desenvolvimento industrial urbano dos maiores países da América Latina. Apesar das tremendas confusões ocasionadas por certas visões primárias da “Teoria da Dependência” e do fato decisivo de que seus esforços de interpretação terminaram sem status teórico aprofundado e sem aprofundar a análise dos subsistemas industriais dependentes que se propunham estudar, não resta dúvida de que alguns ensaios pioneiros da época tiveram uma importância fundamental de vários pontos de vista. Entre eles sobressai o trabalho de Cardoso e Faletto, “Desenvolvimento e Dependência na América Latina” [...].

Neste ponto o texto de Tavares continua com um resumo, agora sim, detalhado da argumentação de Cardoso e Faletto, antes de tratar da “crise do

⁶⁸ Nas primeiras partes de *Imperialismo y dependencia*, de 1978, Dos Santos reúne trabalhos sobre o tema das transnacionais publicados originalmente desde meados dos anos 1960.

transnacionalismo” e das “questões e opções na América Latina ante a crise internacional”, que constituem as outras partes do artigo.

Algo parecido também foi feito por João Manuel Cardoso de Mello, mas não num artigo, e sim em sua influente tese doutoral, defendida em 1975, e que pouco depois se tornou livro e condicionou boa parte das interpretações inscritas na chamada “Escola da Unicamp”. Na “Introdução” de *O capitalismo tardio*, após discutir a “Economia Política da CEPAL”, o texto de Cardoso de Mello chega a “meados da década de 60, quando a morte do movimento social nacional-desenvolvimentista ficou evidente” (1998, p. 24). E a partir daí comenta o surgimento das “Teorias da Dependência” (*Idem*; itálicas no original):

A industrialização ou se abortara, ou, quando tivera êxito, não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem, muito menos, a liquidação da miséria.

Com isto, uma pergunta ficava no ar: por que a História teria tomado outro curso, defraudando esperanças que pareceram outrora tão bem fundadas? A resposta, no plano teórico, consistiu, sabemos todos, na formulação das “Teorias da Dependência”, que nasceram, assim, para enfrentar a *questão da não industrialização-nacional*.

A filiação cepalina da idéia de “dependência externa” é clara, pois simples decorrência da concepção de desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, que se exprime na relação Centro/Periferia. Deste modo, não seria difícil imaginar a História latino-americana como uma sucessão de “situações de dependência”: dependência colonial, dependência primário-exportadora e dependência tecnológica.

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na idéia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrôpoles e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera *reprodução radicalizada da problemática cepalina* e, por isto, não apresenta maior interesse teórico.⁶⁹

Ao contrário, a formulação de F. H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva.⁷⁰

Em seguida Cardoso de Mello apresenta os principais eixos da análise de Cardoso e Faletto, para depois fazer uma crítica pontual – a de que estes autores seguem o “critério cepalino de periodização histórica” – e abrir caminho para sua própria tarefa, que seria “a de repensar a História latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista”.

⁶⁹ Neste ponto Cardoso de Mello faz referência em nota a *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* e ao livro *Economía política del subdesarrollo en América Latina*, que fora organizado por Frank, James Cockcroft e Dale Johnson (1970) e no qual se incluem alguns artigos de Frank.

⁷⁰ Aqui a referência é a edição brasileira, publicada em 1970, de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, além do texto de Cardoso “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?”, que havia sido publicado no primeiro número da revista *Estudos CEBRAP*, em 1971.

Chama atenção a forma com o autor que aborda o nascimento das “Teorias da Dependência”, pois, em contraste do que se afirma ali, não houve uma origem comum entre todos os intelectuais que analisaram a dependência, sem contar que a preocupação inicial não era de modo algum “enfrentar a questão da não-industrialização”⁷¹. Também é notável a forma com que Cardoso de Mello descarta o debate com Andre Gunder Frank, defendendo uma opinião dificilmente sustentável como se estivesse baseada num argumento “cristalino”.

3.3. Os desdobramentos da ideologia do desenvolvimento no Brasil

Entre as diversas formas de apagar a contribuição da teoria marxista da dependência para a compreensão da *dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil*, há uma que tem especial importância aqui, pois apresenta uma forma particular de entender as questões que moveram a controvérsia da dependência. Segundo Fernando Henrique Cardoso – e, depois dele, muitos outros –, a questão central desta vertente dentro da controvérsia da dependência se resumiria à viabilidade ou inviabilidade do desenvolvimento na periferia (desenvolvimento capitalista, embora o qualificativo nem sempre apareça). Vistos nesta perspectiva, aqueles autores mais ligados à luta revolucionária se caracterizariam por serem “catastrofistas”, “estagnacionistas” e defensores da “inviabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil”, pois afirmavam categoricamente que o *desenvolvimento capitalista* não seria a solução para os problemas gerados... pelo próprio desenvolvimento capitalista.

⁷¹ Na verdade, isto nem teria sentido, pois os trabalhos sobre a dependência nasceram precisamente nos países que estavam se industrializando, porém, é claro, aprofundando sua dependência. Ademais, conforme indica Marini em sua “Memória” (2005 [1991], p. 66): “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas.” Ao menos em sua corrente marxista, essa é a origem principal da “teoria da dependência”.

Desde uma perspectiva que se pode chamar de realista⁷², Fernando Henrique Cardoso, a meados da década de 1970 – ou seja, após a vitória da contra-revolução, o aprofundamento do Estado de contra-insurgência na América Latina e o chamado “milagre econômico brasileiro” –, dedica sua obra a pensar as possibilidades de desenvolvimento (capitalista) dentro do novo contexto internacional, centrando sua prática política na construção de caminhos para alcançá-lo. Antenado com as diretrizes da política externa estadunidense, Cardoso entendia que o “regime autoritário” – tal como costumava denominar a ditadura empresarial-militar instaurada em 1964 – se abriria, lenta, gradual e seguramente, e neste contexto dedicou suas análises ao “Estado burocrático-autoritário”. Afinal, uma leitura realista da época não poderia pensar e atuar além do desenvolvimento (capitalista) com democracia (burguesa).

Enquanto isso, e como já se viu, durante a década de 1970 a leitura particular de Fernando Henrique Cardoso sobre a “situação de dependência” e sobre a própria controvérsia da dependência foi sendo facilmente absorvida, com críticas pontuais, pelas análises derivadas do debate histórico-estruturalista da CEPAL. No plano mais específico do pensamento econômico brasileiro, renovaram-se os olhares sobre os *obstáculos ao desenvolvimento*, mantendo, claro, este horizonte utópico e pautando ainda a questão de “como se desenvolver”.

Apenas levando isso em conta é possível afirmar com precisão que

[...] na segunda metade dos anos 1970, a tese sobre a viabilidade do desenvolvimento capitalista a partir de condições iniciais de dependência encontrou um outro desdobramento teórico e político, diferente do que lhe deu Cardoso através de seus estudos cada vez mais centrados na análise e crítica dos aspectos políticos autoritários do desenvolvimentismo brasileiro [...] Deu-se no campo estritamente econômico através de uma releitura do pensamento estruturalista e de suas estratégias econômicas [...] e que desembocou na chamada “teoria do capitalismo tardio” (Fiori, 1999, p. 34).

Uma teoria cujo “novo objeto central de preocupação e pesquisa voltou a ser predominantemente ‘endógeno’: a questão da ‘internalização dos mecanismos

⁷² Para além do debate sobre realismo no campo das relações internacionais e inclusive na filosofia, como “realista” entende-se aqui a tendência a expressar, explícita ou implicitamente, a impossibilidade de um mundo alternativo ao existente, numa atitude que assume como espontânea a subsunção da vida social ao processo de acumulação, seja de poder, seja de capital.

de acumulação de capital' ganha destaque frente às relações de dependência externa, que fora a tônica dos trabalhos críticos da década anterior" (*Ibid.*, p. 35).

O contexto brasileiro era certamente propício para certo "endogenismo" analítico. A meados da década de 1970 abria-se uma nova ofensiva da ditadura empresarial-militar, que se refletia na esfera política e ideológica. Após 1968, com a afirmação da supremacia da burguesia integrada e internacionalizada, e frente à crise do início da década de 1970, a ditadura militar passou a buscar uma afirmação tanto interna, como no plano internacional⁷³. Por trás desse movimento estava a crise dos países capitalistas centrais, evidente a partir da crise do petróleo em 1973 e expressa também na agudização da concorrência inter-imperialista entre os grandes centros – Estados Unidos, Europa Ocidental e, particularmente, Alemanha e Japão –, o que alterou as condições em que se estabelecia a política externa da América Latina (Marini, 1993).

No Brasil, a ditadura militar, pautando um vigoroso projeto de afirmação interna e expansão externa, abandonou o alinhamento automático com os Estados Unidos (mediante a diplomacia do "pragmatismo responsável"), ao mesmo tempo em que tratou de conseguir acesso a tecnologias que ainda não eram dominadas no país, como no caso do acordo com a Alemanha em relação à tecnologia nuclear, em 1975. Também exacerbou sua expansão na América do Sul, em particular no que se refere à Bolívia e ao Paraguai. Nesta mesma linha, a ditadura militar implementou, em 1974, o tão discutido II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, mantendo o sistema financeiro privado como principal fiador, priorizava o aumento da

⁷³ É sempre bom lembrar que, por trás da ditadura militar estava o famoso tripé formado pelo grande capital nacional, grande capital internacional e Estado. Aqui se utiliza como sujeito a ditadura militar pois ela representava o Estado, cuja força e "autonomia relativa" nos países dependentes foi bastante destacada por diversas correntes teóricas e a partir de diversos conceitos. Para argumentar essa utilização de forma sintética, cabe uma citação de Ruy Mauro Marini em seu texto "Estado y crisis en Brasil" (1977, p. 77): "[...] desde cualquier ángulo que consideremos la autonomía relativa del Estado en nuestros países [de América Latina], ésta sólo se entiende como resultado de contradicciones de clases inherentes a la situación de dependencia. Es por tanto evidente que esa autonomía tiende a acentuarse al presentar una crisis en el proceso de reproducción de capital en nuestros países, dado que toda crisis agudiza las contradicciones de clases. Por esta razón, al considerar las perspectivas de la actual crisis brasileña, nuestra atención se dirige preferentemente hacia el Estado, debido al margen de autonomía que la crisis le da para plantear un proyecto de superación de la misma".

capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital, além de reforçar a noção e o objetivo do “Brasil Potência”⁷⁴.

Passando ao plano político-intelectual, é preciso destacar também que, após a vitória da contrarrevolução e a onda repressiva na América Latina durante a década de 1970, consolida-se a política cultural dos Estados Unidos para a região, cujo eixo central seria “a degradação do ensino universitário, paralelamente à criação de uma ultra-universidade, centrada em cursos de pós-graduação, que tinham sua principal sustentação em acadêmicos norte-americanos e, secundariamente, europeus; posteriormente, em [acadêmicos] nacionais treinados nos grandes centros” (Marini, 1992, p. 98)⁷⁵.

Neste quadro foram surgindo no Brasil renovadas correntes teóricas que haviam incorporado a controvérsia da dependência apenas pela vertente defendida por Fernando Henrique Cardoso – uma via que mantinha a questão de “como se desenvolver”, porém oferecia outras alternativas para isso: aprofundando a dependência, através do “desenvolvimento associado”⁷⁶.

⁷⁴ A leitura do documento do II PND é muito sugestiva. Para ilustrar apenas o ponto que foi tocado no capítulo anterior, vale destacar uma passagem que abre a parte sobre os “objetivos e opções nacionais” do programa, na qual se condensa várias palavras-chave da ideologia do desenvolvimento sob a ditadura militar: “Em consonância com o binómio Desenvolvimento e Segurança, objetiva a Revolução construir, no Brasil, a sociedade desenvolvida — moderna, progressista e humana.”

⁷⁵ Marini ainda argumenta que seria “por esse caminho que se vão infiltrando os elementos que abrirão, mais tarde, as portas para a penetração do neoliberalismo” (1992, p. 98). E cita um trecho elucidativo de Raúl Prebisch em seu livro *La crisis del desarrollo argentino*, escrito em 1986: “Quando nos Estados Unidos viram o perigo que nossas ideias representavam para suas verdades consagradas e não conseguiram a fusão da CEPAL com os serviços similares da OEA, empreenderam nos anos cinquenta uma ação sistemática para contrarrestar-nos e elegeram Santiago do Chile, sede da CEPAL, para desenvolver sua campanha, que se estendeu a toda a América Latina, mediante o envio gratuito de professores e a outorga generosa de bolsas. A base de lançamento foi o neo-classicismo; o liberalismo econômico na Argentina e em outros países não foi de geração espontânea” (*apud* Marini, 1992, p. 108).

⁷⁶ Fiori aponta claramente para a “estratégia associada” presente nos escritos de Cardoso sobre a dependência. Diz ele, em seguida citando primeiro Cardoso e depois Cardoso e Faletto em seu clássico *Desenvolvimento e dependência na América Latina* (Fiori, 1999, p. 34): “Do ponto de vista analítico, o seu diagnóstico foi explícito: ‘[...] a acumulação capitalista nas economias dependentes não completa seu ciclo [...] a acumulação, expansão e auto-realização do capital local requerem e dependem de uma dinâmica complementar externa a si próprias: elas devem se inserir no circuito do capitalismo internacional’. E do ponto de vista propositivo seu projeto político-econômico também era muito claro: ‘nestas circunstâncias – de crise política do sistema quando não se pode impor uma política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento – as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para forma, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, salvo se se admitisse a hipótese de uma mudança radical para o socialismo’.

As novas correntes teóricas que surgem da releitura do pensamento estruturalista absorvem essa vertente da controvérsia da dependência com críticas pontuais, tomando ainda aquela mesma questão de “como se desenvolver”, mas agora atualizando-a para o novo contexto, no qual se resgata a antiga proposta de um desenvolvimento capitalista mais “autônomo”. Neste sentido, chama a atenção a forma como a “nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro” se pautou mais uma vez por aquilo que faltava para o Brasil se desenvolver, sublinhando, principalmente:

[...] os problemas decorrentes da não centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não calibragem estratégica da política industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva; da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana e dos ‘pés de barro’ em que se sustentava o projeto de “potência emergente” (Fiori, 1999, p. 35).

Claramente uma agenda no “negativo”, que apontava para aquilo que ainda deveria ser feito para o Brasil se desenvolver e então, com pés bem plantados, se tornar uma potência.

Após a derrota militar e política da esquerda revolucionária – e de seu escanteamento do âmbito intelectual brasileiro –, a renovada ideologia do desenvolvimento – agora mais encorpada (incorporando analiticamente as obras de Marx, Hilferding, Steindl, Keynes, Schumpeter, Kalecki, entre outros) –, apresentou análises até então incômodas para a ditadura militar, tal como, por exemplo, o caráter extremamente concentrador daquele “modelo de desenvolvimento”⁷⁷; produziu inúmeros trabalhos de grande importância para a descrição do chamado “padrão de desenvolvimento” ou “padrão de acumulação” brasileiro⁷⁸; buscou reinterpretar seu particular “capitalismo tardio” e seus ciclos econômicos endógenos em comparação com outros “capitalismos tardios”; pautou

⁷⁷ Ver, sobre este tema, o livro organizado por Tolipan e Tinelli (1975) sobre *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. É muito elucidativa para o que aqui se argumenta a forma como Fernando Henrique Cardoso termina seu “Prefácio” ao referido livro (1975b, p. 12): “Esta coletânea é um belo exemplo de como é útil manter vivo o debate entre cientistas e de como é indispensável que a discussão extravase os órgãos técnicos para, alcançando a opinião pública, ter pelo menos uma *chance*, por remota que seja, de que os governos ao deliberar possam considerar o ponto de vista dos que acreditam que o desenvolvimento pode dar-se sem ser necessariamente em proveito de minorias privilegiadas”.

⁷⁸ Ver, por exemplo, a coletânea de artigos organizados por Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renata Coutinho (1982) sobre o *Desenvolvimento capitalista no Brasil - ensaios sobre a crise*.

o tema da fraqueza ou fortaleza do “Estado desenvolvimentista”; e difundiu análises específicas sobre a economia mundial e a crise da década de 1970. Mas tudo isso à custa de deixar de lado não apenas a questão nacional, tal como já foi apontado (Sampaio Jr., 1999, p. 46), mas também todo o debate sobre o imperialismo – embora se falasse de “capitalismo monopolista de Estado” –, tratando a economia e o Estado brasileiros em suas especificidades, porém sem relacioná-los adequadamente com seu papel na América Latina e sem analisar “numa mesma cápsula” o “desenvolvimento” do Brasil como parte do desenvolvimento (desigual) do capitalismo em cada país e em escala mundial, enquanto parte do desenvolvimento do sistema interestatal capitalista – algo presente, em contraste, na categoria de subimperialismo, formulada por Ruy Mauro Marini já nos anos 1960⁷⁹.

Nesse contexto despontava aquilo que o mesmo Marini identificou, já em 1979 e depois, de forma mais precisa, em 1981, como o *neodesarrollismo* – em “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y José Serra)” (1978) e em “América Latina ante la crisis mundial” (1981). Neste último texto, ao falar sobre a postura de parte dos economistas progressistas em relação à forma que a América Latina vinha “se desenvolvendo” a partir da recessão de 1974-1975, Marini tece sua crítica ao já naquele então considerava como neodesenvolvimentismo:

Esta situación ha motivado, entre los economistas progresistas, un creciente rechazo hacia la manera como se ha venido desarrollando América Latina, particularmente a partir de la recesión de 1974-1975, aunque, como hemos hecho notar, ésta no hace sino acentuar los rasgos inherentes a su patrón de desarrollo. Dichos economistas postulan, pues, la necesidad de lograr un mayor grado de autonomía en la relación entre la región y la economía mundial, vinculando ese objetivo a la reducción del desequilibrio sectorial inherente a su patrón de acumulación de capital y que lleva a depender en un 90% de los países desarrollados en lo referente a sus importaciones de bienes manufacturados, además de implicar también una creciente dependencia en materia de suministro de alimentos. La solución pasaría, pues, por buscar un desarrollo más equilibrado entre los sectores productores de bienes salario y de bienes de producción, tanto agrícolas como industriales, reduciendo pues el peso de la producción suntuaria, y contener el flujo de

⁷⁹ Daí que aparecesse como novidade, em 1977, que “a periferia não pode ser tomada como um todo homogêneo”, dada as “mudanças recentes impostas à divisão internacional do trabalho” (Coutinho e Belluzzo, 1982, p. 27-28), algo que Marini alertava desde pelo menos 1965 quando publica na *Monthly Review* seu texto “Imperialist Integration and Brazilian Interdependence”, que depois seria incorporado em *Subdesarrollo y revolución*, de 1969. Interessante notar ainda que esta mesma “novidade” seria sublinhada por Maria da Conceição Tavares em 2010, numa entrevista à *Folha de S. Paulo*, cuja manchete diz “Não há mais centro e periferia, e o Brasil tem chances” e na qual afirma: “Não tem centro e periferia como antes. Tem países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos” (Tavares, 2010).

capitales proveniente del exterior, reduciendo en parte su volumen, pero sobre todo reglamentando su ingreso y aplicación.

Ese discurso no difiere, fundamentalmente, del que planteó la corriente desarrollista, en particular la CEPAL, en la posguerra. Pero si, en aquel entonces, cuando las posibilidades teóricas del desarrollo capitalista latinoamericano se presentaban aún poco definidas y, en este sentido, amplias, el discurso desarrollista parecía capaz de producir efectos prácticos, hoy, dado el patrón de reproducción vigente en la región y los efectos que sobre él ejerce la crisis mundial, el neodesarrollismo no puede sino suscitar escepticismo. En efecto, lo que el desarrollo latinoamericano reciente muestra es un aumento sostenido de su dependencia respecto al mercado mundial, tanto en materia de mercancías como de capitales. En los términos en que se encontraba planteado hasta principios de los setenta, vale decir sobre la base de una economía diversificada, centrada en el mercado interno en cuanto a realización y fuertemente ligada a la economía internacional en cuanto a la satisfacción de sus necesidades en equipo y tecnología, ese patrón de desarrollo se ha vuelto inviable.

Em termos mais gerais, esse movimento teórico de renovação da ideologia do desenvolvimento parece ter contribuído também para um retorno ao economicismo – ao que parece inerente à questão sobre “como se desenvolver” –, um economicismo que na batalha das ideias andava lado a lado com o politicismo presente nas análises sobre o “Estado burocrático-autoritário”⁸⁰. Mais importante que isso, esse movimento teórico atualizaria fortemente a agenda “negativa”: uma agenda que foi pautada pelas “tarefas em atraso” para alcançar a grande “tarefa em atraso” do desenvolvimento – no caso, tais tarefas passariam, entre outras medidas, por rearticular o pacto de poder de modo a eliminar os constrangimentos políticos derivados de uma atrofia da burguesia nacional e expressos num Estado limitado por compromissos conservadores, ao ponto de que os projetos prussianos particulares do Brasil deixassem de ser uma “caricatura” para não mais “fracassar” na condução do Estado rumo aos “nossos destinos, como potência capitalista”⁸¹.

⁸⁰ Para uma crítica ao politicismo e economicismo das análises sobre o Estado latino-americano, ver Fiori (1995).

⁸¹ As últimas aspas foram retiradas do texto “Reflexões sobre a crise atual”, escrito em 1977 por João Manuel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo. O trecho faz parte da conclusão do texto, na qual, após notar que a “maior razão do seu fracasso [do II PND] foi determinada pela incapacidade de se ajustar os interesses da grande empresa estatal, grande empresa nacional privada e corporação multinacional”, de modo que “nenhum dos interesses é capaz de se impor, viabilizando o objetivo fixado pelo Estado”, diz o seguinte (1982, p. 158): “o chamado setor produtivo estatal não possui autonomia financeira suficiente para saltar à frente e liderar a expansão futura [...] Por outro lado, a grande empresa internacional, diante da crise mundial, mantém um comportamento cauteloso: não está disposta a se envolver em projetos por demais ambiciosos, nem a investir sem que lhe sejam oferecidas vantagens de monta. Não está comprometida com os nossos destinos, como potência capitalista, mas sabe muito bem que o avanço do capitalismo no Brasil não será logrado sem sua larga participação. Nestas condições, é utopia crer que será possível dinamizar o capitalismo, ferindo os interesses fundamentais da grande empresa internacional”. E segue, para finalizar: “Dissemos acima que estes eram os

De todo modo, essas “tarefas em atraso” seriam momentaneamente varridas da agenda político-intelectual do Brasil já na década de 1980, com a crise da dívida externa, abrindo espaço para o projeto neoliberal, que desde a década de 1970 permeava o mundo e apresentava outras tarefas no quadro da então chamada “globalização” – sendo que esta seria, agora sim, a porta de entrada para o desenvolvimento. O Brasil em particular foi sacudido por uma crise múltipla, marcada por quatro choques fatais: “elevação das taxas de juros internacionais; recessão na economia mundial; deterioração dos termos de troca e interrupção do financiamento externo depois da moratória mexicana” (Fiori, 2003, p. 194).

É difícil sintetizar o grau das transformações que se deram em todo o mundo e, em particular, no Brasil desde o final da década de 1970, mas se pode dizer que houve desde então “uma verdadeira derrota, e não apenas uma crise de dimensões seculares. A vitória completa e quase universal dos liberais conversadores teve como consequência ou foi coetânea de uma crise da utopia ou do projeto socialista, que terá efeitos muito profundos e prolongados” (Fiori, 1995, p. 186). No plano político-intelectual, engrossava-se o caldo para a “guinada conservadora” tão bem descrita por Agustín Cueva como “um profundo movimento de todo o espectro político, ideológico e cultural do Ocidente para a direita: *eis aí o grande triunfo da burguesia imperialista*”; caldo este que alimentou o conservadorismo precisamente num momento em que este aparecia “dissimulado em aberturas democráticas que são uma realidade, mas cujo caráter conservador reside no fato de que, aproveitando o refluxo causado pelas derrotas passadas, pretende chegar à identidade definitiva entre a razão democrática, à qual sem vacilar aderimos, e a ‘razão’ capitalista-imperialista que nos oprime” (1989, p. 32 e 36; itálicas do original).

No caso do Brasil, esse mesmo caldo teve uma de suas expressões no binômio contraposto entre “autoritarismo versus democracia” em conjunto com o binômio identitário entre “desenvolvimento e dependência” – ambos binômios que formavam o núcleo do pensamento de Fernando Henrique Cardoso. Em particular

problemas essenciais. Uma vez resolvidos, certamente estará definida uma política econômica de curto prazo, compatível com os rumos da expansão futura. E a condição *sine qua non* para a superação das dificuldades presentes exige que a sociedade brasileira resolva o impasse político que a paralisa”.

no debate interno daquilo que se convencionou chamar de “ciência econômica”, que, como se viu, tão bem digeriu o pensamento de Cardoso, ao somar a derrota mundial à anterior derrota nacional e regional da esquerda revolucionária de horizonte socialista/comunista mediante as políticas coordenadas de contra-insurgência, fica mais fácil entender como “logo depois do Cruzado, e durante a década de 90, a crise socialista e a avalanche neoliberal arquivaram todo e qualquer tipo de debate desenvolvimentista” e como o chamado “desenvolvimentismo de esquerda’ estreitou tanto o seu ‘horizonte utópico’, que acabou se transformando numa ideologia tecnocrática, sem mais nenhuma capacidade de mobilização social” (Fiori, 2014 [2012], p. 218-219).

E mais: tendo em vista o profundo enraizamento da ideologia do desenvolvimento no Brasil, fica igualmente mais fácil entender como, no plano político-intelectual brasileiro, o horizonte utópico do desenvolvimento continuou sendo disputado pelo projeto neoliberal. Afinal, tanto no embate político direto – tal como se expressava nos programas do PSDB em 1994 e 1998, conforme foi apontado no primeiro capítulo – quanto no embate intelectual – vide *O desafio brasileiro. Ensaio sobre desenvolvimento, globalização e moeda* (1999) de Gustavo H. B. Franco, prefaciado por Pedro Malan –, o projeto crítico aos “clichês do velho desenvolvimentismo inflacionista, já amplamente decadente” (Franco, 1999, p. 15) também disputava o horizonte utópico do desenvolvimento.

Nesta conjuntura, o ideário desenvolvimentista apareceu como polo de resistência anti-neoliberal, num período em que no “plano teórico [se deu lugar] à hegemonia da crítica neoliberal do ‘desenvolvimentismo’ e no plano prático à substituição do projeto de construção de uma ‘potência emergente’ pelo de transformação do país num ‘mercado emergente’” (Fiori, 1999, p. 36). Mas também nesta conjuntura ficou claro que a ideologia do desenvolvimento pode comportar outros ideários que não apenas o desenvolvimentista. Não há, portanto, contraposição entre neoliberalismo e ideologia do desenvolvimento.

Visto esse movimento político-intelectual desde a atualidade, é interessante observar que a crise da dívida da década de 1980 e a ofensiva neoliberal dos anos 1990 a um só tempo evidenciaram os limites de certo “endogenismo” e mesmo do economicismo da análise do desenvolvimentismo renovado, mas também

apresentou no plano político-intelectual os elementos para seu *desdobramento* e para a *possibilidade de sua superação*, o que se daria por diferentes caminhos a partir da conjuntura que abriu o século XXI na América Latina, uma conjuntura que reforçou – mais uma vez e sob novos marcos –, o velho debate em torno do desenvolvimento.

Neste sentido, já em 1999 era possível afirmar que estava “voltando a ocupar lugar de destaque na agenda político-econômica mundial a velha questão do ‘desenvolvimento’ dos países atrasados ou, noutra chave, da distribuição desigual de riqueza entre as nações” (Fiori, 1999, p. 11). E este diagnóstico de 1999 ainda apontava: “*O mais provável é que [as economias latino-americanas] retomem, em algum momento, o caminho do desenvolvimento. Mas primeiro será necessário superar a hegemonia liberal que bloqueou o pensamento político-econômico latino-americano e recolocar as perguntas capazes de reanimá-lo e reimpulsioná-lo na direção de novas ideias e pesquisas, de novo conceitos e projetos*” (*Ibid.*, p. 40; itálicas minhas).

De fato, a nova conjuntura contribuiu muito para abrir espaço para a crítica à supremacia neoliberal, de modo que, se no final do século passado aquela “velha questão” do desenvolvimento despontava no debate político-econômico mundial, no início do século XXI o debate histórico sobre a “viabilidade e os caminhos do desenvolvimento econômico nacional” voltou a ser central na América Latina, no embalo do que se chamou de “virada à esquerda” na região.

Por certo, na América Latina a chegada ao poder de governos cuja plataforma se identificava, de forma mais ou menos clara, com as lutas populares que surgiram contra os efeitos do neoliberalismo criou um contexto propício para aquela “volta à questão da riqueza de algumas nações”. Rememorando tal contexto apenas plano político dos governos executivos nacionais, a região assistiu a uma onda eleitoral realmente marcante: sucessivas eleições de Hugo Chávez Frías e agora de Nicolás Maduro na Venezuela desde 1998; no Brasil, as vitórias de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e 2006, seguidas pela vitória de Dilma Rousseff em 2010; a chegada de Néstor Kirchner à Casa Rosada em 2003 e de Cristina Fernández de Kirchner em 2007 e, reeleita, em 2011; os triunfos eleitorais no Uruguai da Frente Ampla, representada por Tabaré Vázquez em 2004 e 2014 e por

José “Pepe” Mujica em 2010; a ascensão de Evo Morales à presidência da Bolívia em 2006 e sua reeleição em 2009; as conquistas de Rafael Correa no Equador, de Daniel Ortega na Nicarágua e de Michelle Bachelet também em 2006, reeleitos, respectivamente, em 2013, 2011 e 2014; a necessidade de fraude eleitoral no México em 2006 para evitar a ascensão de Andrés Manuel Lopez Obrador; a vitória de Fernando Lugo no Paraguai em 2008 – presidente que caiu mediante um golpe parlamentar em 2012 –; e a acirrada disputa no Peru, que em 2011 levou Ollanta Humala à presidência.

Foi neste contexto que, no Brasil, surgiu (ou melhor, ressurgiu) o ideário ou projeto político-intelectual do “novo-desenvolvimentismo”, um projeto que deve ser entendido como mais um *desdobramento* daquela renovação do ideário desenvolvimentista das décadas de 1970 e 1980⁸².

Vistos neste panorama, os recentes arroubos novo-desenvolvimentistas representam, em nova forma, a continuidade e o desdobramento da ideologia do desenvolvimento nos meios políticos e intelectuais brasileiros, uma ideologia que se revela perene desde a década de 1950 – apesar dos diferentes projetos que a encamparam – e que ganhou força com a nova conjuntura mundial e regional – mantendo, claro está, a questão motora sobre “como se desenvolver”, embora de forma cada vez mais economicista⁸³. Pode-se dizer inclusive que o novo-desenvolvimentismo representa igualmente uma “decadência ideológica” (Castelo, 2012) ou um rebaixado desdobramento do velho desenvolvimentismo, mantendo suas debilidades centrais, não apenas porque o “‘neo-desenvolvimentismo’ acaba repetindo os mesmos erros teóricos do passado e propondo um conjunto de medidas ainda mais vagas e gelatinosas do que já havia sido a ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 1950” (Fiori, 2014 [2011], p. 224)⁸⁴, mas sobretudo

⁸² E esta afirmação também pode valer para as mais recentes propostas auto-tituladas de “social-desenvolvimentistas”. Para análises críticas sobre o tema, ver Feldmann (2013) e Castelo (2013). Para uma análise que situa o novo-desenvolvimentismo em relação ao desenvolvimentismo, ver Fonseca e Mollo (2013).

⁸³ Conforme aponta Fiori em texto titulado “A miséria do novo-desenvolvimentismo”: “No final do século XX, a agenda neoliberal reforçou um viés da discussão que já vinha crescendo desde o período desenvolvimentista: o deslocamento do debate para o campo da macroeconomia” (Fiori, 2014 [2011], p. 224).

⁸⁴ Essas medidas vagas são descritas da seguinte forma (Fiori, 2014, p. 224): “Passado a limpo, trata-se de um pastiche de propostas macroeconômicas absolutamente ecléticas, e que se propõem fortalecer, simultaneamente, o estado e o mercado; a centralização e a descentralização; a

porque, “com relação ao papel do Estado, o ‘neo-desenvolvimentismo’ propõe que ele seja recuperado e fortalecido mas não esclarece em nome de quem, para quem e para quê, deixando de lado a questão central do poder, e dos interesses contraditórios das classes e das nações” (*Idem*)⁸⁵.

Pois bem, a controvérsia do novo-desenvolvimentismo, embora tenha sido, ao que parece, efêmera – em 2009, após a crise de 2007/2008, foi centro de grande debate, mas hoje, em 2015, há pouco ou quase nada de novo sobre o tema –, gerou grande quantidade de bibliografia, de análises, de propostas, etc., e não cabe aqui uma revisão mais detalhada sobre ela. Para a história a grandes traços do pensamento econômico brasileiro que se buscou até o momento esboçar, interessa destacar que a crise do ideário desenvolvimentista na década de 1980 não apenas gerou o novo-desenvolvimentismo como desdobramento do desenvolvimentismo em outro contexto, mas também se expressou no plano político-intelectual como uma *tentativa de superação* deste programa, o que se deu em diferentes sentidos, e um deles foi em torno ao debate sobre a retomada da hegemonia estadunidense.

A pergunta sobre a crise da hegemonia estadunidense não era nova. Sua origem remonta à década de 1970, em consonância com a “crise do dólar”, o fim do regime monetário de Bretton Woods, a (re)emergência da Alemanha e do Japão – apesar da (e devido à) própria atuação dos Estados Unidos –, a derrota deste país no Vietnã, a “atualidade da revolução” dos anos 1960 e do simbólico marco de 1968, entre outros vários processos históricos do período. Na década de 1980, a pergunta sobre a crise da hegemonia americana seguiu presente no debate intelectual, permeada por diferentes posições teóricas e políticas, mas essa mesma pergunta perdeu sentido e saiu de pauta nos anos 1990, com a queda da URSS e o

concorrência e os grandes “campeões nacionais”; o público e o privado; a política industrial e a abertura; e uma política fiscal e monetária, que seja ao mesmo tempo ativa e austera”.

⁸⁵ Ironicamente, até diz em nome de quem: do “desenvolvimento”. Isso fica evidente na proposta de Luiz Carlos Bresser-Pereira, quando sintetiza seu ideário novo-desenvolvimentista: “O desenvolvimento, hoje, depende de uma grande e informal aliança entre empresários do setor real, técnicos públicos e privados, e trabalhadores – ou seja, dos detentores do capital e da capacidade empresarial, do conhecimento técnico e organizacional, e da força de trabalho: os três elementos essenciais do desenvolvimento”. De fato, não há nada muita novidade em relação ao velho desenvolvimentismo, tendo em vista que “o desenvolvimentismo foi a ideologia da burguesia industrial latino-americana, especialmente daquela que, respondendo a um maior grau de industrialização e compartilhando o poder do Estado com a burguesia agrário-exportadora, trata de ampliar seu espaço a expensas desta, recorrendo para isso à aliança com o proletariado industrial e a classe média assalariada” (Marini, 1992, p. 79).

início da época dos consabidos “Consenso de Washington”, “fim da história”, “neoliberalismo”, etc. – palavras que resumem precariamente um momento em que o mundo viveu “sob a égide de uma única superpotência, a mesma que se transformou no carro-chefe das mudanças econômicas que alteraram a face do capitalismo mundial, nas duas últimas décadas do século XX” (Fiori, 2001, p. 11).

Sem entrar na história intelectual do debate sobre a “crise da hegemonia americana”, importa que, a meados dos anos 1980, quando tal preocupação circulava pela esfera político-acadêmica em diferentes latitudes no mundo, pautando-se por certo consenso em torno à crise da hegemonia estadunidense – especialmente no meio anglo-saxão e apesar das variadas matrizes teóricas –, no Brasil outra perspectiva adentrou o debate e rapidamente ganhou espaço acadêmico, afirmando que o mundo assistia “a retomada da hegemonia americana”. Assim se titulava o artigo que Maria da Conceição Tavares publicou em 1985 e reeditou em 1997 (com um pós-escrito sobre a “reafirmação da hegemonia americana”), abrindo então um novo programa de pesquisa e uma nova abordagem em “economia política internacional” que, ademais de focar a geopolítica e geoeconomia “desde a periferia”, buscava sublinhar em suas análises a imbricada relação entre o poder das armas e o poder do dinheiro – reconhecendo a “importância que sempre tiveram os sistemas de poder interestatal e os padrões monetários internacionais para os desenvolvimentos econômicos nacionais” (Fiori, 1999, p. 41) e mantendo a consideração comum sobre a necessidade de compreender o poder global dos Estados Unidos e seus impactos sobre a periferia do sistema, em particular sobre a América Latina⁸⁶.

Não é o caso de decifrar os vários pontos de partida comuns e as diferenças específicas entre cada autor(a) que participa ou participou desse programa de pesquisa. Vale ressaltar apenas que, nesse percurso, e em diferentes graus, foi recolocada uma pergunta capaz de reanimar o pensamento político-econômico latino-americano e reimpulsioná-lo “na direção de novas ideias e pesquisas, de

⁸⁶ Com base nessas linhas gerais, ao longo do final da década de 1990 e início dos anos 2000 esse programa de pesquisa se plasmou em diversos livros coletivos: *Poder e Dinheiro. Uma economia política da globalização* (Fiori e Tavares [orgs.], 1997); *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (FIORI [org.], 1999); *Polarização mundial e crescimento* (Fiori e Medeiros [orgs.], 2001); e *O poder americano* (Fiori [org.], 2004).

novos conceitos e projetos”. Nem sempre de forma homogênea, consensual, explícita ou mesmo consciente, a nova pergunta que entrou em cena foi: “o que se desenvolve?” Tendo por trás esta questão, uma nova perspectiva sobre a origem, expansão e funcionamento do sistema interestatal capitalista foi tomando corpo, condensada particularmente nos textos de José Luís Fiori⁸⁷. Mantendo o diálogo com algumas raízes compartilhadas dentro daquele programa de pesquisa, mas também partindo de um leque diferenciado e particular de fontes teóricas – entre elas a controvérsia do imperialismo –, Fiori tem exposto uma visão articulada sobre a origem, o funcionamento e a estrutura do sistema interestatal capitalista, cuja problemática central é a questão do poder, em clave geopolítica.

A questão sobre “o que se desenvolve” *possibilita* evitar a circularidade da antiga questão sobre “como se desenvolver”. Esta última questão tende a cair numa constante redução do “horizonte utópico”, reificando a sociedade capitalista, o que, por sua vez, leva ao economicismo e/ou ao politicismo das análises, na medida em que o “desenvolvimento” passa a depender, em última instância, do acerto no manejo das políticas econômicas ou da capacidade política de articulação nacional entre classes sociais antagônicas em torno de um projeto específico, que em geral é apresentado como o próprio “desenvolvimento”, pensado a partir de uma unidade de análise centrada na economia nacional.

Contudo, a pergunta sobre “o que se desenvolve” *não necessariamente evita* aquela circularidade, pois pode estar ligada a outras “tarefas em atraso”, já não subordinadas ao “desenvolvimento”, mas à própria atitude realista pautada pelos “imperativos” do sistema interestatal capitalista, que, no caso, colocaria a questão de como se manter e ascender dentro deste sistema – dado que, como se costuma dizer, lembrando Norbert Elias: “quem não sobe, cai” (Elias, 1993 [1939], p. 134). Com outra forma e outra questão, dependendo de como está apresentada, tal postura realista tende a reduzir novamente o “horizonte utópico” – ou a “crítica implacável, impiedosa de tudo que existe”, tal como propunha Marx – como fundamento da atividade intelectual em conjunto com a práxis. Neste sentido, mesmo que se avance no entendimento sobre o desenvolvimento do sistema inter-

⁸⁷ A elaboração lógica e analítica dessa nova perspectiva tem sido apresentada, de forma sistemática, em textos mais recentes (Fiori, 2004; 2007; 2008; 2014).

estatal capitalista, a possibilidade do Brasil “projetar seu poder e sua liderança fora de suas fronteiras sem seguir o figurino tradicional das grandes potências” (Fiori, 2014, p. 239) também remete àqueles mesmos questionamentos: em nome de quem, para quem e para quê?

Capítulo 4. Hegemonia e crítica da ideologia do desenvolvimento

4.1. Aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento na história brasileira e na história do pensamento econômico brasileiro

Uma vez enraizada durante a década de 1950, questionada entre a década de 1960 e 1970 e desdobrada em novos projetos político-intelectuais a partir de então – desdobramento no qual a controvérsia da dependência parece ter tido um importante papel no plano político-intelectual –, a ideologia do desenvolvimento foi hegemônica no Brasil, e segue sendo até hoje. Diferentes caminhos de argumentação podem ser tomados para defender esta hipótese, alguns marcados pela ausência de determinadas perspectivas e outros marcados pela presença do horizonte utópico do desenvolvimento e da questão motora de “como se desenvolver”. E isso tanto no plano histórico-concreto, quanto no plano da história do pensamento, em especial do pensamento econômico.

Em termos históricos, o que predominou no Brasil no período normalmente considerado como desenvolvimentista (1930 a 1980) foi uma espécie de “desenvolvimentismo militar”, cuja matriz teórica e estratégica consiste na “teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve um papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985” (Fiori, 2014 [2011], p. 105). Nesta chave de leitura, é possível identificar que

O desenvolvimentismo militar deu seus primeiros passos no Brasil com a Revolução de 1930 e com o Estado Novo, mas só nos anos 1950, sobretudo depois da criação da Escola Superior de Guerra, em 1949, se transformou numa ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da “defesa nacional” (*Idem*).

Daí o binômio central da ditadura, já presente também de forma explícita no governo de Juscelino Kubitschek: segurança e desenvolvimento. E se bem o objetivo declarado dos formuladores do desenvolvimentismo militar fosse a “soberania nacional”, sua atuação no fundo contribuía para dar condições políticas

propícias para uma nova escalada da acumulação de capital no país, no bojo de uma reconfiguração da dependência, processo no qual a ideologia do desenvolvimento cumpriu um papel fundamental⁸⁸.

Contudo, é interessante notar que na maioria das análises sobre o período desenvolvimentista (ou mesmo sobre o ideário desenvolvimentista) está ausente essa percepção geopolítica, que ressalta a centralidade da perspectiva militar entre os diferentes projetos desenvolvimentistas. Em geral, o pensamento econômico no Brasil trata o desenvolvimentismo – tanto como projeto quanto como processo histórico no qual um (ou mais) projeto(s) desenvolvimentistas orientaram a lógica de reprodução social, e que abarcaria o período de alto crescimento econômico brasileiro verificado entre 1930 a 1980 – como se tivesse ocorrido *apesar* das ditaduras de 1937-45 e 1964-85/88, e não *como resultado delas* – e de suas políticas de arrocho salarial, censura, repressão política e sindical, torturas e desaparecimentos. O tom normalmente apologético do crescimento econômico brasileiro entre 1930 e 1980 – entremeado pela “crise” dos anos 1960 – às vezes é matizado com ressalvas sobre o caráter “autoritário” ou “burocrático” desse “desenvolvimento”, um desenvolvimento que teria se perdido com a crise da dívida da década de 1980 – a “década perdida”, como a denominou a CEPAL (2000

⁸⁸ Sobre este ponto em relação ao governo JK, ver Limoeiro Cardoso (1977). Quanto ao binômio segurança-desenvolvimento durante a ditadura empresarial-militar, é bastante elucidativo, como exemplo pontual entre tantos outros, o discurso pronunciado pelo Marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Escola Superior de Guerra, então como primeiro Presidente da ditadura empresarial-militar implementada em 1964, conforme a transcrição feita em “Castello: a segurança é defensiva”, *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 de março de 1967: “Desenvolvimento e segurança, por sua vez, são ligados por uma relação de mútua causalidade. De um lado, a verdadeira segurança pressupõe um processo de desenvolvimento, quer econômico, quer social. Econômico porque o poder militar está também essencialmente condicionado à base industrial e tecnológica do país. Social, porque mesmo um desenvolvimento econômico satisfatório, se acompanhado de excessiva concentração de renda e crescente desnível social, gera tensões e lutas, que impedem a boa prática das instituições e acabam comprometendo o próprio desenvolvimento econômico e a segurança do regime. De outro lado, o desenvolvimento econômico e social pressupõe um mínimo e segurança e estabilidade das instituições. E não só das instituições políticas, que condicionam o nível e a eficiência dos investimentos do Estado, mas também das instituições econômicas e jurídicas que, garantindo a estabilidade dos contratos e o direito de propriedade, condicionam, de seu lado, o nível e a eficácia dos investimentos privados” (Castello Branco, 1967, *O Estado de S. Paulo*, 14 de março de 1967, *apud* Ianni, 1984, p. 64). Para mais detalhes sobre as relações entre Segurança e Desenvolvimento do ponto de vista da Doutrina de Segurança Nacional forjada no bojo da Escola Superior de Guerra, ver diretamente seus *Fundamentos da doutrina* e *Complementos da doutrina* (Escola Superior de Guerra, 1981a; 1981b), textos cujo conjunto “procura sintetizar aquilo que, ao longo de três décadas, [a ESG] vem elaborando”. Para uma análise sobre *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*, ver Rizzo de Oliveira (1978).

[1990]), a mesma década da redemocratização –, e que deveria ser retomado e inclusive teria sido retomado nos anos 2000.

Enfim, uma leitura da história brasileira totalmente adequada à ideologia do desenvolvimento.

Ainda no plano histórico, tão importante quanto a centralidade dos militares e das ditaduras no *processo histórico* normalmente denominado de “desenvolvimentista” é a presença constante e fundamental do “desenvolvimento” como horizonte em todos os *projetos políticos* que alcançaram o governo (e na maioria dos casos também o poder)⁸⁹ desde 1950 até hoje – e isso apesar de suas diferenças, que não são nada desprezíveis. Enraizada no Brasil há aproximadamente 65 anos, a ideologia do desenvolvimento foi capaz de definir o marco nos quais a política e o pensamento se moveram – e ainda se movem.

Reitero que nesse período há diferenças importantes entre os vários projetos ou ideários que chegaram ao governo e até mesmo conseguiram deter camadas importantes do poder – projetos ou ideários que se traduzem em táticas e estratégias políticas e que implicam uma leitura histórica, conjuntural e de futuro, bem articuladas entre si. Tais diferenças não podem ser menosprezadas e, embora circulassem dentro da órbita da ideologia do desenvolvimento, alguns foram excluídos do debate político e intelectual do país, defenestrados da cena política como resultado das muitas disputas de interesses e da luta de classes. Isso é perfeitamente apontado por Miriam Limoeiro Cardoso numa entrevista relativamente recente sobre a “Ideologia persistente do desenvolvimento” (2013). Vale a pena citá-la extensamente (*Ibid.*, p. 211-212):

O desenvolvimentismo se esgotou na década de 1970. A ideologia do desenvolvimento, no entanto, persistiu e ainda persiste, embora por razões que não são mais as mesmas, sob condições historicamente diversas.

No Brasil, pelo menos desde o governo Juscelino Kubitschek, temos pensado politicamente dentro desta moldura ideológica. Há algumas diferenças importantes que cabe lembrar, sem deixar de esclarecer, no entanto, que se trata de perspectivas diferentes, sim, mas dentro do marco ideológico que se tornava dominante. Mesmo assim foram colocadas à margem do debate, da cena política, ou mesmo da vida. No plano político institucional brasileiro, algumas dessas perspectivas diferentes merecem ser mencionadas: o governo Jânio Quadros, que propunha desenvolvimento nacional, sem abrir mão da soberania nacional: foi excluído por uma “renúncia”, até o momento não estudada devidamente, e

⁸⁹ Para uma visão sintética sobre o Estado capitalista, na qual se caracteriza a diferença entre governo e poder, ver Osorio (2014).

ainda não esclarecida; o governo João Goulart, que também pretendia desenvolvimento nacional e soberano, além do que concentrava toda a ênfase na necessidade imperiosa e urgente das chamadas “reformas de base”: foi deposto por um golpe de Estado, que instalou uma ditadura civil-militar que recuperou o desenvolvimentismo como ideologia e como política, com a importante diferença, com relação ao governo JK, de instaurar o terror de Estado visando eliminar, no limite fisicamente (por meio da perseguição, prisão, tortura, assassinato, “desaparecimento”), qualquer “resistência” minimamente significativa. No plano da concepção crítica encontramos alguns poucos intelectuais (acadêmicos ou militantes) e alguns poucos agrupamentos políticos à esquerda. De todo modo, somente muito poucos conseguiram perceber e expor o desenvolvimento como ideologia do grande capital.

As diferenças mencionadas opunham-se ao desenvolvimento tal como tinha sido posto em curso, mas não conseguiam escapar de manter o desenvolvimento como objetivo, o que demonstra a eficácia daquela ideologia. A grande diferença é que defendiam um desenvolvimento autônomo, dirigido pelo próprio país, resguardando a soberania nacional. Não se davam conta do que “o desenvolvimento” significava naquele momento para o capital.

“O desenvolvimento”, que se tornara política de Estado dos Estados Unidos, visava expandir o capitalismo como sistema pelo mundo, sistema que era integrado e que era preciso a todo custo manter bem integrado: deveria ser capaz de integrar a ele novas áreas, sempre sob a direção e o comando do grande capital que promovia esse projeto. Assim o sistema capitalista seria fortalecido e se consolidaria a hegemonia norte-americana nesta nova expansão mundial do capitalismo. Deste modo, o desenvolvimento é desenvolvimento do sistema, em nível mundial, que, portanto, não admite nenhuma pretensão de autonomia. Diante deste significado extraordinariamente importante e estratégico, a perspectiva de um desenvolvimento autônomo constituía uma contradição e uma obstrução inaceitáveis para o capital.

Em suma, quase todos os projetos políticos que perpassaram a história brasileira após a segunda metade do século XX, apesar de suas diferenças, não escaparam de manter o desenvolvimento como horizonte utópico, o que revela a eficácia e a hegemonia da ideologia do desenvolvimento.

Sobre este ponto, chama a atenção o fato de que alguns projetos desenvolvimentistas nos anos 1950 e 1960 defendiam um desenvolvimento autônomo, soberano, mas sem perceber que o “desenvolvimento” era uma ideologia propícia para o capital em escala internacional, sob hegemonia estadunidense, em seu processo de expansão e de integração dos sistemas de produção. Afinal, o que “se desenvolvia” era o sistema interestatal capitalista, com todas suas contradições, e não um ou outro país específica e “autonomamente”⁹⁰.

No que se refere ao plano político-intelectual, um dos aspectos da ideologia do desenvolvimento é aquela circularidade oriunda do amálgama entre projeto, processo e horizonte do desenvolvimento.

⁹⁰ Sobre isso, ver a instigante tese de Bianca Bonente (2011), que trata do *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Na última seção deste capítulo alguns pontos dessa tese serão retomados.

Esta circularidade da ideologia do desenvolvimento está claramente presente, por exemplo, em Celso Furtado, um dos maiores intelectuais brasileiros de toda a segunda metade do século XX e considerado unanimemente (com razão) o mais brilhante economista brasileiro. Em sua obra há inúmeros exemplos da identificação unitária entre processo histórico de desenvolvimento, projeto para o desenvolvimento e, claro, o horizonte utópico do desenvolvimento. Como se trata de uma obra vasta e complexa, lê-la nesta clave exigiria um trabalho à parte, mas convém apontar alguns exemplos.

Mesmo quando declaradamente defende a *não-reproduzibilidade* dos processos históricos de “desenvolvimento”, em sua prática discursiva Celso Furtado incorre na identificação antes descrita. Algo claramente presente em uma de suas obras seminais, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (2009 [1961]; itálicas minhas). Note-se: “Como *fenômeno específico* que é, o subdesenvolvimento requer um *esforço* autônomo” (p. 172); “Em uma *economia desenvolvida*, o avanço tecnológico realiza-se de forma gradual: uma melhora nos métodos de mecanização agrícola pode acarretar a substituição de um trator por outro mais eficiente; o barateamento de determinado tipo de fertilizante pode significar a incorporação de terras antes utilizadas em criação extensiva, etc.” (p. 176); “Constitui *característica geral das economias subdesenvolvidas* um grau elevado de dependência do processo de formação de capital com respeito ao intercâmbio externo” (p. 182); “*Sintetizando o desenvolvimento no que vai do século XX [até 1960]*, podemos dizer que (a) a estrutura econômica colonial foi superada e (b) a etapa das pressões inflacionárias incontíveis chegou ao seu apogeu, devendo entrar em declínio” (p. 213); “[...] desde já podemos estar seguros de que o *desenvolvimento somente se realizará se se criarem condições* para uma participação mais ampla em seus frutos das massas urbanas e rurais” (p. 234). Nessas passagens, o desenvolvimento é visto como diferente do subdesenvolvimento (este merece uma teorização própria), mas teria ocorrido até 1960 nos países subdesenvolvidos (embora com características específicas); o desenvolvimento deve e pode ser alcançado (afinal, existem economias desenvolvidas, nas quais o avanço tecnológico é gradual e harmônico), porém sob a condição de que as massas urbanas e rurais participem de seus frutos, sendo tal

participação a um só tempo meio e objetivo. É a circularidade perfeita para a ideologia do desenvolvimento.

Em outra de suas obras fundamentais, *O mito do desenvolvimento econômico*, de 1974, Celso Furtado chama a atenção para o fato de que

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto pelo menos nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o *desenvolvimento econômico*, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa ideia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do *progresso*, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (1974, p. 14).

Todo seu esforço nesse livro está direcionado, pois, a criticar e superar esse mito, sem ignorar a especificidade do fenômeno do subdesenvolvimento, onde o “parâmetro para medi-lo é o grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e o grau de acesso à panóplia de bens finais que caracterizam o que se convencionou chamar de estilo de vida moderno”, estando ainda “ligado a uma maior heterogeneidade tecnológica, a qual reflete a natureza das relações externas desse tipo de economia” (*Ibid.*, p. 20-21); e mais: “o que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade” (*Ibid.*, p. 25). Haveria, pois, uma tendência à concentração nas economias periféricas e subdesenvolvidas (*Ibid.*, p. 43):

Não havendo conhecido a fase de formação de um sistema econômico nacional dotado de relativa autonomia – fase que permitiu integrar as estruturas internas e homogeneizar a tecnologia [nas economias centrais] –, as economias periféricas conhecem um processo de agravamento das disparidades internas à medida que se industrialização guiadas pela substituição de importações.

Partindo de um diálogo crítico com o estudo titulado *The limits to growth*, publicado em 1971 – segundo o qual, na síntese de Furtado, caso o desenvolvimento econômico se concretizasse para todos os povos da terra “a pressão sobre os recursos não-renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem [...] que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em

colapso” (1971, p. 17) –, e com base numa análise histórico-estrutural própria sobre das fases de industrialização no centro e na periferia ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, sobre a tensão entre a crescente força social das multinacionais e o papel dos Estados – tanto nos Estados Unidos (como centro hegemônico, embora sob contestação), quanto na periferia (cuja importância passa ser cada vez maior, dada a dependência do centro de recursos não-renováveis da periferia, bem como a oferta nesta de mão de obra barata) –, e sobre a tendência à disparidades sociais cada vez maiores (seja entre o centro e a periferia, seja dentro da própria periferia), Furtado identifica na exclusão dos “benefícios do desenvolvimento” um fator chave para explicação das tendências mundiais (*Ibid.*, p. 74):

[...] se observamos o sistema capitalista em seu conjunto vemos que a tendência evolutiva predominante é no sentido de excluir nove pessoas em dez dos principais benefícios do desenvolvimento; e se observamos em particular o conjunto dos países periféricos constatamos que aí a tendência é no sentido de excluir dezenove pessoas em vinte. [...]
O horizonte de possibilidades evolutivas que se abre aos países periféricos é, sem lugar a dúvida, amplo. Num extremo, perfila-se a hipótese de persistência das tendências, que prevaleceram no último quatro de século, à intensa concentração da renda em benefício de reduzida minoria; no centro está o reforçamento das burocracias que controlam os Estados na periferia – tendência que se vem manifestando no período recente –, o que leva a uma melhora persistente nos termos de intercâmbio e a uma ampliação da minoria privilegiada em detrimento do centro do sistema; no outro extremo surge a possibilidade de modificações políticas de fundo, sob a pressão das crescentes massas excluídas dos frutos do desenvolvimento, o que tende a acarretar mudanças substantivas na orientação do processo de desenvolvimento. Esta terceira possibilidade, combinada com a melhora persistente nos termos de intercâmbio, corresponde ao mínimo de pressão sobre os recursos, assim como a persistência das tendências atuais à concentração da renda engendra o máximo de pressão.

Mesmo fundamentando parte das tendências que visualiza no processo de exclusão dos “frutos” ou “benefícios” do desenvolvimento – sendo que este poderia ser reorientado por mudanças substantivas –, a conclusão geral que surge de suas considerações “é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema” (*Idem*). Isso o leva a reafirmar, agora sob novas bases, nas quais se considera a especificidade do subdesenvolvimento, que

[...] o *desenvolvimento econômico* – a ideia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. [...]

Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os *investimentos, as exportações e o crescimento*. A importância principal do modelo de *The limits to growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos dentro da nova estrutura do sistema capitalista (*Ibid.*, p. 75).

Há dois pontos interessantes nesse livro que evidenciam aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento.

O primeiro deles, mais intrincado e menos perceptível, está relacionado com a ideia de que o desenvolvimento, embora tenha frutos benéficos, é no fundo um mito. Ao longo do livro, em diversos pontos Furtado descreve a evolução do sistema industrial dos países centrais *desenvolvidos* como algo mais homogêneo e cujos frutos da acumulação e do progresso técnico se propagam para suas respectivas populações, em suma, como algo positivo, que contrastaria com o subdesenvolvimento, por exemplo no caso do “modelo brasileiro”, com sua “tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico” (*Ibid.*, p. 112). Furtado identifica essa disparidade ou desigualdade não na essência, mas apenas na *forma* da acumulação capitalista (em geral descrita por ele de forma análogo ao processo de desenvolvimento). Daí que seja possível manter e disputar outros modelos de desenvolvimento, embora esse mesmo horizonte possa ser reconhecido como um mito.

O segundo ponto, mais evidente e mais importante, é que Furtado identifica claramente o desenvolvimento como parte de um sistema de dominação, mas o faz apenas para o plano interestatal, e não para o plano nacional, interno. Seu papel se limitaria à dominação dos povos dos países periféricos pelos países centrais.

Aliás, isso fica muito ainda claro em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), outro de seus livros mais instigantes. No capítulo deste livro em que descreve o percurso “Da ideologia do progresso à do desenvolvimento”, Furtado emparelha a ideologia do progresso à hegemonia da Inglaterra e a do desenvolvimento à dos Estados Unidos, definindo cada uma da seguinte forma (1978, p. 77-79):

Da mesma maneira que a ideia de progresso transformou-se em alavanca ideológica para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos nas sociedades em que a revolução burguesa destruíra as bases tradicionais de legitimação do poder [isto é, no centro], a ideia de desenvolvimento serviu para afiançar a consciência de solidariedade internacional no processo de difusão da civilização industrial no quadro da dependência. [...]

O novo pacto entre interesses externos e dirigentes internos, em que se funda a industrialização dependente, viria substituir o mito das vantagens da especialização internacional pela ideia mais mobilizadora de *desenvolvimento*. [...] Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a se controladas do exterior. Se o objetivo estratégico é acelerar a acumulação, todo aporte de recursos forâneos é *positivo*. Pelo mesmo caminho justifica-se a concentração de renda: são os ricos que têm capacidade de poupança. [...]

Desta forma, a ideologia do desenvolvimento se distingue da do progresso por um economicismo mais estreito, inserido no quadro da dependência externa. A ideia de progresso foi principalmente usada com vistas a favorecer um pacto social entre grupos e classes que se sabiam com interesses antagônicos. [...] A ideia de progresso foi o cimento de uma superideologia que injetou um fio de solidariedade entre grupos sociais que fatores econômicos objetivos de monta levavam a conflitar. [...]

Note-se as semelhanças entre esta definição da ideologia do progresso e o movimento concreto de reconfiguração e desdobramento da ideologia do desenvolvimento anteriormente analisado. O problema é que Furtado não percebe que, além de ter tido esse papel, a ideologia do desenvolvimento também na periferia serviu “para fomentar a consciência de interdependência em grupos e classes com interesses antagônicos”. Além disso, mais problemática é a disputa que mantém em torno do horizonte do desenvolvimento, apesar daquela característica ideológica que ele mesmo havia percebido. Ao final do mesmo texto, Furtado afirma (*Ibid.*, p. 80):

Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento.

Ao disputar o *desenvolvimento* como horizonte, colocando o “autoritarismo” como “bloqueio” do “verdadeiro desenvolvimento”, Furtado oferece a postura precisa – em ambos os sentidos – da ideologia do desenvolvimento: o desenvolvimento deve ser almejado, porém historicamente fora frustrado pelo autoritarismo (e também por outros elementos, como os padrões de consumo das elites, para não reduzir seu pensamento àquela frase), e uma vez superados os *limites ou obstáculos que bloqueiam o desenvolvimento*, este deverá ser alcançado,

expressando “a capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade”. Novamente aparece aqui o amálgama entre processo histórico, projeto político e horizonte de desenvolvimento. Em outra chave, a particularidade das economias desenvolvidas (enquanto sociedades possibilitadas de encontrar soluções originais para seus problemas) seria o modelo para as economias subdesenvolvidas, constituindo-se o desenvolvimento, em suas variadas formas, como um horizonte universal.

Curiosamente, outro autor que trabalhou de forma sistematizada o desenvolvimento enquanto ideologia foi Fernando Henrique Cardoso, em particular no livro *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes* (1971b), que condensa suas pesquisas anteriores sobre o empresariado brasileiro e argentino, lidas já sob o olhar proveniente de suas primeiras contribuições à controvérsia da dependência. Neste livro, Cardoso faz uma discussão metodológica inicial sobre ideologia e estruturas de poder na ciência política, na qual insere sua própria síntese do sentido de ideologia para a crítica marxista (1971b, p. 18-19; *itálico do original*):

Para Marx, a prática social *determinada* abriria possibilidades da crítica às ideologias e da cristalização de uma teoria científica. Prática social determinada porque precisamente as concepções burguesas da economia, da política, da sociedade – da história, numa palavra – pela boa razão de que revelam um aspecto parcial da articulação do todo – a imposição burguesa sobre o proletariado e a sociedade em geral – mas não podem revelar as contradições que se opõem a essa dominação, não alcançam a perspectiva mais adequada, isto é, mais conforme com as “leis de movimento” da sociedade burguesa. Estas passam necessariamente pela prática proletária e, em consequência, a ação e o pensamento a partir da perspectiva do proletariado contêm maior amplitude e maior potencial de explicação do que as demais perspectivas, todas elas carregadas de “ideologias”, ou seja, de consciência deformada pelos próprios interesses de classe. Distingue-se, assim, ideologia de ciência e se relaciona ciência com consciência social, sem que se negue, em geral, o elemento de verdade possível numa forma ideológica de pensamento e nem se dissolva a ciência nas formas de consciência.

Um ponto fundamental desse entendimento de ideologia desde a crítica marxista é a percepção de que “as ideologias se relacionam com o Poder, seja porque constituem elemento funcional do seu exercício, núcleo valorativo que sentido aos que o exercem e, no caso do poder legítimo, critério para a obediência, ou expressão particular do modo de articulação de classes” (*Ibid.*, p. 20).

Tendo apresentado esse entendimento de ideologia, Cardoso assume outra forma de utilizar tal categoria, pensando em “[...] ‘estruturas ideológicas’ como

sendo sistemas de representação por meio dos quais os homens expressam um modo particular pelo qual eles sentem que participam de determinadas condições de existência social e em função dos quais atuam efetivamente diante dessas mesmas condições” (*Ibid.*, p. 46). Utiliza ideologia como ideários ou conjunto de ideias, portanto. Daí que sua análise procure “descobrir as ‘estruturas ideológicas’ pelas quais os empresários expressam inconscientemente um modo de relação social e, ao nível de suas experiências, imaginam qual seja o mundo em que vivem” (*Ibid.*, p. 48). A ideologia ou a estrutura ideológica do empresariado passa a ser entendida como a visão de mundo tal como aparece nas próprias manifestações que esta classe social faz de si mesma.

Em relação a seu entendimento de “dependência”, vale destacar o ponto chave da leitura de Cardoso, de que a dependência “não exclui a possibilidade de desenvolvimento: essa hipótese tornaria inviável a existência de um setor industrial inserido como parte do mundo dependente e sustentando uma situação de dependência” (*Ibid.*, p. 53). O problema seria que “*as possibilidades de desenvolvimento estão limitadas pelo tipo de situação e crise política peculiar a cada uma das modalidades de dependência*” (*Ibid.*, p. 78; itálicas minhas).

Isto posto, o aspecto que revela neste caso a submersão na ideologia do desenvolvimento, além da preocupação central sobre seus limites e possibilidades, é que em várias passagens Cardoso também reproduz o amálgama entre projeto e processo de desenvolvimento, mantendo o desenvolvimento como horizonte. Mesmo focando sempre a análise nos “projetos de dominação” (*Ibid.*, p. 80), chamados neste caso de ideologias, o autor trata comumente o desenvolvimento no sentido de processos históricos – “retomada do desenvolvimento, depois da crise da economia exportadora” (p. 91); “tipo de desenvolvimento” (p. 95); “ponto de partida do processo de desenvolvimento” (p. 106); “modelo de desenvolvimento” (p. 109); “etapa anterior de desenvolvimento” (p. 115).

No fundo, sua análise neste livro está toda voltada a demonstrar que não existe uma suposta “burguesia nacional” e que esta “não surge munida ideologicamente dos objetivos e predisposições que a ideologia política vulgar lhe atribui” (*Ibid.*, p. 202), tese que seria fundamental para o embasamento de sua

análise e proposta de desenvolvimento capitalista dependente-associado. Sendo assim,

A falta de um projeto de dominação só se revela como carência em comparação com uma suposta necessidade de existência de tal projeto. Ora, a análise da situação de dependência mostrou que, ao contrário, na estrutura da situação não está inscrito qualquer projeto político necessário de hegemonia nacional a ser cumprido pela burguesia industrial (*Ibid.*, p. 203).

Mas se bem é certo que a burguesia industrial não necessariamente é portadora de uma ideologia pré-moldada ou atribuída *a priori* – algo que era importante de ser demonstrado naquele período histórico –, isso não significa que não reproduzisse uma ideologia dominante: a ideologia do desenvolvimento (fosse qual fosse o conteúdo do termo “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico). Cardoso trabalhou na verdade a visão de mundo (igualada por ele a ideologia) do empresariado brasileiro e argentino *sobre e para* o desenvolvimento (capitalista), mas sem conseguir revelar *a ideologia do desenvolvimento* e seu papel no sistema de dominação. Talvez porque, no fundo, seu horizonte seguia sendo o desenvolvimento, mesmo que dependente e associado, e sua questão motora seguia – e segue – sendo “como se desenvolver”.

Outro aspecto ou outra forma que expressa a ideologia do desenvolvimento pode ser encontrada na maioria dos estudos comparados de desenvolvimento, tão comuns no pensamento econômico atual – e em particular no pensamento econômico brasileiro atual. De modo mais ou menos direto, a maioria desses estudos mantém o horizonte utópico do desenvolvimento e está guiada pela questão motora de “como se desenvolver”, de modo que toda a pesquisa, por mais acurada e precisa na *descrição* – mesmo porque formas particulares do desenrolar histórico, quando comparadas, oferecem importantes chaves sobre o funcionamento da totalidade histórica-concreta –, tende a cair na ideologia do desenvolvimento ao manter um ideal pretensamente universalizável com base num também ideal singular: o desenvolvimento aparece a um só tempo como o

ideal a ser alcançado e como caminho universalizável a partir de experiências particulares, que acabam sendo singularizadas como modelo⁹¹.

Outro aspecto da hegemonia da ideologia do desenvolvimento pode também ser captado nas formulações preponderantes na historiografia do pensamento econômico brasileiro, sobretudo quando tratam da controvérsia da dependência.

A título de exemplo, é o caso de Guido Mantega, que em seu influente livro *Economia Política Brasileira* dedica todo um capítulo à análise do que chama de “o modelo de subdesenvolvimento capitalista”, que por sua vez estaria constituído pelas obras de Caio Prado Jr., Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini⁹².

Em relação a Frank, no início Mantega chega a fazer uma leitura minimamente fiel, apesar de inserir em sua análise conceitos que o próprio Frank fazia questão de combater, como economias ou regiões “atrasadas”. No entanto, na medida em que avança seu estudo, junto a algumas críticas válidas a Frank – que por certo já haviam sido feitas por outros autores, inclusive Marini e Theotônio dos Santos –, começam a aparecer as falsas críticas, diretamente derivadas do viés interpretativo deixado por Cardoso. Por exemplo, quando busca apontar as “deficiências da teoria do subdesenvolvimento”, em determinado momento Mantega argumenta o seguinte (1984, p. 225-226):

O sistema analítico empregado por Frank, para conhecer as regiões mais atrasadas do sistema capitalista, revelou-se equívoco à medida que seu diagnóstico e previsões foram sendo contrariados pelo rumo dos acontecimentos. Segundo Frank, a estrutura subdesenvolvida deveria ter-se perpetuado nos vários países da América Latina sem qualquer desenvolvimento significativo das forças produtivas ou qualquer surto de desenvolvimento capitalista mais estável, e não haveria possibilidade de transformações de envergadura enquanto não ocorresse a revolução socialista. [...]

Acontece, porém, que justamente após a Segunda Guerra verificou-se um surto de desenvolvimento capitalista inédito na história da América Latina [...] Não foi, como era de se esperar, um desenvolvimento capitalista independente e autônomo, mas sim uma

⁹¹ Com alguma diferença, esse fenômeno foi apontado por Marx em carta “À Redação de ‘Otiřchestvienniie Zapiski’”, ao rechaçar uma leitura de sua própria obra como se fosse uma filosofia da história (1982 [1877], p. 168) : “Portanto, acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela com o *passer-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica”.

⁹² O livro é uma versão de sua tese de doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, defendida na FFLCH-USP em 1981

expansão impulsionada pelo capital local e orientada pelo capital estrangeiro, que contou com a presença maciça de empresas monopolistas internacionais; portanto, um desenvolvimento capitalista nacional “dependente e associado” [...].

À medida que as teses de Frank e outros autores estagnacionistas colidiam com a expansão da acumulação e com as transformações políticas verificadas principalmente nos anos 50 e 60 em vários países da chamada periferia, surgem, no cenário teórico latino-americano, novas interpretações [...] que acreditavam na viabilidade de um desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Trata-se dos artífices da Teoria da Dependência, dentre os quais destacam-se Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Anibal Quijano, Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Armando Cordova, Alongo Aguilar e outros, responsáveis por um novo filão teórico a ser explorado a partir da segunda metade da década de 60, que seria decisivo para a superação das teses estagnacionistas.

Esta citação revela como Mantega está apegado àquela leitura guiada por Cardoso, para quem Frank seria o defensor da “inviabilidade” do desenvolvimento capitalista na periferia, partidário da tendência à “estagnação”, onde também estaria Marini⁹³. No entanto, em toda sua obra Frank – e também Marini – trata do entender e superar o “desenvolvimento capitalista”.

Mas se bem com Frank as críticas de Mantega “apenas” caem em contradição explícita, quando sua análise se centra em Marini os equívocos são muito maiores⁹⁴. Como ilustração pontual, porém significativa, quiçá seja suficiente anotar apenas um “detalhe” característico da falta de rigor intelectual que caracteriza esta seção de *A Economia Política Brasileira*: Mantega dedica todo um capítulo e, dentro deste, um apartado especial para tratar de Marini, mas o faz tendo como base apenas a primeira edição de *Subdesarrollo y revolución* – de 1969, sendo que em 1974 Marini havia publicado uma edição aumentada, contendo um “Prefácio” no qual entrava em debate com algumas teses de Fernando Henrique Cardoso – e simplesmente não faz nenhuma referência a *Dialéctica de la dependencia*!⁹⁵ Numa analogia, é como alguém fizesse uma tese que abordasse a obra de Celso Furtado e não mencionasse *Formação Econômica do Brasil*... E Mantega não ignorava a existência de *Dialéctica de la dependencia*, pois boa parte de suas críticas estão baseadas no artigo “As desventuras da dialética da

⁹³ Para conferir o equívoco dessa crítica de Mantega a Frank, basta ver a mesma página de *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, livro de Frank que Mantega faz referência, e que contradiz diretamente seu argumento. Cf. Mantega (1984, p. 220, nota 17) e Frank (1980, p. 173).

⁹⁴ Não é o caso de tratar aqui da sua interpretação de Caio Prado Jr., que também deixa margem para críticas.

⁹⁵ Principal obra de Marini, *Dialéctica de la dependencia* é considerada por muitos o ponto mais alto da formulação marxista sobre a dependência (Cf., por exemplo, Osorio, 2004; Ouriques, 1995; Sotelo Valencia, 2005).

dependência”, de Serra e Cardoso, que, por sua vez, trata de criticar precisamente *Dialéctica de la dependencia* – Mantega tampouco menciona, claro, a resposta de Marini⁹⁶.

Nesta mesma linha de aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento vinculados à história do pensamento econômico, convém tratar também, mesmo que muito brevemente, da interpretação sobre vertente marxista dentro da controvérsia da dependência feita por mais um intelectual cuja influência é incontestável: Luiz Carlos Bresser-Pereira⁹⁷.

Em diversos textos Bresser-Pereira procura oferecer uma postura própria sobre as interpretações do Brasil, entre os quais se destaca suas “Seis interpretações sobre o Brasil”. Para o autor, existiriam “seis ou sete” interpretações sobre o Brasil nos últimos 50 anos, entre as quais estava a “interpretação da superexploração capitalista”, da qual fariam parte Gunder Frank, Marini, Theotônio dos Santos e, “menos à vontade” – segundo Bresser-Pereira –, também Florestan Fernandes. Nesta versão original do texto, Bresser-Pereira – que sempre buscou definir sua própria interpretação com certa distância das demais – não reproduz ao pé da letra as críticas estabelecidas por Cardoso; em contrapartida, deixa um resumo bastante pobre das análises daqueles quatro autores, o que se percebe especialmente quando comparado às sínteses que faz das outras duas “interpretações de esquerda”⁹⁸. O autor conclui afirmando que

⁹⁶ Gilberto Felisberto Vasconcellos apresenta de forma clara, crua e *irônica* o procedimento de Mantega frente à obra de Marini e Frank (2014, p. 18): “A tese de doutorado de Guido Mantega, orientada pelo Cebrap kennediano (Cebrap *boy*), injuriou levemente Gunder Frank e Ruy Mauro Marini. Colocou no pedestal FHC, sociólogo atento aos fatos sociais com visão lúcida e realista das coisas”.

⁹⁷ Após ter sido contador da primeira campanha de Fernando Henrique Cardoso para presidente, entre 1995 e 1998 foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo de Cardoso e, no segundo mandato, foi Ministro de Ciência e Tecnologia por seis meses. Em 1987 havia sido Ministro da Fazenda do governo Sarney. Além disso, Bresser-Pereira atua sistematicamente no debate público nacional através de colunas e artigos de opinião em importantes meios de comunicação nacional.

⁹⁸ A “interpretação da superexploração capitalista” era apresentada como a quinta interpretação, sendo as demais: “(1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional burguesa [...] (3) a interpretação autoritário-modernizante, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração capitalista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial” (1982, p. 269-270).

“entre as três interpretações de esquerda, excluída a última [isto é, a “interpretação da nova dependência”, cuja “contribuição fundamental” “será realizada por Fernando Henrique Cardoso”], a da superexploração imperialista é a mais à esquerda e a menos plausível” (Bresser-Pereira, 1982, p. 298). A pouca “plausibilidade” desta visão mais à esquerda não é, entretanto, demonstrada, salvo a partir da mesma ideia de uma suposta “inviabilidade do desenvolvimento”⁹⁹.

É verdade que os autores cuja obra se insere nesta visão chamada por Bresser-Pereira de “interpretação da superexploração capitalista” estavam em outra chave político-intelectual, mas o importante é que o diagnóstico comum sobre sua obra – que, como se viu, segue a linha deixada por Fernando Henrique Cardoso –, embora equivocado, na verdade revela uma leitura pautada pela ideologia do desenvolvimento. Pois na medida em que *sua própria* questão girava em torno da questão sobre como alcançar o desenvolvimento (capitalista), quando uma corrente político-intelectual se posicionava de forma contrária a esse desenvolvimento – sem negar, logicamente, que tal desenvolvimento existia –, era logo vista como “estagnacionista”, “catastrofista”, partidária da “inviabilidade do desenvolvimento na periferia”, etc. Em suma, a crítica ao desenvolvimento capitalista e sua limitação intrínseca para criar um mundo em o “livre desenvolvimento de cada um é pressuposto para o livre desenvolvimento de todos” era imediatamente compreendida como limitação do desenvolvimento capitalista, num processo ideológico em que o desenvolvimento capitalista é automaticamente identificado a algo eminentemente positivo, algo a ser almejado.

Ainda no plano da história do pensamento econômico, mas agora tomada em geral, não apenas no Brasil e relacionada à controvérsia da dependência, um dos aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento se expressa mediante a unificação de boa parte desse pensamento como sucessivos “desenvolvimentos” da “economia do desenvolvimento”, quase como se a história do pensamento econômico se resumisse a diferentes “teorias do desenvolvimento”.

⁹⁹ Esta mesma perspectiva sobre o tema é reproduzida em Bresser Pereira (2005). No artigo “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil” (2011), de onde deriva esta seção, apresento mais algumas “ressonâncias atuais” desta leitura hegemônica por FHC sobre a controvérsia da dependência.

Como já foi visto, não é nova e nem tão controversa a proposição de que foi no pós Segunda Guerra, e em particular com a Guerra Fria, que se originou a “economia do desenvolvimento” e até mesmo a “geocultura do desenvolvimento”. Tampouco é novidade que a ideia de desenvolvimento tem seu início muito antes de meados do século XX, remontando inclusive às origens do sistema interestatal capitalista, ainda que assumisse contornos e propósitos distintos. Ou seja:

[...] que el desarrollo económico es un concepto posterior a 1945, y sí es cierto que gran parte del lenguaje actual, conforme lo utilizan políticos e intelectuales, es el producto de la geopolítica de la era posterior a 1945 en el sistema-mundo. [...] Pero, por supuesto, la idea elemental tiene sus raíces mucho más antiguas. En realidad parece que su historia coincide con la historia de la propia economía-mundo capitalista (Wallerstein, 2004 [1991], p. 116).

Não à toa, portanto, muitos dos próprios “teóricos do desenvolvimento” legitimam suas posições considerando que, no fundo, apenas estão seguindo o debate originário da economia política – no qual muitas vezes também inserem (erroneamente) Marx¹⁰⁰ –, como se William Petty, François Quesnay, Sismonde de Sismondi, Adam Smith, David Ricardo, Thomas Robert Malthus ou inclusive Karl Marx pensassem em termos de “teorias do desenvolvimento”¹⁰¹.

Contudo, mesmo sendo interessante perceber que a ideologia do desenvolvimento traz elementos que remontam à origem da economia política em sua controvérsia sobre *a natureza e as causas da riqueza das nações*, ou mesmo que tal ideologia contenha traços comuns com o arcabouço ideológico próprio da hegemonia inglesa (“civilização *versus* barbárie”) e, posteriormente, da hegemonia estadunidense (“desenvolvimento” *versus* “subdesenvolvimento”), ou então, finalmente, apesar de ser possível encontrar a questão do “desenvolvimento

¹⁰⁰ Há inúmeras formas de argumentar porque é equivocado situar Marx – principal crítico da economia política – como parte integrante da economia política, mas, a título de exemplo, vale lembrar uma percepção muito atinada de sua famosa “introdução à crítica da economia política”, de 1857, relacionada ao tema que posteriormente viria a ser comum nas “teorias do desenvolvimento”: “El concepto mismo de riqueza nacional se insinúa entre los *economistas* del siglo XVII – y esta concepción subsiste en parte en los *economistas* del siglo XVIII – bajo un aspecto tal que la riqueza *aparece* creada únicamente para el estado, cuya potencia *aparece* proporcional a esta riqueza. Era ésta una forma todavía inconscientemente hipócrita bajo la cual la riqueza misma y la producción de la riqueza *se anunciaban* como la finalidad de los *estados modernos, considerados en adelante únicamente como medios para la producción de riqueza*” (2004 [1857], p. 58; itálicas minhas).

¹⁰¹ Cf. Gerald Meier (2010 [1953], p. 94), Arthur Lewis (2010 [1954], p. 413), Paul Baran (1984 [1957], p. 35) ou Celso Furtado (2009 [1961]).

econômico” em discursos políticos e em obras anteriores ao final da Segunda Guerra, a ideologia do desenvolvimento propriamente dita nasce e ganha projeção mundial apenas a partir do pós Segunda Guerra, no bojo da Guerra Fria, no marco da expansão hegemônica estadunidense dentro do sistema interestatal capitalista em conflito com o Campo Socialista representado pela URSS. Pois só então o “desenvolvimento” passa a ser usado de forma dominante como horizonte utópico, deixando de ser uma das tantas palavras emprestadas das ciências naturais (um ser vivo nasce, se desenvolve e morre), até então utilizada para representar o “desenrolar” de algo (do “capitalismo na Rússia” ou “das forças produtivas”, por exemplo), e passa a ser apresentado como um fim em si mesmo. Tendo isso em vista, revela-se como um anacronismo em termos de história do pensamento a busca de “teorias do desenvolvimento” naqueles autores da economia política e mesmo em Marx, um anacronismo que serve, no fundo, para legitimar a própria ideologia do desenvolvimento e, dada sua extensão, acaba sendo um aspecto ilustrativo da hegemonia desta ideologia na história do pensamento econômico.

Por fim, neste conjunto de aspectos da hegemonia da ideologia do desenvolvimento, cabe mencionar a tendência – demasiado comum no debate político-intelectual brasileiro – a disputar diferentes projetos de desenvolvimento evadindo os questionamentos que encerram a seção anterior: desenvolvimento em nome de quem, para quem e para quê?

As análises da sociedade em que tais questões não aparecem ou não são centrais em geral separam, implícita ou explicitamente, a economia da política, a acumulação de capital da questão poder ou a exploração da dominação. Além disso, sem tais questionamentos o “horizonte utópico” tende a retornar, quando muito, ao realismo, o que pode nublar igualmente a retomada das respostas e, mais importante, das perguntas formuladas em seu momento por aqueles que, tratando de transformar o sistema, também interpretaram de forma muito sugestiva o desenvolvimento do sistema interestatal capitalista “desde a periferia”, porém pautados pelo socialismo/comunismo.

Isso nos leva *para além* da ideologia do desenvolvimento, buscando articular as controvérsias atuais com o pensamento – passado e presente – cuja prática renova a “atualidade da revolução”. Neste quadro, algumas controvérsias

da conjuntura recente (novo-desenvolvimentismo e expansão geopolítica do Brasil, por exemplo) ganham outros contornos, podendo ser analisadas a partir de outras problemáticas. Estes outros contornos permitem recolocar no debate – também por exemplo – o tema da crítica à estratégia democrático-nacional e sua possível relação com a crítica à atual estratégia democrático-popular no campo da esquerda brasileira, ou então o tema da configuração contemporânea daquilo que foi denominado como subimperialismo brasileiro¹⁰². Temas estes que se apresentam na atualidade em setores da esquerda no Brasil e que, para serem apreendidos totalmente, exigem, dentro da pequena trincheira da “batalha das ideias”, uma história do pensamento que revele e supere a hegemonia da ideologia do desenvolvimento, retomando outra tradição, que abre caminho para a questão sobre “o que se desenvolve”, articulando-a sempre com a questão do poder, diretamente vinculada à questão das estratégias de transição socialista, ou seja, fundada em uma questão motora *para além* do desenvolvimento *do e no* sistema interestatal capitalista. Trata-se no fundo, claro está, da reivindicação do marxismo. Qual marxismo?

4.2. Marxismo(s) e a tendência à separação entre economia e política

Como se sabe, desde a morte de Marx, em 1883, até hoje, 2015, houve (e segue havendo) inúmeros “marxismos”, geralmente definidos com adjetivos às vezes caricatos, outras vezes até condizentes com o sentido geral que se busca lhes atribuir: positivista, socialdemocrata, revolucionário, reformista, ortodoxo, crítico, ocidental, vulgar, chinês, soviético, latino-americano, terceiro-mundista, manualesco, evolucionista, renovado, acadêmico, analítico, heterodoxo, economicista, historicista, mecanicista e por aí vai.

Isso se deve, em grande medida, a uma característica fundamental da *tradição marxista*, na qual todos se inserem: a crítica teórico-prática marxista se exerce não apenas sobre o pensamento social direta ou tendencialmente

¹⁰² Sobre o tema do subimperialismo brasileiro, ver, em especial, a tese de Mathias Luce: *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital* (2011).

legitimador da ordem social burguesa, mas também se volta constantemente contra sua própria tradição¹⁰³. Dito de outra forma, a tensão permanente e vital para o marxismo entre teoria e prática revolucionária – o marxismo como filosofia da práxis – torna sempre presente sua autocrítica, iniludível ao considerar a relação desta tradição com a luta pela superação da sociabilidade própria do modo de produção capitalista¹⁰⁴.

Pois bem, ao tratar dos *marxismos* tendo como pano de fundo a discussão feita até aqui sobre a ideologia do desenvolvimento, surge inevitavelmente uma pergunta: Marx e os marxismos depois dele não estariam também inseridos nesta ideologia ou para ela teriam contribuído com seu sentido de progresso, sua visão sobre a determinação econômica da sociedade e sua perspectiva positiva sobre o

¹⁰³ A concepção de “tradição” aqui usada pode ser sintetizada nas palavras de José Carlos Mariátegui em seu texto sobre “Heterodoxia de la tradición”, de 1927 (2010, p. 160): “No hay que identificar la tradición con los tradicionalistas. El tradicionalismo – no me refiero a la doctrina filosófica, sino a una actitud política o sentimental que se resuelve invariablemente en mero conservantismo – es, en verdad, el mayor enemigo de la tradición. Porque se obstina interesadamente en definirla como un conjunto de reliquias inertes y símbolos extintos. Y en compendiarla en una receta escueta y única. La tradición, en tanto, se caracteriza precisamente por su resistencia a dejarse aprehender en una fórmula hermética. Como resultado de una serie de experiencias – esto es, de sucesivas transformaciones de la realidad bajo la acción de un ideal que la supera consultándola y la modela obedeciéndola –, la tradición es heterogénea y contradictoria en sus componentes. Para reducirla a un concepto único, es preciso contentarse con su esencia, renunciando a sus diversas cristalizaciones”. Ainda sobre o tema da tradição em relação ao marxismo, ver o capítulo sobre “Tradiciones, instituciones y formaciones” em *Marxismo y literatura*, de Raymond Williams (1988 [1977]).

¹⁰⁴ Vale lembrar neste sentido uma das passagens célebres de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (2011, p. 30): “[...] as revoluções proletárias como as do século XIX encontram-se em constante autocrítica, interrompem continuamente a sua própria marcha, retornam ao que aparentemente conseguiram realizar para começar tudo de novo, zombam de modo cruel e minucioso de todas as meias medidas, das debilidades e dos aspectos deploráveis das suas primeiras tentativas, parecem jogar o seu adversário por terra somente para que ele sugue dela novas forças e se reerga diante delas em proporções ainda mais gigantescas, recuam repetidamente ante a enormidade ainda mais difusa de seus próprios objetivos até que se produza a situação que inviabiliza qualquer retorno e em que as próprias condições gritam: *Hic Rhodus, hic salta* [Aqui é Rodes, salta aqui mesmo!] *Hier ist die Rose, hier tanze!* [Aqui está a rosa, dança agora!]”.

Cesare Luporini apresenta bem esse ponto, ao discutir a *Dialéctica marxista e historicismo* (1969, p. 09): “El marxismo es una concepción signada originariamente, y de un modo especial, por una marcada historicización de sí misma, de su propia génesis y raíces. Este aspecto está estrechamente ligado con su carácter *revolucionario*, además de ser, indudablemente, un elemento específico de su *cientificidad*; pero puede dar lugar a muchos equívocos o a falsas sugerencias en el plano sistemático”.

Para uma visão sintética e precisa sobre a impossibilidade de cindir a teoria crítica marxista de sua perspectiva de superação da ordem burguesa existente, ver a “Apresentação da Carta de Marx a Engels em 07 de Dezembro de 1867” feita por João Leonardo de Medeiros e Maurício Vieira Martins (2014) – e ver também a própria carta, claro.

desenvolvimento das forças produtivas? Seguindo a tradição marxista, a resposta para tal pergunta seria, evidentemente, *sim e não*.

De acordo com Celso Furtado, haveria uma clara resposta afirmativa para tal pergunta. Em sua perspectiva (1978, p. 73-74),

O impacto da ideologia do progresso-acumulação foi tão profundo e abrangente que impregnou inclusive o pensamento revolucionário surgido da luta de classes e orientado para a destruição da ordem capitalista. A sua incorporação ao pensamento revolucionário é um dos ingredientes da passagem do “socialismo utópico” para o “socialismo científico”, do pensamento de um Fourier com seu mundo simples de “paixões harmônicas”, para o das contradições sempre superadas que abrem a porta de um mundo melhor em Marx. [...] Apoiada em uma teoria da história que obteve grande impacto ao preencher evidente lacuna das ciências sociais – e que era suficientemente vaga para adaptar-se a uma multiplicidade de situações e jamais poder ser contestada –, a ideologia do “socialismo científico” desempenhou um papel da maior relevância na difusão da civilização industrial [leia-se: modo de produção capitalista] em áreas em que fora débil ou nulo o processo da revolução burguesa: áreas com grande atraso relativo na acumulação; e também na luta contra a dependência externa nos países submetidos a jugo colonial, ou seja, ali onde a dependência foi efetivo empecilho à difusão da civilização industrial.

Neste mesmo sentido argumenta José Luís Fiori, ao unificar Marx, Hume, Smith, Ricardo, Malthus e Stuart Mill ou mesmo “todos os autores clássicos, entre o fim do século XVIII e meados do século XIX” numa mesma chave de leitura, marcada pela profecia não cumprida da homogeneização e universalização da riqueza em escala mundial (1999, p. 14-15):

[...] como no caso dos teóricos do desenvolvimento do século XX, Smith, Ricardo, Malthus, Stuart Mill e Marx foram todos a um só tempo teóricos e “publicistas” que escreveram suas teorias visando propor caminhos e soluções e influenciar as políticas do seu tempo. E foi, sobretudo, quando tentaram sustentar suas teses políticas nas suas análises econômicas que os teóricos da economia política clássica, em nome de um projeto científico, acabaram dando origem às grandes utopias modernas, sendo que a mais antiga delas – a utopia liberal – foi a que permaneceu viva por mais tempo, culminando com a ideia de globalização. [...] não é possível retomar o tema do desenvolvimento sem comparar, previamente, as profecias clássicas sobre a universalização e homogeneização da riqueza capitalista com o rumo da história real destes dois últimos séculos de expansão e globalização do capital e do poder territorial. Isto nos permite precisar os pontos frágeis da teoria clássica responsáveis por sucessivas frustrações históricas: sua visão ambígua sobre o papel do poder político na acumulação e distribuição da riqueza capitalista; sua visão homogênea do espaço econômico capitalista mundial e, finalmente, sua visão otimista e civilizatória com relação aos povos “sem história”.

De David Hume a Karl Marx, todos os autores clássicos, entre o fim do século XVIII e meados do século XIX, atacaram sistematicamente as políticas e os sistemas mercantilistas e acreditaram de uma forma ou de outra na necessidade ou na inevitabilidade do desaparecimento dos Estados territoriais. Não é difícil, por outro lado, localizar na obra de Adam Smith, como na de Karl Marx, a previsão comum de que a expansão dos mercados ou o desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo industrial promoveria, no longo prazo e por si só, a inevitável universalização da riqueza capitalista.

Na sequência de seu argumento, Fiori identifica essa previsão em passagens do *Manifesto Comunista*, de *O capital* e também em extratos de Marx sobre a dominação inglesa na Índia. Lembra ainda, contudo, que “vários autores [...] subscreveram em distintos momentos a tese de que Marx modificou sua visão sobre as perspectivas do desenvolvimento capitalista colonial a partir da década de 1860, e com base sobretudo na análise dos casos irlandês e polonês” (*Ibid.*, p. 19). De todo modo, e em síntese, segundo esse argumento Marx teria “uma visão linear que lhe permite dissolver o problema das relações conflitivas ou mesmo contraditórias entre as tendências unificadoras de homogeneização internacional das novas tecnologias e a competição entre os Estados nacionais” (*Idem*).

Certamente há diversas outras análises que se enquadram nessa linha de argumentação. Mas os exemplos anteriores são suficientes e relevantes, pois estão plenamente situados no bojo das diferentes controvérsias que giram em torno do “desenvolvimento”. O interessante é que essa linha de argumentação – que responderia “sim” àquela pergunta inicial sobre a influência de Marx e dos marxismos na formação da ideologia do desenvolvimento – toma como parâmetro certas concepções que, de fato, a partir do marxismo historicamente contribuíram para formar a ideologia do desenvolvimento.

Neste sentido, as interpretações de Furtado e Fiori estão parcialmente corretas ao apontar em Marx e no marxismo um possível sentido *positivo* e *homogeneizante* relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial. Mesmo porque, dentro da tradição marxista houve e há leituras que conferem tal sentido à história do desenvolvimento capitalista e que, no fundo, tendem a confundir este desenvolvimento capitalista com o “progresso” ou, após a segunda metade do século XX, com o “desenvolvimento”, entendidos num sentido eminentemente positivo e não dialético. Tais leituras em geral são *economicistas*, ao tomar o marxismo meramente como uma perspectiva fundamentada sobre o “fator econômico”, composto pelas relações de produção e pelas forças produtivas – estas últimas entendidas simplesmente como instrumentos tecnológicos. Um “fator econômico” que seria, em tais leituras, o fator principal e determinante, acompanhado pelos fatores político e cultural – vistos como reflexos secundários –,

e que, ainda nessas leituras, teria um “desenvolvimento” histórico linear e ascendente. São também leituras *mecanicistas* na medida em que privilegiam um “fator” como prioritário, porém sem considerar distintas mediações, e veem a história como uma marcha contínua em si mesma, como uma espécie de locomotiva cujo motor seriam as contradições – para além da prática – entre as forças produtivas (igualmente tomadas como instrumentos técnicos, divorciadas de classe trabalhadora) e as relações de produção (assim vistas como a relação entre o ser humano e um instrumento e não como relação entre seres humanos). Tendem a ser também leituras *eurocêntricas* e *evolucionistas*, na medida em que a suposta marcha da história mundial seria ascendente, tendo em vista a necessidade e progressividade do capitalismo nos mesmos moldes de suas particularidades na Europa ocidental, em geral tomada de forma idealizada, como se Marx tivesse formulado uma filosofia da história e como se esta suposta filosofia fosse ingênua e essencialmente otimista em relação à modernidade capitalista, numa linha no fundo apologética ao próprio modo de produção capitalista. Tudo isso confere a tais leituras um caráter eminentemente *reformista*, segundo o qual seria possível transformar o mundo no sentido do socialismo e inclusive construir o comunismo sem revolução, sem enfrentamentos radicais, sem choques violentos entre as classes dominantes e as classes dominadas, enfim, sem a tomada do poder por estas classes¹⁰⁵.

Tomados em conjunto e lidos numa grande angular, parece haver um elemento unitário entre esses marxismos: *a ausência, redução ou separação da questão do poder em relação à acumulação de capital*¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Esta síntese sobre diferentes marxismos se baseia na leitura – sempre particular – do brilhante livro de Néstor Kohan titulado *Nuestro Marx* (2011). No que segue, compartilho também a hipótese central deste livro, que “sostiene que en el pensamiento de Karl Marx existe no sólo una teoría de la explotación económica – centrada, como reconocen hasta sus impugnadores más acérrimos, en la teoría de la producción y extracción de plusvalor – sino también una teoría de la dominación política. Marx constituye, según nuestra hipótesis principal, un teórico de la explotación pero también un pensador de la dominación” (Kohan, 2011, p. 89).

¹⁰⁶ Ao final de sua extensa e intensa exposição, tratando dos riscos de uma leitura ingênua, determinista e que ignora a lógica expositiva de *O capital*, tendente a não considerar a centralidade de sua teoria crítica do fetichismo e do poder, Kohan se pergunta, retoricamente, e com precisão: “¿Qué lugar le quedaría entonces a la dimensión política, la dominación y el poder en esa lectura lineal y economicista? ¿Qué lugar ocuparían la lucha de clases y las resistencias anticapitalistas? Se lo admita o no, los cambios terminan concebiéndose de ese modo casi como una evolución, una especie de transformación y sucesión automática de modos de producción que se van sustituyendo

Daí a concepção facilmente encontrável em diferentes contribuições político-intelectuais, tanto dentro quanto fora da tradição marxista, segundo a qual esta tradição tem pouca ou nenhuma contribuição a dar sobre o poder, sendo apenas uma reflexão em torno das relações econômicas¹⁰⁷. Uma concepção que acaba por reificar, nesse mesmo plano político-intelectual, a tendência própria do modo de produção capitalista à separação, enquanto “aparência objetiva”, entre economia e política, entre exploração e dominação ou mesmo entre poder e acumulação de capital, como se fossem esferas sociais à parte, reformáveis cada uma a seu modo.

Este ponto merece atenção especial, pois, ao que parece – e esta é uma das hipóteses desta tese –, tal separação está no cerne dos limites implicados naquelas possíveis leituras marxistas.

Entretanto, e não paradoxalmente, dentro da mesma tradição marxista diferentes autores, com diversas posturas político-estratégicas, têm contribuições sobre este tema, criticando precisamente a referida separação.

Conforme aponta José Aricó no início de suas *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo* (2012 [1976-77], p. 09):

El tema de la relación entre economía y política en el marxismo es complejo, no sólo por la dificultad de la teoría, ni por la contradicción anotada entre teoría y movimiento, sino por

unos a otros – como capas geológicas – en la historia de manera automática, sin intervención subjetiva y en escalera, de menor a mayor” (*Ibid.*, p. 730).

¹⁰⁷ Para citar apenas um exemplo – importante, dado que se trata de um autor normalmente tido como o “pai” do realismo no século XX – esta é a concepção defendida por Hans Morgenthau, para quem a “teoria marxista repousa sobre a convicção, que serve de fundamento para todo pensamento marxista, de que todos os problemas políticos constituem o reflexo de forças econômicas” (2003 [1946-1985], p. 103; a primeira edição é de 1946, mas o livro teve várias edições, que incorporavam novas revisões feitas pelo autor, sendo a última de 1985). Outros exemplos dessa concepção sobre a tradição marxista – inclusive dentro dela – são descritos e criticados por Kohan (2011) e, de forma mais pontual e menos sugestiva, por Sánchez Vásquez (2006). A título de exemplo, Kohan comenta algo que em sua pesquisa se revela com detalhe: “durante mucho tiempo, por lo menos desde el período 1975-1977, a partir de las impugnaciones liberales de Norberto Bobbio (y de algunos que le siguieron el paso acompañados de nombres académicos prestigiosos como Althusser, Foucault, Cacciari y Colletti) se sostuvo livianamente que en Marx no existe una teoría política del poder, la dominación ni el Estado. Alegre afirmación que hoy continúa repitiéndose de manera mecánica en la Academia sin mayores explicaciones [...] Para haber podido sostener semejantes hipótesis hubo que violentar *El Capital* e incorporarlo por la fuerza al lecho de Procusto del economicismo más mezquino, ramplón y mundano. Una operación que tuvo y tiene como consecuencia necesaria, por ejemplo, el ‘olvido’ de la equiparación que Marx realiza entre la sociedad capitalista y el ejército y su reflexión sobre la relación social de capital comprendida como una relación atravesada por múltiples relaciones jerárquicas de poder” (2011, p. 734).

un hecho central: en su propio proceso de constitución y reproducción, la sociedad capitalista escinde el campo de lo “económico” y de lo “político” como elementos absolutamente diferenciados, y los escinde no sólo en el plano de la teoría sino fundamentalmente en el plano de la realidad. En el plano de la realidad los escinde de tal modo que la propia fuerza que se supone transformadora de esta sociedad y reconquistadora de la unidad entre economía-política sufre las contingencias de esta división entre economía y política; de tal modo que el movimiento de transformación también está escindido entre la economía (función específica de las organizaciones sindicales) y la política (función específica de los partidos políticos), con las tensiones consiguientes que se crean en las relaciones entre *acción sindical* y *acción política*, entre *partido político* y *sindicato*, entre propuesta de cambio en el plano económico y propuesta de cambio en el plano político.

Elemento similar é apontado também por Ellen Meiksins Wood em seu livro *Capitalismo contra democracia*, mais especificamente no capítulo sobre “A separação entre o ‘econômico’ e o ‘político’ no capitalismo”, onde a autora também aborda o tema a partir da seguinte colocação (2011 [1995], p. 28):

[...] a questão é explicar como e em que sentido o capitalismo enfiou uma cunha entre o econômico e o político – como e em que sentido questões essencialmente políticas, como a disposição do poder de controlar a produção e a apropriação, ou a alocação do trabalho e dos recursos sociais, foram afastadas da arena política e deslocadas para uma outra esfera. O segredo fundamental da produção capitalista revelado por Marx – segredo que a economia política ocultou sistematicamente, até tornar-se incapaz de explicar a acumulação capitalista – refere-se às relações sociais e à disposição do poder que se estabelecem entre os operários e o capitalista para quem vendem sua força de trabalho. Esse segredo tem um corolário: a disposição de poder entre o capitalista e o trabalhador tem como condição a configuração política do conjunto da sociedade – o equilíbrio de forças de classe e os poderes do Estado que tornam possível a expropriação do produtor direto, a manutenção da propriedade privada absoluta para o capitalista, e seu controle sobre a produção e a apropriação. [...]

A própria estrutura do argumento [em *O capital*] sugere que, para Marx, o segredo último da produção capitalista é *político*.

Contudo, e conforme a autora anota na sequência, o problema é que “isso nem sempre foi verdade no marxismo depois de Marx” (*Idem*). Seja pela aproximação dicotômica e mecânica à metáfora “base” e “superestrutura”, seja pela tentativa de analisar tecnicamente o circuito do capital, o fato é que, no plano teórico-subjetivo, parte da tradição marxista “perpetua as práticas ideológicas que Marx atacava, práticas que confirmavam para a burguesia a naturalidade e a eternidade das relações de produção capitalistas” (*Ibid.*, p. 29). O ponto fundamental reside em que “um modo de produção é não somente uma tecnologia, mas uma organização social da atividade produtiva; e um modo de exploração é

uma relação de poder” (*Ibid.*, p. 33). Isso apesar da *aparência objetiva* de que a exploração prescinde da dominação.

Há, portanto, um duplo movimento explicativo para a tendência à separação da economia e da política, que no plano político-intelectual dentro da tradição marxista conduz ao economicismo e ao politicismo: por um lado, trata-se de uma questão teórica (ou mesmo subjetiva), de diferentes leituras e entendimentos do marxismo, e, por outro lado – mais decisivo –, tal separação se fundamenta objetivamente na própria lógica de dominação e exploração capitalista.

Em relação ao problema na história do marxismo, é evidente que houve inúmeras e variadas apropriações de Marx no plano político-intelectual, sem contar suas derivações mais diretamente vinculadas à prática política, e dentre tantas apropriações, houve certamente aquelas que reafirmaram, no plano analítico – e também no plano político – a cisão dualista entre economia e política, dando margem a uma concepção dicotômica que atribui a Marx uma contribuição fundamental no que se refere ao “fator econômico” (que seria “estrutural”), ao mesmo tempo em que aponta uma ausência ou desconsideração do “fator político” (que seria “superestrutural”). Em tais apropriações economicistas, Marx teria uma teoria da exploração, porém não da dominação ou do poder, sendo estes elementos vistos como contingentes, aleatórios ou residuais.

No entanto, e tal como afirma Néstor Kohan: “si se acepta esta visión [economicista], entonces se torna una afirmación completamente absurda sostener, como lo hace Marx, que la violencia constituye en sí misma ‘una potencia económica’” (2011, p. 741). Neste sentido, “[...] hay que esforzarse demasiado para no ver la violencia y la relación de fuerzas y de poder dentro mismo de la relación de capital” (*Idem*).

Assim, mesmo no que se refere especificamente à teoria do valor, a redução a uma concepção economicista de exploração seria equivocadamente parcializada:

[...] Cuando Marx hace referencia al valor, al dinero y al capital está pensando en relaciones de fuerzas y relaciones de poder, no solamente en relaciones “económicas”. El valor presupone, por ejemplo, que las condiciones de existencia del trabajo vivo se han autonomizado frente al productor, han cobrado existencia propia y se le han vuelto en contra [...] Entonces las preguntas pendientes serían: ¿por qué se autonomizaron? ¿cómo fue posible que cobraran existencia propia?

Esa autonomización – condición *sine qua non* del fetichismo, clave a su vez del trabajo abstracto en tanto sustancia del valor – se vuelve posible porque ha habido toda una suerte de rupturas históricas que no se producen de manera “espontánea” y mucho menos “natural” sino de modo completamente artificial. Rupturas históricas donde interviene la violencia, el poder y el ejercicio de la fuerza material (Kohan, 2011, p. 723).

Objetivamente, contudo, é certo que no capitalismo o plano da política *parece* ganhar um carácter especial, pois o poder e a coerção sobre os quais se apoia a exploração não são direta e explicitamente acionados pelas frações da classe que se apropria da riqueza. De todo modo, o sistema de dominação não deixa de ser essencial para a acumulação de capital. Um processo que foi analisado de forma muito clara e palpável por Jaime Osorio, em texto sobre “A ruptura entre economia e política no mundo do capital” (2014, p. 146-147):

É a presença de uma *violência institucional* (consagrada por leis em um Estado de direito), de *coerção encoberta*, que explica que não seja necessário que um corpo policial retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoite para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela *violência* de despojo *ancestral*, à qual se soma agora a *violência cotidiana* (expropriação diária de mais-valor), obrigam o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco de liberdade do vendedor de força de trabalho. O que se apresenta como operações simplesmente econômicas são também operações políticas de submissão, violência e coerção encobertas.

Nesta mesma linha, o elemento objetivo desse processo de cisão entre “o econômico” e “o político” reside, portanto, na dinâmica própria do modo de produção capitalista, na qual o trabalhador individual é juridicamente “livre” e proprietário de sua força de trabalho, não podendo escapar da venda desta com a finalidade de obtenção (intermediada por dinheiro) de todas as mercadorias necessárias para sobreviver, mercadorias estas produzidas pelo próprio conjunto dos trabalhadores, porém de forma a eles estranhada.

Neste sentido, e buscando fechar o argumento, é importante marcar que:

La igualdad (del intercambio y del contrato jurídico) oculta y encubre la desigualdad (de la explotación de la fuerza de trabajo y de las fuerzas sociales enfrentadas más allá de la institucionalidad establecida por la constitución). Bajo la apariencia fetichizada del mercado, el derecho y la república parlamentaria se esconde, en todos los casos y en forma paralela, la lucha de clases. La dominación y la explotación no aparecen a primera vista, están envueltas por la telaraña social de las relaciones mercantiles, las relaciones jurídicas y las instituciones republicanas. La sociabilidad anónima e impersonal del mercado y la seudo comunidad genérica de la ciudadanía republicana ocultan que la auténtica comunidad de los productores libremente asociados, aplastada y triturada día a día, se torna imposible en los marcos del capitalismo. [...]

Es nada menos que ese cambio de “forma” en la subordinación aquello que caracteriza a la especificidad histórica del modo capitalista de producción. Una subordinación que bajo la apariencia de ser “libre” encierra en realidad una coacción, vigilancia y disciplina [...].

Esa concepción marxiana según la cual la categoría teórica de “capital” expresa no sólo un intercambio desigual de equivalentes, no sólo una relación (contradictoria) entre dos clases, no sólo una relación de explotación (entre poseedores de dinero y de fuerza de trabajo), sino también una relación de coerción, vigilancia, mando, disciplina, ejercicio de fuerza material, violencia, autoritarismo, despotismo, hegemonía y subordinación, resulta fundamental para comprender a fondo la empresa teórica de Marx y su concepción materialista de la historia. Sólo dando cuenta de esa doble teorización – explotación económica y dominación política – puede comprenderse que *El Capital* contenga en la elaboración de cada una de sus categorías una concepción teórica acerca de la política, la dominación y el poder (*Ibid.*, p. 711-712, 731 e 733)¹⁰⁸.

Em suma, é “porque existe esa separación violenta (reproducida cotidianamente) entre productores y condiciones de vida, estas últimas se autonomizan y se vuelven sujetos, mientras las personas se cosifican. La teoría del fetichismo, base de la teoría del valor, está entonces indisolublemente ligada a una concepción del poder” (*Ibid.*, p. 738).

E vale destacar que aqui se entende por “poder” não algo em si mesmo, mas sim uma relação, sem incorrer numa hipóstase do poder como fonte originária e explicativa do funcionamento do sistema interestatal capitalista e de todas as relações nele inseridas, e muito menos sem pensar o Estado, lócus central do poder, como um ente ou uma instituição autônoma, o que levaria ao policitismo, espelho do economicismo.

A discussão anterior é fundamental em relação à ideologia do desenvolvimento, pois apenas reificando a separação entre o econômico e o político – sem uma perspectiva da totalidade e os diferentes níveis de abstração para capturá-la, sem diferenciar o singular do universal –, somente assim é possível manter a hegemonia dessa ideologia, identificando mediata ou imediatamente os projetos dominantes que visam o horizonte utópico do

¹⁰⁸ Portanto, “si se toma en serio en todo su peso teórico la formulación de Marx se deben extraer las inferencias que se derivan de allí para la concepción materialista de la historia y la teoría del modo de producción y la formación económico social capitalista. La principal consecuencia consiste en que Marx somete nuevamente la crítica del fetichismo. Pero ya no se trata solamente de la expresión del fetichismo que está centrada en las relaciones sociales cosificadas del mercado y regidas por el trabajo abstracto, el valor y la mediación dineraria [...], sino también del fetichismo de la política y del Estado, concebidos como instituciones separadas y completamente ‘autónomas’ de las relaciones sociales” (Kohan, 2011, p. 741).

desenvolvimento com os processos históricos hegemonicamente considerados como de desenvolvimento, sempre no interior do modo de produção capitalista.

4.3. A tradição marxista para além da ideologia do desenvolvimento

Isto posto, se aquelas interpretações sobre Marx e o marxismo e seu possível sentido *positivo e homogeneizante* relacionado ao desenvolvimento do modo de produção capitalista em escala mundial são apenas parcialmente corretas, elas também estão profundamente equivocadas em sua generalização para todo o marxismo, pois, dentro desta mesma tradição, e inclusive – ou melhor, sobretudo – na obra de Marx, há outros sentidos de entendimento do “desenvolvimento”, do desenvolvimento do modo de produção capitalista, da dialética entre as relações de produção e as forças produtivas e do papel do poder na acumulação de capital (tanto dentro de cada Estado nacional quanto no sistema interestatal). Outros sentidos eminentemente críticos, negativos, não utópicos, com enormes contribuições para a compreensão do sistema interestatal capitalista e de sua superação histórica. Sentidos que partem do ponto de vista da totalidade, da centralidade do trabalho na produção social da vida e da crítica radical à sociabilidade burguesa, marcando o caráter intrinsecamente revolucionário do marxismo como filosofia da práxis. E que levariam a uma evidente resposta negativa àquela mesma pergunta que se colocou anteriormente, sobre a relação entre o marxismo e a ideologia do desenvolvimento. Na verdade, apenas o marxismo e sua perspectiva crítica parece ser capaz de compreender e superar tal ideologia em todas suas dimensões.

E nisso é fundamental a discussão sobre o significado ou a utilização da própria noção de desenvolvimento em Marx, em comparação com sua utilização generalizada na teoria econômica, sobretudo quando vinculada a diferentes “teorias do desenvolvimento”. Tal comparação foi realizada recentemente por Bianca Bonente, em tese sobre *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*.

Bonente revela como nas chamadas “teorias do desenvolvimento”, sendo elas parte da teoria econômica (*Ibid.*, p. 5 e 132),

[...] o desenvolvimento é tratado, em geral, como a passagem de um estágio de privação material para um estado de plétora material, qualquer que seja o critério para avaliar essa transição (pelo produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Além disso, a formação social capitalista é tomada como um pressuposto tanto na definição dos fins (objetivos primordiais do desenvolvimento), quanto na definição dos meios (i.e., das estratégias e requisitos necessários a essa passagem). Trata-se, portanto, como dito, de encarar o desenvolvimento como o eterno desdobrar do presente e, simultaneamente, de ajuizar esse processo, explícita ou implicitamente, como positivo.

[...] A análise do “desenvolvimento” envolve, recorrentemente, a eleição de determinados critérios e parâmetros (“empiricamente observáveis”) que permitam quantificar a condição de países ou regiões em momentos diversos de sua história. Além disso, é normalmente com base na extrapolação de um desses critérios que se afirma ou nega a superioridade de povos e/ou países com relação a outros. Por fim, o conceito de “desenvolvimento” é tratado, via de regra, como um juízo de valor subjetivo: ou seja, o “desenvolvimento” é visto como algo bom, viável e desejável (e que, portanto, deve ser promovido) e sua ausência como algo ruim (e que, seguindo a mesma lógica, deve ser superado).¹⁰⁹

Em contraste (*Ibid.*, p. 39 e 61), a partir de Marx e de parte do marxismo,

Ao proferir sentenças a respeito do desenvolvimento capitalista, fazemos referência à sua dinâmica objetiva de funcionamento, às tendências que regulam sua transformação ao longo do tempo, seu decurso histórico causalmente determinado. Ou seja, ao contrário do que normalmente se afirma [pela teoria econômica], o desenvolvimento capitalista *não é* entendido aqui como a passagem de um estágio de privação material (países pobres, periféricos, terceiro mundo) para o estado de plétora material (países ricos, centrais, primeiro mundo), como quer que se meça essa transição (pelo produto *per capita*, expectativa de vida, nível de escolaridade etc.). Falar sobre o desenvolvimento da produção capitalista significa falar sobre a operação de suas leis em escala global. O fato de esse desenvolvimento envolver disparidades materiais apenas comprova o caráter contraditório da dinâmica capitalista, em lugar de negá-la.

[...] estudar o desenvolvimento capitalista, desde uma perspectiva marxista, significa (i) ter consciência da processualidade que caracteriza esse sistema, (ii) apreender as leis gerais de movimento da sociedade e (iii) conhecer as condições concretas de manifestação de tais leis. Nesse sentido, independentemente das consequências dessas leis gerais e de suas condições concretas (sejam elas detestáveis ou adoráveis), o que importa para a análise do desenvolvimento em si é saber se, na passagem de um período a outro, o funcionamento do capitalismo tornou-se mais ou menos adequado à lógica interna do capital.

Bonente demonstra, portanto, que em Marx “o termo *desenvolvimento* é empregado de modo plenamente objetivo, isto é, utilizado exclusivamente para se referir às propriedades objetivas de funcionamento do objeto examinado

¹⁰⁹ É possível ler esse uso comum de “desenvolvimento” na teoria econômica como parte da ideologia do desenvolvimento, na medida em que, em sua valoração positiva do desenvolvimento, confunde-se processos históricos, projetos políticos e horizontes utópicos, todos girando em torno do desenvolvimento.

(independentemente da forma como se julguem essas propriedades)” (2011, p. 08).

Apesar disso, ou apesar do próprio Marx, a palavra “desenvolvimento” foi se tornando tão central no mundo posterior à Segunda Guerra que dentro do marxismo também se formou uma grande controvérsia sobre o tema, uma disputa em torno do seu significado e suas características. Quanto a este ponto, de acordo com Patrick Galba de Paula, em dissertação também recente – intitulada *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx* (2014) –, no interior do marxismo teriam se consolidado pelo menos duas grandes linhas de entendimento sobre o tema.

Uma delas é bem denominada de “interpretação difusionista”, “por ter a característica fundamental de atribuir ao autor [Marx] a *previsão de uma tendência de difusão do capitalismo pelo mundo, ou das relações de produção capitalistas, como sendo algo equivalente a uma difusão do ‘desenvolvimento’*” (De Paula, 2014, p. 15; itálicas do original). Uma interpretação que também

[...] buscou atribuir a Marx uma visão unilateral da expansão capitalista, onde toda e qualquer forma de subdesenvolvimento seria necessariamente uma reminiscência perene de modos de produção pré-capitalistas. Para que tal interpretação fosse possível, excluiu-se qualquer possibilidade de aplicação da teoria crítica da economia política elaborada por Marx em *O Capital* aos países e regiões subdesenvolvidos, por serem “insuficientemente capitalistas”.

[...] Marx, ao contrário, percebeu com clareza que a expansão do capital era um processo contraditório que, em diversos casos, se expressou no que seria atualmente chamado de subdesenvolvimento (*Ibid.*, p. 145).

Mas haveria também outra interpretação, que destaca uma “mudança radical em algum momento após os anos 1850, [em que] Marx teria chegado a uma noção multilinear do desenvolvimento” (*Ibid.*, p. 52). Nesta interpretação Marx teria adotado uma certa filosofia da história em momentos mais iniciais de sua obra, mas “teria efetuado uma ruptura com este tipo de concepção em algum momento que varia entre 1853 e 1877 (dependendo da versão)” (*Ibid.*, p. 51). Ao contrário dessa perspectiva, para o autor “é mais provável que [...] *apesar das contradições iniciais, Marx nunca tenha tratado o tema com um evolucionismo que implicasse numa visão histórico-filosófica e unilinear do desenvolvimento* (*Ibid.*, p. 94; itálicas do original).

Em síntese, o autor tece importantes considerações críticas a ambas as posturas: nem haveria em Marx uma filosofia da história que justificasse qualquer leitura teleológica ou linear, nem teria havido algum tipo de ruptura drástica em seu pensamento em relação ao tema do desenvolvimento. Frente a essas interpretações, a tarefa ou desafio político-intelectual mais importante seria o seguinte (*Ibid.*, p. 131):

Uma interpretação do desenvolvimento e do subdesenvolvimento coerente com o método da economia política marxista [ou, mais precisamente, da *crítica da economia política* – agregado meu] deve, portanto, decorrer dos níveis mais abstratos da teoria formulados por Marx, mas ao mesmo tempo, ser capaz de mediar sua aplicação à realidade concreta através da correta tomada em conta das distintas determinações que afetam o objeto de estudo, e que não decorrem do funcionamento do capital em geral. Para esta perspectiva, tanto absolutizar as determinações específicas da concretude (as especificidades do subdesenvolvimento), quanto as determinações mais abstratas gerais, em nome de uma suposta ortodoxia (ou dogmatismo), sem localizar seu devido grau de abstração e as relações e determinações daí decorrentes, levariam à transformação do que poderia ser considerado como verdades parciais em mentiras gerais, ou nos termos usados por Marx, mistificações da realidade

Uma tarefa que, como demonstra Bonente em sua tese, passou longe das preocupações das teorias do desenvolvimento – na medida em que “*todas* [essas teorias], *sem qualquer exceção digna de nota*, tomam o capitalismo como pressuposto de suas formulações” (2011, p. 134; itálico do original).

Pois bem, tanto Bonente quanto De Paula, em suas discussões sobre Marx e a categoria de desenvolvimento retomam algumas considerações de György Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, incorporando a contribuição deste autor às controvérsias sobre a “classicidade” de determinados processos históricos de desenvolvimento do capitalismo, sobre o caráter ontologicamente desigual do desenvolvimento em si e do desenvolvimento capitalista em particular e, no bojo dessa discussão, sobre o equívoco termo “progresso”, que em geral carrega um sentido metafísico-positivo, não dialético¹¹⁰. Tais considerações de Lukács são incorporadas de modo preciso, crítico e criativo, respectivamente para criticar a visão de desenvolvimento na teoria econômica e nas próprias correntes do marxismo que tendem a identificar “desenvolvimento” – também entendido num sentido positivo-metafísico – com o desenvolvimento capitalista.

¹¹⁰ Ver Lukács (2012; 2013 [circa 1968]), em especial sua discussão sobre “Historicidade e universalidade teórica” (2012, p. 339-422).

Tomando tais contribuições como pontos de apoio e de diálogo, a intenção aqui, contudo, é um pouco diferente: questionar o horizonte utópico do desenvolvimento e sua correlata questão motora sobre “como se desenvolver”, tanto em termos políticos quanto em sua capacidade de analisar a conjuntura. Em outras palavras, trata-se de questionar a ideologia do desenvolvimento e sua operação tendencial contrária à possibilidade político-intelectual de captar os cortes conjunturais em relação ao período histórico e ao desenvolvimento contraditório do sistema interestatal capitalista e, num maior nível de abstração ou ângulo de análise, do modo de produção capitalista. Tal capacidade de fazer “análise concreta da situação concreta”, por sua vez, tem desdobramentos em relação às controvérsias sobre a transição e a estratégia socialista/comunista.

No plano lógico, defender o horizonte utópico do desenvolvimento identificando-o com o desenvolvimento capitalista – tal como faz o pensamento dominante – seria algo em si mesmo sem sentido, dado que o sistema interestatal já alcançou há tempos este desenvolvimento (desigual). No plano político cada vez mais essa mesma circularidade lógica parece estar se revelando.

É claro que se deve denunciar e revelar a falácia político-intelectual da identificação de “desenvolvimento” com a expansão vertical e horizontal das relações capitalistas de produção. Mas tal denúncia não deve se limitar a disputar o horizonte utópico do desenvolvimento – tão enraizado no Brasil, ainda atualmente quase onipresente em distintos projetos políticos e, no plano político-intelectual, geralmente confundido com diferentes processos históricos. Caso o faça, implícita ou explicitamente o enquadramento analítico tenderá fortemente a cumprir uma função de ideologia, permanecendo nos limites da manutenção e do aprofundamento do atual modo de produção e reprodução social da vida. E isso vale mesmo quando o horizonte do desenvolvimento é disputado como tática necessária para uma estratégia socialista, posto que no Brasil contemporâneo o proletariado não tem a menor condição de atuar como vanguarda em uma aliança de classes com a burguesia nacional (cujas características não é aqui objeto de análise).

Neste sentido, e fazendo um paralelo com um ponto central da análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria, o pensamento que informa a ideologia do

desenvolvimento – com seu horizonte utópico específico e sua correlata questão motora: “como se desenvolver?” – tende a se limitar àquilo que Marx considerava, em relação à economia burguesa, como “formas del pensar socialmente válidas, y por tanto objetivas, para las relaciones de producción que caracterizan *ese* modo de producción *históricamente determinado*: la producción de mercancías” (2005, [1873], p. 93). Tais formas de pensar são socialmente válidas e nos casos mais exitosos são fundamentais como *descrição* da realidade, mas são inerentemente incapazes de incorporar, como tentativa de *explicação*, o movimento contínuo e dialético da história, o que se revela continuamente no plano da análise conjuntural.

Isso porque, como certa vez indicou Florestan Fernandes ao tratar da *revolução*, “em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem ‘simples palavras’” (1984 [1981], p. 09). No século XX, sobretudo a partir de sua segunda metade, a palavra “desenvolvimento” se tornou uma categoria cuja centralidade é inegável e cujo sentido dominante é eminentemente positivo, algo que deveria ser alcançado, enfim, um horizonte utópico, hegemonicamente restrito nos marcos do próprio desenvolvimento do modo de produção capitalista e dentro dos conflitos próprios do sistema interestatal capitalista.

Vale dizer que isso não significa tentar “solucionar” pela negação a difícil controvérsia em torno do desenvolvimento das forças produtivas e as possibilidades de construção do socialismo/comunismo. Mas *passa sim pela negação da identificação automática entre desenvolvimento das forças produtivas e desenvolvimento do modo de produção capitalista*¹¹¹.

¹¹¹ Entre tantos problemas desta identificação, há pelo menos dois que valem ser pelo menos lembrados, embora com a consciência de que seu tratamento detalhado exigiria uma tese à parte: os problemas relativos ao *estranhamento* do trabalho e à *separação entre produção e distribuição* – sendo que esta, no fundo, não passa de um corolário da separação entre economia e política. Tais questões, por certo, foram bem apontadas por Marx em diversos momentos de sua obra e aparecem condensadas numa parte de seus rascunhos, uma parte que merece ser reproduzida extensamente (2009 [1857-1858], p. 394; itálicas do original): “El *fact* de que en el desarrollo de las fuerzas productivas del trabajo las condiciones laborales objetivas, o sea el trabajo objetivado, tienen que aumentar con relación al trabajo vivo [...] aparece a nivel del capital de esta manera: para él no es que un momento de la actividad social – el trabajo objetivado – se convierta en el cuerpo cada vez más poderoso del otro momento, del trabajo subjetivo, vivo, sino que – y esto es importante para el trabajo asalariado – las condiciones objetivas del trabajo asumen respecto al trabajo vivo una

Também não significa negar a importância de análises comparativas entre processos históricos diferentes no bojo de uma mesma unidade de análise (o desenvolvimento capitalista em escala mundial e o sistema interestatal capitalista), superando o nacionalismo metodológico, mesmo porque é impossível prescindir do método comparativo, tanto sincrônico quanto diacrônico, no momento de fazer qualquer análise concreta – a comparação acaba aparecendo nos adjetivos de definição de alguma experiência histórica concreta. *Mas passa sim pela negação de adotar uma postura valorativa positiva sobre processos históricos particulares de desenvolvimento capitalista como se fossem universalizáveis.*

Não significa negar o desenvolvimento em si desde o ponto de vista do “pós-desenvolvimento”, que, ao incorporar elementos do pós-modernismo e do pós-estruturalismo acadêmico, evita enfoques totalizantes, preza pelo ecletismo teórico, busca apenas o saber emanado dos particularismos e, no final das contas, reduz qualquer tentativa de explicação da realidade concreta aos seus elementos discursivos, mitológicos ou puramente epistemológicos¹¹². Mas sabe-se fruto do mesmo processo histórico que trouxe à tona essa visão do “pós-desenvolvimento”, e que, na América Latina, também colocou em pauta, mediante sujeitos coletivos e

autonomía cada vez más colosal que se ofrece a la vista por su *very extent* [propia extensión] y la riqueza social se contrapone al trabajo en segmentos cada vez más formidables como poder ajeno y dominante. No se pone el acento sobre el *estar-objetivado* sino sobre el *estar-enajenado*, el estar-alienado, el estar-extrañado, el no-pertenecer-al-obrero, sino a las condiciones de producción personificadas, *id est*, sobre el pertenecer-al-capital de ese enorme poder objetivo que el propio trabajo social se ha contrapuesto a sí mismo como uno de sus momentos. Por cuanto a nivel del capital y del trabajo asalariado la creación de este cuerpo objetivo de la actividad acontece en oposición a la capacidad de trabajo inmediata – *in fact* este proceso de la objetivación se presenta como proceso de enajenación desde el punto de vista del trabajo, o de la apropiación del trabajo ajeno desde el punto de vista del capital –, esta distorsión e inversión es *real*, esto es, no meramente *mental*, no existente sólo en la imaginación de los obreros y capitalistas. Pero evidentemente este proceso de inversión es tan sólo una necesidad *histórica*, una simple necesidad del desarrollo de las fuerzas productivas desde determinada base o punto de partida histórico, pero en modo alguno una necesidad *absoluta* de la producción; más bien es una necesidad pasajera y el resultado y la finalidad (inmanente) de este proceso es abolir esa misma base, así como esa forma del proceso. Los economistas burguesas están tan enclaustrados en las representaciones de determinada etapa histórica de desarrollo de la sociedad, que la necesidad de que se *objetiven* los poderes sociales del trabajo se les aparece como inseparable de la necesidad de que los mismos se *enajenen* con respecto al trabajo vivo. [...] El desposeimiento del obrero y la propiedad que sobre el trabajo vivo tiene el objetivado, o la apropiación de trabajo ajeno por parte del capital – ambos hechos sólo expresan dos polos de la misma relación – son condiciones básicas del modo de producción burgués, y en modo alguno contingencias que le sean indiferentes. Estos modos de distribución son las relaciones de producción mismas, sólo que *sub especie distributionis*”.

¹¹² Ver, por exemplo, o *Post-development reader* (Rahnema e Bawtree [eds.], 1997), bem como a síntese de Arturo Escobar (2005).

forças sociais – e não simplesmente através de meios acadêmicos –, as lutas e disputas em torno do *buen vivir* e do socialismo no século XXI¹¹³. Neste sentido, *passa pela crítica aos processos destrutivos – do meio-ambiente e dos espaços não totalmente subsumidos ao capital – e que limitam a capacidade da maior parte da população satisfazer suas necessidades, processos estes vinculados aos projetos políticos orientados pelo desenvolvimento capitalista.*

Tampouco significa, obviamente, negar que haja desenvolvimento (desigual) capitalista em determinados países ou regiões do sistema interestatal – tal como se buscou colocar a pecha sobre a vertente marxista dentro da controvérsia da dependência. Mas sim *passa pela negação e superação de contraposições e dicotomias equívocas* – embora muito presentes nas análises de conjuntura, nas leituras históricas e nos projetos políticos hegemônicos no Brasil (informados por essas análises e leituras) – tais como “globalização vs. desenvolvimento”, “neoliberalismo vs. desenvolvimento”, “reprimarização vs. desenvolvimento”, “leis trabalhistas vs. desenvolvimento”, “gargalos produtivos vs. desenvolvimento”, “herança colonial vs. desenvolvimento”, “latifúndio vs. desenvolvimento”, “grande capital vs. desenvolvimento”, “autoritarismo vs. desenvolvimento”, “falta de um mercado financeiro sólido vs. desenvolvimento”, “falta de educação vs. desenvolvimento”, e a lista poderia seguir *ad nauseam*. É evidente que cada uma dessas contraposições pode conter projetos políticos diferentes, mas todas remetem à naturalização do desenvolvimento capitalista e à sua qualificação apriorística como algo positivo, independentemente das contradições constitutivas do próprio desenvolvimento capitalista e de seus significados na luta de classes.

¹¹³ Tomando um argumento de Lukács, com base em Marx, ao criticar o irracionalismo na Alemanha (1959 [1953], p. 71) : “También aquí puede aplicarse aquello que en su día dijo Marx, refiriéndose a las ‘cónicas’ teorías de la economía: que las teorías no descienden de los libros a la realidad, sino que ascienden de la realidad a los libros. El hecho de si, en una determinada época y en determinadas capas sociales, reina la atmósfera de una crítica sana, serena y objetiva, o el aire viciado de la superstición, la fe en los milagros y la credulidad irracional, no es un problema de nivel intelectual, sino de situación social. Claro está que en ello desempeñan un papel nada desdeñable las ideologías precedentes y que han llegado a conquistar una influencia, en cuanto que refuerzan o atenúan las tendencias a la crítica o a la credulidad. Pero, no debe olvidarse que la eficiencia o la ineficiencia de una tendencia del pensamiento asciende también de la realidad a los libros, y no desciende de éstos a la realidad”.

Apontar para isso, contudo, não significa acreditar que a disputa histórico-concreta em torno da ideologia do desenvolvimento se esgota na disputa político-intelectual. Mas *passa sim pela percepção de Gramsci de que “el inicio de la elaboración crítica es la conciencia de lo que es realmente, o sea un ‘conócete a ti mismo’ como producto del proceso histórico desarrollado hasta ahora que ha dejado en ti mismo una infinidad de huellas recibidas sin beneficio de inventario. Hay que hacer inicialmente ese inventario”* (1986, p. 246; itálicas minhas). E a ideologia do desenvolvimento está impregnada em nossa época, daí a necessidade de analisar sua origem, enraizamento, desdobramentos e alguns aspectos de sua hegemonia, para os quais o plano político-intelectual também cumpre um papel importante.

Finalmente, no campo da política, a crítica à disputa ou defesa do horizonte utópico do desenvolvimento não significa negar que é dentro e no meio do próprio desenvolvimento capitalista que se dá qualquer disputa pelo poder orientada para superação do próprio capitalismo e para a construção do socialismo, rumo ao comunismo¹¹⁴. Mas, *na tradição marxista, essa crítica passa – ou deve passar – pela negação da tática de conceder, manter e defender o poder de qualquer fração da classe dominante com o objetivo de acelerar o desenvolvimento capitalista e suas contradições, enquanto parte de uma estratégia de horizonte socialista/comunista.*

Nesta chave de leitura, e tendo em vista toda a discussão feita até aqui, a hipótese final desta tese – hipótese em aberto, para discussão – é que, *a partir da tradição marxista*, atualmente é incompatível a reivindicação de uma postura crítica com a manutenção ou disputa do “desenvolvimento” enquanto horizonte utópico. Na verdade, pensando a crítica marxista naquele sentido já exposto e tomado de Bolívar Echeverría – ou seja, como um discurso “[...] capaz de apropriarse del saber formado a partir de la objetividad capitalista, de someterlo a la acción desestructuradora de las significaciones espontáneas del proletariado y de recomponerlo de manera tal, que los vacíos dejados por el discurso burgués que lo produjo se vuelvan evidentes como sistema y constituyan, así, el saber necesario

¹¹⁴ Mesmo porque, tal como já sugeriam Marx e Engels em *A ideologia alemã*: “O comunismo não é para nós um estado de coisas que deve ser instaurado, um Ideal para o qual a realidade deverá se direcionar. Chamamos de comunismo o movimento real que supera o estado de coisas atual. As condições desse movimento [...] resultam dos pressupostos atualmente existentes” (2014 [1845/46], p. 38).

para la revolución” –, é preciso revelar como toda a problemática em torno ao desenvolvimento se tornou “un campo de acción mental encargado de preservar los valores de la clase opresora”, na colocação de Ludovico Silva ao caracterizar a ideologia. Tal problemática tende a reificar, naturalizar e desistoricizar o presente, ainda dominado pelo modo de produção capitalista.

Considerações finais: outras questões para analisar a conjuntura do Brasil contemporâneo

A conjuntura atual tem exigido a reflexão em torno de uma série de “esgotamentos”, tanto em termos nacionais quanto em relação ao sistema interestatal capitalista: fala-se do esgotamento do crescimento econômico, da distribuição de renda e riqueza (se é que esta houve), da política externa relativamente mais autônoma e voltada para a América Latina, dos movimentos e partidos da esquerda anticapitalista, do “ciclo PT”, da estratégia democrático-popular, do novo-desenvolvimentismo, do neoliberalismo, dos Estados Unidos como potência hegemônica, do motor de crescimento econômico chinês, da Europa como modelo civilizatório, da modernidade, e inclusive do capitalismo. Um cenário no qual se tornou comum dizer, nem sempre com o mesmo horizonte político de Gramsci, que o velho não termina de morrer e o novo ainda está por nascer. Diferentes formas para uma narrativa cujo elemento comum é o término e/ou recomeço.

Pois bem, tal constatação, mesmo se não for precisa, traz à tona alguns questionamentos em torno da difícil tarefa de analisar a conjuntura: como captar o movimento da realidade e suas tendências, sem cair no anúncio sempre certo – e portanto sempre equivocado, pois depende do ângulo em que se mire – de que o fim de determinado período histórico está próximo, mas também sem se limitar ao realismo ou pragmatismo do horizonte do possível e sem pisar em falso na circularidade do horizonte utópico do desenvolvimento? Como captar o presente sem reificá-lo?

Não se trata de negar que aqueles esgotamentos existem, como se fossem mera falsa consciência ou equívoco do intelecto coletivo. Pelo contrário: se é tão comum essa percepção atualmente, é provável que algo de fato esteja se encerrando em nosso período histórico. Mas o que de fato caracteriza o atual período histórico, em particular o Brasil contemporâneo?

Embora tal questão subliminarmente tenha dado impulso constante para esta tese, não se procurou aqui lhe dar resposta, mas apenas recolocar sua

vigência, sugerindo que qualquer tentativa de resposta que esteja submersa na ideologia do desenvolvimento e que não parta do marxismo como crítica é, em essência, limitada e tendencialmente equivocada.

Se pautadas pelo horizonte utópico do desenvolvimento, se movidas pela questão de “como se desenvolver” e se levadas à confusão entre “processos de” e “projetos para” o desenvolvimento, as análises de conjuntura que se apresentam hoje ao debate político-intelectual seguirão pisando em falso na circularidade de suas posições, contribuindo no fundo para a manutenção da ideologia do desenvolvimento. Nesses casos, que conformam as análises político-intelectuais hegemônicas no Brasil – sobretudo naquilo que se chama de pensamento econômico –, não se abandona o terreno da ideologia do desenvolvimento e, longe de investigar seus pressupostos gerais-filosóficos, todo o conjunto de suas questões brota do solo de um questionamento determinado, isto é, “como se desenvolver” e seus desdobramentos no pensamento dominante dentro das controvérsias do subdesenvolvimento e da dependência, mais recentemente ressurgidos, após sua própria tragédia neoliberal, como a farsa do novo-desenvolvimentismo.

Dito isso, cabe lembrar uma nota de Gramsci em seus cadernos, intitulada precisamente “Estructura y superestructura. Economía e ideología”, na qual afirma: “Una fase estructural puede estudiarse y analizarse concretamente sólo cuando ya ha superado todo su proceso de desarrollo, y no durante el proceso mismo, salvo por hipótesis y declarando explícitamente que se trata de hipótesis” (1984 [1930-1932], p. 162). É possível e mesmo provável que a “fase estrutural” da ideologia do desenvolvimento no Brasil – e quiçá em toda a América Latina – esteja se esgotando (novamente), daí a possibilidade de analisá-la criticamente, mediante algumas hipóteses apresentadas nesta tese de forma muito sintéticas e pontuais e que ficam pendentes de melhor “desenvolvimento” futuro.

O que não significa, contudo, que tal esgotamento seja definitivo. Pois se bem tal ideologia parece se esgotar na conjuntura presente, possibilitando análises críticas – assim como ocorreu também nas décadas de 1960 e 1970, quando foi criticado no interior da controvérsia da dependência, em particular em suas contribuições marcadamente marxistas e revolucionárias, que, no entanto, foram

derrotadas militar e politicamente em seu momento histórico, com as respectivas consequências dessa derrota na “batalha das ideias” –, aquela mesma ideologia pode vir a ter sobrevivido, inclusive com alguma mudança em sua palavra-chave, caso a prática político-concreta de horizonte socialista/comunista volte futuramente a ganhar força.

De uma forma ou de outra, porém, dentro da tradição marxista é importante desde já conhecer não apenas as questões corretas, mas também aquelas a serem evitadas, sob pena de nos enredarmos na ideologia ao interrogar o sentido do processo histórico e da conjuntura.

Em suma, para quem leu até este ponto, sugiro que lembre a epígrafe desta tese. Com melhor forma, expressa algo que já Marx e Engels alertavam em *A ideologia alemã*, e que nesta tese se busca apontar em relação às análises dominantes em torno do “desenvolvimento”: “Não apenas em suas respostas, mas já nas próprias perguntas havia uma mistificação” (2007 [1846], p. 83).

Referências bibliográficas

- ABREU, Kátia. “Posse da Diretoria da CNA para o triênio 2014/2017”, 2014.
Disponível em:
<<http://www.canaldoprodutor.com.br/comunicacao/noticias/posse-da-diretoria-da-cna-para-o-trienio-20142017>> . Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- _____. “Ideologia? Só durante as férias”. *Folha de S. Paulo*, 13 de janeiro de 2015.
- AGARWALA, A.N. e SINGH, S. P. *A economia do subdesenvolvimento*. Trad. de Maria Celina Whately. 2ªed. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2010.
- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. *Uma ilusão de desenvolvimento. Nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- ALMEIDA Filho, Niemeyer (org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: IPEA, 2013.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. Trad. de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
- AMARAL, Marisa Silva. “Dependência e Superexploração do Trabalho na América Latina em Tempos Neoliberais”, *Anais do IV Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 2005.
- _____. “Uma nova fase do capitalismo e um novo padrão de dependência na América Latina?: elementos para uma investigação”. Em *Capitalismo: crises e resistências*. Andréia Galvão et. al. (orgs.). São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- ARAÚJO, Elizeu Serra. *As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, 2011.
- _____. “A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo (1990-2007)”, *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia Política*, Rio de Janeiro, 2012.
- ARICÓ, José. *Nueve lecciones sobre economía y política en el marxismo*. México DF: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 2012.
- BAMBIRRA, Vânia. *O capitalismo dependente latino-americano*. Trad. de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvea. Florianópolis, 2012.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Trad. de S. Ferreira da Cunha. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

- BARBOSA, Nelson. "Discurso de nomeação". Disponível em: <<http://visaonacional.com.br/integra-do-discurso-de-nelson-barbosa-futuro-ministro-da-planejamento/>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- BASSO, Lelio (et. al.). *Transición al socialismo y experiencia chilena*. Santiago de Chile: CESO/CEREN, 1972.
- BELLUZO, Luiz Gonzaga de Mello e COUTINHO, Renata (Orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaio sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- BETHELL, Leslie e ROXBOROUGH, Ian. *A América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- BIANCHI, Álvaro. "O marxismo fora de lugar", *Política e sociedade*, vol. 09, n. 16, 2010.
- BIASOTO Jr., Geraldo e PALMA e SILVA, Luiz Antonio (orgs.). *Desenvolvimento em questão*. São Paulo: FUNDAP, 2010.
- BICHIR, Maíra. *A problemática da dependência: um estudo sobre a vertente marxista da dependência*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*, Rio de Janeiro: CEPAL/Record/Corecon, 2000.
- _____. "Celso Furtado e o pensamento econômico latino-americano". em *A grande esperança em Celso Furtado*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- _____. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*, Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- _____. "Prefácio". Em Maria Malta (coord.). *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2011.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo e MUSSI, Carlos. "El pensamiento desarrollista en Brasil: 1930-1964 y anotaciones sobre 1964-2005". In: CAVE, R. (Coord.). *Brasil y Chile: una mirada hacia América Latina*. Santiago de Chile: RIL Editores, 2006.
- _____. "Padrões de desenvolvimento na economia brasileira: a era desenvolvimentista (1950-1980) e depois". Em CGEE, *Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008): América Latina, Ásia e Rússia*, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.
- BONENTE, Bianca. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, Niterói: UFF, 2011.

- BONENTE Bianca e CORREA, Hugo. “Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e desenvolvimento do discurso econômico”, *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*, João Pessoa, 2008.
- BORJA, Bruno. *A Formação da Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *Desenvolvimento e crise no Brasil. 1930-1967*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- _____. “Seis interpretações sobre o Brasil”, *Dados - Revista de ciências sociais*, vol.25, nº3, 1982.
- _____. *Desenvolvimento e crise no Brasil. História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- _____. “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”. em TOLEDO, Caio Navarro de (org.). *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*. São Paulo: Revan, 2005.
- _____. “Desenvolvimentismo: ideologia do desenvolvimento econômico dos países retardatários”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 392, Ano XII, 2012. Disponível em: <
http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4423&secao=392> . Acesso em 20 de maio de 2012.
- BUENO, Fábio e SEABRA, Raphael. “A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea”, *Anais do VI Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 2009.
- CALIXTRE, Andre, BIANCARELLI, André, CINTRA, Marcos. *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Brasília: IPEA, 2014.
- CAPUTO, Orlando e PIZARRO, Roberto. *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*. Santiago de Chile: Prensa Latinoamericana, 1970.
- CARCANHOLO, Marcelo. “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, 2008.
- _____. O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, jan./abr. 2013.
- CÁRDENAS CASTRO, Juan Cristóbal. *Surgimiento y sistematización de la teoría marxista de la dependencia: el Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) de la Universidad de Chile (1964-1973)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao

Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos da Universidad Nacional Autónoma de México. México DF: UNAM, 2011.

SURGIMIENTO Y SISTEMATIZACIÓN DE LA TEORÍA MARXISTA DE LA DEPENDENCIA: EL CENTRO DE ESTUDIOS SOCIOECONÓMICOS [CESO] DE LA UNIVERSIDAD DE CHILE [1964-1973]

CARDOSO, Fernando Henrique. “‘Teoria da dependência’ ou análise concretas de situações de dependência”, *Estudos CEBRAP* n° 1, 1971.

_____. *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971b.

_____. “Notas sobre Estado e dependência”, *Cadernos CEBRAP*, n.11, São Paulo, 1973.

_____. “As contradições do desenvolvimento-associado”, *Estudos CEBRAP*, n.8, 1974.

_____. *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. “Prefácio”. Em TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975b.

_____. *As idéias e seu lugar*, Cadernos CEBRAP, n° 33, Editora Vozes-CEBPAP, 1980.

_____. *O modelo político e outros ensaios*, 5° edição, Bertrand Brasil, São Paulo, 1993.

_____. “Pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional” 1995. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-de-posse>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José. “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, *Revista Mexicana de Sociología*, número extraordinario, año XL, vol.XL, México, UNAM, 1978.

_____. “As desventuras da dialéctica da dependência”, *Cadernos CEBRAP*, n. 23, São Paulo, 1979.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel. *O capitalismo tardio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1998.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel e BELLUZZO, Luiz Gonzaga. “Reflexões sobre a crise atual”. Em *Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

- CARONE, Edgar. *O PCB - 1922 a 1943*. São Paulo: DIFEL, 1982a.
- _____. *O PCB - 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982b.
- _____. *O PCB - 1964 a 1982*. São Paulo: DIFEL, 1982c.
- CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2009.
- _____. “O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro”, *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n.112, 2012.
- _____. “O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no Brasil contemporâneo”, *Em Pauta*, v. 11, 2013.
- CASTRO, Ana Célia, LICHA, Antonio, PINTO JR., Helder Queiroz e SABÓIA, João. *Brasil em desenvolvimento*. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- CEPAL. “Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos 1990”. Em BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record/COFECON/CEPAL, 2000.
- CHILCOTE, Ronald. *Theories of development and underdevelopment*. Boulder: Westview Press, 1984.
- COLISTETE, Rentato Perim. “A força das idéias: a CEPAL e o industrialismo no Brasil no início dos anos 1950”. Em Tamás Szmrecsány e Wilson Suzigan (orgs.). *História Econômica do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: EdUSP/Imprensa Oficial de SP/Associação de Pesquisadores em História Econômica/Ed. Huitec, 2002.
- COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional - O poder militar na América Latina*. Trad. De A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CORBRIGDE, Suart (ed.). *Development: critical concepts of social sciences*. V.1. London: Routledge, 2002.
- CORREA, Hugo Figueira de Souza. *Teorias do imperialismo no século XXI. (In) Adequações do debate no marxismo*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFF. Niterói: UFF, 2012.
- CORREA PRADO, Fernando. “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil”, *Revista Comunicação & Política*, vol. 29, nº2, maio-agosto de 2011.

- CORREA PRADO, Fernando e MEIRELLES, Monika. “Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos”. Em Rodrigo Castelo (org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Pão e Rosas, 2009.
- CORREA PRADO, Fernando e CASTELO, Rodrigo. “O início do fim? Notas sobre a teoria marxista da dependência no Brasil contemporâneo”, *Revista Pensata*, vol. 3, n. 1, 2013.
- COUTINHO, Luciano e BELLUZO, Luiz Gonzaga. “Estado, sistema financeiro e forma de manifestação da crise: 1929-1974”. Em *Desenvolvimento capitalista no Brasil. Ensaios sobre a crise*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- COWEN, Michael e SHENTON, Robert. “The invention of development”. Em Stuart Corbridge (ed.), *Development: critical concepts of social sciences*. V.1. London: Routledge, 2002.
- CUEVA, Agustín. *El desarrollo del capitalismo en América Latina*. México: Ed. Siglo XXI, 1977.
- _____. “A guinada conservadora”. Em Agustín Cueva (org.), *Tempos conservadores*. São Paulo: HUCITEC, 1989.
- De PAULA, João Antônio. *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- De PAULA, Patrick Galba. *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: consideração sobre a noção de desenvolvimento em Marx*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- DOMAR, E. “Capital expansion, rate of growth and employment”. *Econometrica*, v. 14, 1946.
- Dos SANTOS, Wanderley Guilherme. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1963.
- Dos SANTOS, Theotônio. Theotônio. *Crise econômica e crise política no Brasil*. Santiago de Chile: CESO, 1966.
- _____. *El nuevo carácter de la dependencia*. Santiago de Chile: CESO, 1967.
- _____. *Socialismo o fascismo: dilema de América Latina*. Santiago de Chile: PLA, 1968.

- _____. "The structure of dependency", *The american economic review*, vol. 60, n°2, 1970.
- _____. *Dependencia y cambio social*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.
- _____. *Imperialismo y dependencia*. México D.F.: ERA, 1978.
- _____. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia*. Trad. de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges. São Paulo: Ed. da Unesp/Boitempo, 1997.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. *El discurso crítico de Marx*. México: Ed. Era, 1986.
- _____. *Las ilusiones de la modernidad*. México: UNAM/El equilibrista, 1997.
- _____. *Discurso crítico y modernidad*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2011.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2: Formação do Estado e Civilização. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.
- ESCOBAR, Arturo. "El 'postdesarrollo' como concepto y práctica social". Em Daniel Mato (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Fundamentos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981a.
- _____. *Complementos da doutrina*. Rio de Janeiro: ESG, 1981b.
- ESTEVA, Gustavo. "'Desenvolvimento'". Em Wolfgang Sachs (ed.), *Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Trad. de Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen, Petrópolis: Vozes, 2000.
- FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1970.
- FELDMANN, Daniel. "Construção retomada?", 2013. Disponível em: <<https://danielfeldmann.wordpress.com/2013/08/07/construcao-retomada-3/>>. Acesso em 20 de agosto de 2013.
- FERNANDES, Florestan. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o "poder institucional"*. São Paulo: HUCITEC, 1976.
- ____ (org. e intro.). *Lenin: política*. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.
- _____. *Brasil: em compasso de espera*. São Paulo: HUCITEC, 1980.

- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1982.
- _____. *O que é revolução*. São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1984.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo, Xamã, 1995.
- _____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Globo, 2006.
- _____. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Globo, 2008.
- _____. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Globo, 2009.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2010.
- FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime e LUCE, Mathias (orgs.). *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido*, Ed. Insight, Rio de Janeiro, 1995.
- _____. “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em José Luis Fiori (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. “Introdução: Depois da retomada da hegemonia”, em José Luis Fiori e Carlos Aguiar de Medeiros (org.). *Polarização mundial e crescimento*. São Paulo: Vozes, 2001.
- _____. *O vôo da coruja. Para reler o desenvolvimentismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- _____. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *História, estratégia e desenvolvimento. Para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- FIORI, José Luis e TAVARES, Maria da Conceição (org.), *Poder e dinheiro. Uma economia política da globalização*, Vozes, Petrópolis, 1997.
- FIORI, José Luis e MEDEIROS, Carlos Aguiar de. *Polarização mundial e crescimento*. São Paulo: Vozes, 2001.
- FIORI, José Luis, MEDEIROS Carlos Aguiar de, e SERRANO, Franklin. *O mito do colapso americano*. São Paulo: Editora Record, 2008.

- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. "As origens e as vertentes formadoras do pensamento cepalino", *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 54(3): 333-358, jul./set. de 2000.
- _____. "O processo de substituição de importações". Em José Márcio Rego e Rosa Maria Marques (orgs.). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2003.
- _____. "Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil". *A era Vargas. Desenvolvimentismo, economia e sociedade*. Pedro C. D. Fonseca e Pedro P. Zahluth Bastos (orgs.), São Paulo: Ed. UNESP, 2012.
- _____. "Desenvolvimentismo: a construção do conceito". *Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro*. Andre Calixtre, André Biancarelli e Marcos Cintra (eds.). Brasília: IPEA, 2014.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra e MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. "Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais". Em *Revista de Economia Política*, vol. 33, nº2 (131), abril-junho de 2013.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. UFRJ, 2010.
- FRANCO, Gustavo. *O desafio brasileiro. Ensaio sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- FRANK, Andre Gunder. *Lumperburguesía: lumpendesarrollo*. México D.F.: ERA, 1971.
- _____. *América Latina: subdesarrollo y revolución*. México D.F.: ERA, 1973.
- _____. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. 3ª edição, México D.F.: Siglo XXI, 1974.
- _____. *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1962.
- _____. *Um projeto para o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1968.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Círculo do livro, 1974.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Introdução ao desenvolvimento. Enfoque histórico-estrutural*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

- _____. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- GONZÁLEZ, Horacio, *O que é subdesenvolvimento*, Brasiliense, 1985.
- GONÇALVES, Reinaldo. *Desenvolvimento às avessas: verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- GOUVEA, Marina. *Imperialismo. Aproximação ao debate marxista sobre a caracterização do capitalismo na virada para o século XX*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Antoloía*. Selección, traducción y notas de Manuel Sacristán. México: Ed. Siglo XXI, 2006.
- _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 2. Trad. de Ana María Palos. México DF/Puebla: Ed. Era/Benemérica Universidade de Puebla, 1981.
- _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 2. Trad. de Ana María Palos. México DF/Puebla: Ed. Era/Benemérica Universidade de Puebla, 1984.
- _____. *Cuadernos de la cárcel*. Tomo 4. Trad. de Ana María Palos. México DF: Ed. Era, 1986.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil 2022*. Secretaria de Assuntos Estratégicos. Presidência da República Federativa do Brasil. Brasília, 2009.
- HARROD, R. F. "An essay in dynamic theory". *Economic Journal*, v. 49, 1939.
- _____. *Towards a dynamic economics*. Cambridge: Macmillan Publishers, 1948.
- IANNI, Octávio. *A Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- _____. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- _____. *O ciclo da revolução burguesa*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- _____. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2009.
- IASI, Mauro Luis. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006.
- _____. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2011.
- IEDI. *Contribuições para a agenda de desenvolvimento*. São Paulo: IEDI, 2010.
- _____. *Contribuições para a agenda de desenvolvimento*. São Paulo: IEDI, 2012.

- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. Jorge Miglioli (org.). São Paulo: Hucitec, 1980.
- KAY, Cristóbal. *Latin American theories of development and underdevelopment*. London/New York: Routledge, 1989.
- KOHAN, Néstor. *Nuestro Marx*. Caracas: Misión Conciencia, 2011.
- KONDER, Leandro. *A questão da ideologia*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- LARRAIN, Jorge. *Theories of development*. Londres: Polity Press, 1989.
- _____. *El concepto de ideología*. Vol. I: Carlos Marx. Santiago: Ed. Lom, 2007.
- _____. *El concepto de ideología*. Vol. II: El marxismo posterior a Marx: Gramsci y Althusser. Santiago: Ed. Lom, 2008.
- LEWIS, Arthur. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”. Em A. N. Agarwala e S. P. Singh, *A economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2010.
- LIMOEIRO CARDOSO, Miriam, *Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK/JQ*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- _____. “A ideologia persistente do desenvolvimento. Entrevista realizada por Silene de Moraes Freire e Mariela Nathalia Becher”. Em *Pauta. Teoria social e realidade contemporânea*, vol. 11, n. 31, 2013.
- LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LOVE, Joseph, “The origins of Dependency Analysis”. *Journal of Latin American Studies*, Vol. 22, n. 1, 1990.
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Trad. de Juarez Guimarães e Suzanee Felice Lèwy. São Paulo: Ed. Cortez, 2013 [1987].
- LUCE, Mathias Seibel. *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*, Tese de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- _____. *A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini. Contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital*. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

- _____. A superexploração da força de trabalho no Brasil. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, São Paulo, n.32, 2012.
- _____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da força de trabalho. *Trabalho, educação e saúde*, Rio de Janeiro, vol.11, n.1, 2013.
- LUKÁCS, György. *El asalto a la razón*. Trad. de Wanceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1959.
- _____. *Lenin*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012a.
- _____. *Para uma ontologia do ser social I*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012b.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. Trad. de Nélio Schneider (com colaboração de Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Ed. Boitempo, 2013.
- LUPORINI, Cesare. *Dialéctica marxista e historicismo*. Trad. de José Aricó. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente, 1969.
- MALTA, Maria (*et. al.*). “A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989: um método para discussão”. Em Maria Malta (coord.). *Ecos do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA/Centro Celso Furtado, 2011.
- MANNHEIN, Karl. *Ideologia e utopia*. Trad. de Sérgio M. Santeiro e revisão técnica de César Guimarães. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MANTEGA, Guido. *Economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *La tarea americana*. Buenos Aires: Prometeo/CLACSO, 2010.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. México D.F.: Ed. Siglo XXI, 1969.
- _____. “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, *Sociedad y desarrollo*, vol.1, n.1, Santiago de Chile, marzo de 1972.
- _____. “Brazilian subimperialism”, *Monthly review*, vol. 9, n° 23, 1972.
- _____. *Subdesarrollo y revolución*. 5ª edição corregida e aumentada. México D.F.: Ed. Siglo XXI, 1974.
- _____. *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*. México D.F.: ERA, 1976.
- _____. *Dialéctica de la dependencia*. 11ª edição, México D.F.: ERA, 1991.
- _____. “Estado y crisis en Brasil”, *Cuadernos Políticos*, n. 13, Ediciones Era, México, julio-septiembre de 1977.

- _____. “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”, *Revista Mexicana de Sociología*, número extraordinario, año XL, vol. XL, México, UNAM, 1978.
- _____. “América Latina ante la crisis mundial”, *Investigación económica*, vol. 40, n. 157, jul.-sep., 1981.
- _____. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Página Aberta, 1992.
- _____. “La crisis del pensamiento latinoamericano y el liberalismo”. Em Fernando Carmona (Coord.), *América Latina: hacia una nueva integración*, IIEc/UNAM, México DF, 1993.
- _____. “Memória”. Em Roberta Roberta e João Pedro Stedile (orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- _____. *Subdesenvolvimento e revolução*. Trad. de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvea. 5ª ed. Florianópolis: Ed. Insular/IELA, 2014.
- MARTINS, Carlos Eduardo. “O pensamento latinoamericano e a o sistema mundial”, *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*, Buenos Aires, CLACSO, 2006.
- _____. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARTINS, Carlos Eduardo e VALENCIA, Adrián Sotelo (orgs.). *América Latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2009.
- MARX, Karl. “À Redação de ‘Otirtchestvienniie Zapiski’”. Em FERNANDES, Rubem César. *Dilemas do socialismo. A controvérsia de Marx, Engels e os populistas russos*. Trad. de Lúcio F. R. Almeida e Rubem César Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- _____. *Introducción general a la crítica de la economía política/1857*. Trad. de José Aricó e Jorge Tula. México: Ed. Siglo XXI, 2004.
- _____. *Elementos fundamentales para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Tomo 2. Trad. de Pedro Scarón. México DF: Ed. Siglo XXI, 2009.
- _____. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. Trad. de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Calvini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

- MEDEIROS, João Leonardo e MARTINS, Maurício Vieira. "Apresentação da Carta de Marx a Engels em 07 de Dezembro de 1867", *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, jan/jul 2014.
- MEIER, Gerald. "O problema do desenvolvimento econômico limitado". Em A. N. Agarwala e S. P. Singh, *A economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2010.
- MEIER, Gerald e SEERS, Dudley (Ed.). *Pioneers in development*. New York: Oxford University/World Bank, 1985.
- MERA, Carolina e REBÓN, Julián. *Gino Germani, la sociedad en cuestión : antología comentada*. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.
- MERCADANTE OLIVA, Alúzio. *As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)*. Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP. Campinas: UNICAMP, 2010.
- MIGLIOLI, Jorge. "Introdução". Em Michal Kalecki. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MINISTÉRIO DA DEFESA. *Estratégia Nacional de Defesa*. 2008. Disponível em: <http://www.defesa.gov.br/projetosweb/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em 04 de janeiro de 2015.
- MORALES MARTÍN, Juan Jesús. *José Medina Echavarría: vida y sociología*. Tesis doctoral del Departamento de Sociología. Universidad Complutense de Madrid: 2012.
- MORIN, Alexander. "Editorial". *Economic development and cultural change*. Vol. 1, n. 1, 1952.
- MOURA, Paulo e MONTEIRO, Paula (orgs.). *Retrato de grupo. 40 anos do CEBRAP*. São Paulo: Cosacnaify, 2009.
- MURGA FRASSINETTI, A. e HERNÁNDEZ PALACIOS, L., "Contrarrevolución, lucha de clases y democracia en la América Latina", *Cuadernos Políticos*, número 25, Editorial Era, México, D.F., julio-septiembre, 1980.
- MYER, John. "A Crown of Thorns: Cardoso and Counte-Revolution", *Latin American Perspectives*, vol. 2, n.1, 1975.
- NADER, Helena. "As matérias-primas da riqueza". *Folha de S. Paulo*, 21 de janeiro de 2015.
- ONU. *Declaração do Milénio das Nações Unidas*, Nova Iorque: ONU, 2000.

- OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. Trad. de Fernando Correa Prado. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2014.
- OUREIRO, José Luís, De PAULA, Luis Fernando e BASÍLIO, Flávio (orgs.), *Macroeconomia do desenvolvimento. Ensaio sobre restrição externa, financiamento e política macroeconômica*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- OURIQUES, Nildo. *Teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*. Tese de Doutorado apresentada à Faculdade de Economia da Universidad Nacional Autónoma de México. México DF: UNAM, 1995.
- _____. *O colapso do figurino francês. Crítica às ciências sociais no Brasil*. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.
- PALMA, José Gabriel. “Dependencia y desarrollo: una visión crítica”, em Dudley Seers (comp.), *La teoría de la dependencia. Una revaluación crítica*. México D.F.: FCE, 1981
- POCHMANN, Márcio. *Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010a.
- _____. “O Estado e seus desafios na construção do desenvolvimento brasileiro”. *Agência Carta Maior*, 2010b. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-Estado-e-seus-desafios-na-construcao-do-desenvolvimento-brasileiro/4/16390>>. Acesso em 15 de dezembro de 2010.
- PREBISCH, Raúl. “El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas”. em Adolfo Gurrieri (org.). *La obra de Prebisch en la CEPAL*. México: FCE, 1982.
- PSDB. *Mãos à obra: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008 [1994].
- _____. *Plano de governo*, 2014. Disponível em: <<http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014>>. Acesso em 09 de setembro de 2014.
- PT. *Muda mais. Programa de governo*, 2014. Disponível em: <http://mudamais.com/sites/default/files/programa_de_governo_dilmamuda_mais_1.pdf>. Acesso em 09 de setembro de 2014.
- RAHNEMA, Majid e BAWTREE, Victoria. *The post-development reader*. London: Zed Books, 1997.
- RAMOS, Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Escola Superior de Guerra, 1957.

- REGO, José Márcio. “A originalidade de um inovador científico e a ‘recepção’ de suas teorias”. Em NAKANO, Yoshiaki; REGO, José Márcio; e FURQUIM, Lilian. *Em busca do novo. O Brasil e o desenvolvimento na obra de Bresser-Pereira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- RIBEIRO, Flávio Diniz. *Walt Whitman Rostow e a problemática do desenvolvimento. Ideologia, política e ciência na Guerra Fria*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2007.
- RIZZO de OLIVEIRA, Eliezer. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- RODRIGUEZ, Octavio. *La teoría del subdesarrollo de la CEPAL*. México D.F.: Siglo XXI, 1981.
- ROUSSEFF, Dilma. “Pronunciamento de compromisso constitucional perante o Congresso Nacional”, 2015. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discorso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-compromisso-constitucional-perante-o-congresso-nacional-1>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- SADER, Emir e GARCIA, Marco Aurélio (orgs.). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. *Entre a Nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. “Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *Serviço social e sociedade*, São Paulo, n. 112. P-672-688, out./dez., 2012a.
- _____. “Vivemos um processo de reversão neocolonial”. *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*, n. 392, Ano XII, 2012. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4423&secao=392> . Acesso em 20 de maio de 2012b.
- SANTANA, Pedro Marques de. *Um estudo sobre o conceito de superexploração do trabalho na obra de Ruy Mauro Marini*. Dissertação de Mestrado em Economia, Universidade Federal da Bahia, 2012.
- SCHUMPETER, Joseph. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Trad. de Maria Silva Possas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SERRA, José (org.). *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- ____. “As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre a conexão entre autoritarismo e desenvolvimento”, *Dados*, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, n.20, 1979.
- SICSÚ, João. *Dez anos que abalaram o Brasil. E o futuro?*. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- SICSÚ, João, De PAULA, Luis Fernando, MICHEL, Renaut (orgs.). *Novo-desenvolvimentismo: um projeto de crescimento com equidade*. Barueri/Rio de Janeiro: Manole/Fundação Konrad Adenauer, 2005.
- SKAF, Paulo. “A pauta da indústria é a pauta do Brasil”. *Folha de S. Paulo*, 22 de dezembro de 2014.
- SILVA, Ludovico. *Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos*. 3ª ed. Caracas: Monte Ávila Editores, 1979a.
- ____. *Teoría y práctica de la ideología*. México: Ed. Nuestro Tiempo, 1979b.
- ____. *A mais-valia ideológica*. Trad. de Ceci Araujo Misoczky. Florianópolis: Ed. insular/IELA, 2013.
- SILVA, Luiz Inácio Lula da, “Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão solene de posse no Congresso Nacional”, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view>>. Acesso em 03 de janeiro de 2015.
- SOARES THOMAS, Agripino. “Verso e reverso do desenvolvimento”, *Revista Movimento Socialista*, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1959.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *Formação histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976.
- SOUZA, Nilson Araújo de. *Economia brasileira contemporânea. De Getúlio a Lula*. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.
- STÉDILE, João Pedro e TRASPADINI, Roberta (orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. *El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo*, 27ª edición, Siglo XXI Editores, México D.F., 2004.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ensaios sobre Economia Brasileira*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1975a.
- ____. “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões”, *Estudos CEBRAP*, número 13, 1975b.

- _____. "Não há mais centro e periferia, e o Brasil tem chances". *Folha de S. Paulo*, 12 de setembro de 2010.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1977.
- TOLIPAN, Ricardo e TINELLI, Arthur Carlos (Orgs.). *A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- TRASPADINI, Roberta. *A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- TRUMAN, Harry. *Address of the President to Congress, Recommending Assistance to Greece and Turkey, March 12, 1947*. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/doctrine/large/documents/pdfs/5-9.pdf#zoom=100>. Acesso em 10 de julho de 2013.
- _____. *Inaugural Address, January 20, 1949*. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm>. Acesso em 10 de julho de 2013.
- VARGAS, Tatiane. *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini*, Monografia em Ciências Sociais, IFCH- UNICAMP, 2009.
- VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. *Ideologia curupira. Análise do discurso integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.
- _____. *Gunder Frank. O enguiço das ciências sociais*. Florianópolis: Ed. Insular, 2014.
- VASCONI, Tomás Amadeo, "Las ciencias sociales en América del Sur y Chile – 1960-1990", *Centro de Investigaciones Sociales*, Universidad ARCIS, s/f.
- VIEIRA, Ricardo Zortéa. *Lembra-vos da guerra: ameaça geopolítica, organização do Estado e desenvolvimento econômico no pensamento militar brasileiro – 1913-1964*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ideologia e desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro: ISEB/MEC, 1959.
- _____. *Consciência e realidade nacional*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.
- VINER, Jacob. "A economia do desenvolvimento". Em A. N. Agarwala e S. P. Singh, *A economia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Celso Furtado, 2010.

- WAGNER, Adolfo. *Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. "1968: revolución en el sistema-mundo. Tesis e interrogantes", *Estudios Sociológicos*, nº 20, 1989.
- _____. *Conocer el mundo, saber el mundo. El fin de lo aprendido. Una ciencia social para el siglo XXI*. México: Ed. Siglo XXI, 2002.
- _____. *Después del liberalismo*. México: Siglo XXI, 2003.
- _____. *Impensar las ciencias sociales*. Trad. de Susana Guardado. México: Ed. Siglo XXI, 2004.
- WATNICK, Morris. "The appeal of Communism to the Peoples of Underdevelopment Areas". *Economic development and cultural change*. Vol. 1, n. 1, 1952.
- WEFFORT, Francisco. "Estado e massas no Brasil", *Revista Civilização Brasileira*, Ano 1, n. 7, 1966.
- _____. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y literatura*. Trad. de Pablo di Masso. Barcelona: Ed. Península, 1988 [1977].
- WOLFF, Kurt. *Contribución a una sociología del conocimiento*. Trad. de Alfredo Antognini e José Rosario Turiano. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1974.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Trad. de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2011.